

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

“MULHER NÃO VALE NEM UM REAL”
PATRIARCADO NAS LETRAS DAS MÚSICAS DE FORRÓ

Sônia de Melo Feitosa

NATAL-RN
2011

SONIA DE MELO FEITOSA

MULHER NÃO VALE NEM UM REAL”
PATRIARCADO NAS LETRAS DAS MÚSICAS DE FORRÓ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Telma Gurgel da Silva

NATAL/RN
2011

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA
Divisão de Serviços Técnicos

Feitosa, Sônia de Melo.

"Mulher não vale nem um real": patriarcado nas letras das músicas de forró /
Sônia de Melo Feitosa. – Natal, RN, 2011.
173 f.

Orientadora: Profa. Dra. Telma Gurgel da Silva.

Dissertação (Mestrado em Serviço social) – Universidade Federal do Rio
Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós –
graduação em Serviço Social.

1. Serviço social – Dissertação. 2. Indústria cultural – Dissertação. 3.
Violência – Mulher – Dissertação. 5. Patriarcado – Dissertação. I. Silva, Telma
Gurgel da. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 364.63-028.16

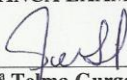
SÔNIA DE MELO FEITOSA

“MULHER NÃO VALE NENHUM REAL: Expressões do patriarcado nas letras das músicas de forró”

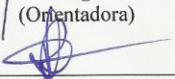
Dissertação apresentada à Pós-Graduação
em Serviço Social da Universidade Federal
do Rio Grande do Norte como requisito
parcial para obtenção do grau de Mestre
em Serviço Social.

Aprovado em 28/02/11

BANCA EXAMINADORA



Profª Drª **Telma Gurgel da Silva**- UERN
(Orientadora)



Prof. Drª **Rita de Lourdes de Lima**- UFRN
(Membro Titular Interno)



Profª Drª **Marlene Teixeira Rodrigues**- UnB
(Membro Titular Externo)

Profª Drª **Maria Regina de Ávila Moreira**- UFRN
(Suplente)

HOMENAGEM

A Heleieth I.B Saffioti (1934/2010)



<http://www.fpabramo.org.br/blog/faleceu-professora-e-pesquisadora-feminista-heleieth-saffioti>.

Queremos aqui prestar homenagem a Heleieth Saffioti que dedicou a sua vida e obras a desvendar as formas de dominação/exploração das mulheres que apontaram o caminho a ser trilhado para emancipação feminina. Suas obras pioneiras na análise das desigualdades entre homens e mulheres, da violência contra as mulheres e das teorias feministas são fundamentais para os estudos sobre a condição das mulheres em qualquer área do conhecimento.

Saffioti foi uma socióloga estudiosa, pesquisadora e militante das temáticas feministas, autora de livros como: O poder do macho (1987); Mulher brasileira é assim (1994); Violência de gênero, poder e impunidade (1995); Gênero, patriarcado, violência (2004), entre outros e de artigos sobre a situação das mulheres. Suas obras e sua atuação como feminista revelaram como canta Joyce em Mulheres do Brasil que:

No tempo em que a maçã foi inventada
Antes da pólvora, da roda e do jornal
A mulher passou a ser culpada
Pelos deslizes do pecado original

Guardiã de todas as virtudes
Santas e megeras, pecadoras e donzelas
Filhas de Maria ou deusas lá de Hollywood
São irmãs porque a Mãe Natureza
Fez todas tão belas

Oh! mãe, oh! Mãe, oh! Mãe

Nossa mãe, abre teu colo generoso
Parir, gerar, criar e provar
Nosso destino valoroso

São donas-de-casa, professoras, bailarinas
Moças operárias, prostitutas meninas

Lá do breu das brumas
Vem chegando a bandeira
Saúda o povo e pede passagem
A mulher brasileira

Obrigada Saffioti por sua dedicação a emancipação das mulheres,
suas obras foram fundamentais para a realização desse estudo.

Maria, Maria

Milton Nascimento

Composição: Milton Nascimento e Fernando Brant

Maria, Maria
É um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece
Viver e amar
Como outra qualquer
Do planeta

Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri
Quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida....

Ah! Hei! Ah! Hei! Ah! Hei!
Ah! Hei! Ah! Hei! Ah! Hei!!
Lá Lá Lá Lerererê Lerererê
Lá Lá Lá Lerererê Lerererê....

Dedico este trabalho e este tão sonhado momento, a minha querida e amada irmã **MARIA**, que dolorosamente, durante o processo de construção desse estudo, surpreendeu-me com sua definitiva ausência física. Portanto, misturo aqui a dor e a alegria, mas continuo a ter fé na vida.
(Esta música era a sua preferida)

AGRADECIMENTOS

É na hora dos agradecimentos que nos damos conta que um trabalho, aparentemente solitário, é um ato ontológico que realizamos necessariamente em conjunto com outras pessoas. Por isso, quero aqui dividir o sabor da vitória com todas as pessoas que de alguma forma contribuíram no processo de produção deste estudo, expressando meus agradecimentos.

À minha família por ter estado ao meu lado durante este tempo me dando apoio e conforto.

Às minhas queridas e amadas irmãs que mesmo estando distantes compartilharam comigo a felicidade de ter sido aprovada na seleção do mestrado, e que igualmente compartilham comigo a alegria ter concluído mais uma etapa de minha vida.

*À minha amiga e companheira de sempre Marwyla, por ter me proporcionado a graça e alegria de estarmos juntas desde a graduação. Amiga, compartilhamos juntas a alegria e a felicidade de termos sido aprovadas na seleção do mestrado, e caminhamos juntas nesse processo que fez com que nos conhecêssemos mais e melhor. Marwyla, não importa o que aconteça de agora em diante, pois nossa amizade ultrapassará o tempo e o espaço. E como canta Milton Nascimento: *Amig@ é coisa para se guardar de baixo de sete chaves, dentro do coração.....**

À minha orientadora Telma Gurgel por ter aceitado o desafio de me orientar, quando o processo de formulação da

dissertação já estava em andamento. Obrigada pelas sábias discussões teóricas que me dispensou, pois foram decisivas e me proporcionaram maior momento de lucidez e apreensão do meu objeto e, encaminharam-me em direção a concretização desse estudo.

À professora Elíana Guerra por ter aceitado no primeiro momento ser minha orientadora e por ter aceitado a participar da minha banca de qualificação do projeto de pesquisa. Obrigada pelas discussões teóricas indicadas durante o tempo em que foi minha orientadora e durante o processo de qualificação, elas foram essenciais para um maior aprofundamento nas minhas reflexões sobre o meu objeto.

À professora Rita de Lourdes Lima por ter feito parte da minha banca de qualificação do projeto de pesquisa e por mais uma vez ter se disponibilizado a compor minha banca de defesa de dissertação. Suas contribuições durante a qualificação foram valiosas para realização desse estudo.

A todas as professoras do mestrado por suas valiosas discussões e contribuições teóricas na minha trajetória nesse curso que me propiciaram a transposição do senso comum para o conhecimento científico reflexivo e crítico. Obrigada pelos os conhecimentos que me repassaram, eles possibilitaram que eu realizasse esse tão desejado momento.

À minha turma do mestrado pela socialização de conhecimentos que me proporcionaram refletir melhor sobre o meu objeto.

À Fernanda Marques de Queiroz, por ter acreditado na minha capacidade, motivando-me e me repassando conhecimentos que foram decisivos para a minha aprovação na seleção do mestrado.

À Mirla Cisne por ter me iniciado em uma nova leitura da realidade, onde posso visualizar as mulheres como sujeito ativo na História da humanidade que as invisibilizam e que foram decisivas para que eu realizasse meu projeto de pesquisa de mestrado.

A todas as amigas que, direta ou indiretamente, acompanharam contribuíram nessa fase de minha vida com idéias, sugestões e críticas construtivas.

À Valmara que me acolheu com muito carinho e desprendimento durante o processo de mestrado em sua pequena residência, proporcionando-me a felicidade de fazer parte dessa etapa de sua vida. Obrigada pelos os momentos de descontração que pude vivenciar ao seu lado. Sinto Saudades!

À Milena que sempre me atendeu com delicadeza nas horas em que precisei trocar conhecimentos. Obrigada pelo tempo que me dispensou cheio de conhecimento e sabedoria.

À Lenira por ter se disponibilizado a realizar minha inscrição no mestrado.

À Ilidiana, Tássia, Ednara e Flávia, por terem me acolhido em seu pequeno espaço na residência da pós-UFRN, no momento mais importante desse processo, o da seleção. Obrigada pela acolhida e pelo incentivo que vocês me dispensaram.

A todas as pessoas amigas da residência da pós-graduação que me acolheram com alegria e descontração e, que me proporcionaram vivenciar momentos coletivos de amizade e carinho.

Música

A música é uma das nossas mais antigas formas de expressão comunicacional que permeia as mais variadas dimensões da existência humana, por meio dela são expressos sentimentos, dilemas, ideologias e utopias. É uma expressão essencialmente humana, que sofre influencia da organização sociocultural local (PENNA, 1999).

No Brasil desde a época de sua colonização convivem práticas musicais distintas, que vão da música erudita a música popular. A música no Brasil marcou sua presença em todos os momentos históricos, registrando fatos da maior importância sociológica, portanto, a música nos permite, inclusive, conhecer melhor a sociedade de cada época (CALDAS, 1985).

Zélia Dulcan e Dante Ozzetti reuniram em uma só letra todos os ritmos que influenciaram e compõem a música brasileira. Vejam a letra:

Se Eu Fosse (Zélia Dulcan)

Se eu fosse um **blues**,
te mandava embora

Se eu fosse um **samba**,
esperava a aurora

Se eu fosse um **jazz**,
improvisava o amor

Se eu fosse um **forró**,
sacudia toda dor

Se eu fosse uma **valsa**,
te conduzia pela vida

Se eu fosse um **tango**,
te empurrava pra saída

Se eu fosse um **rock**,
te doava minhas veias

Se eu fosse um **choro**,
te sorria a noite inteira

Se eu fosse um **maxixe**,
remexia sua libido

Se eu fosse uma **canção**,
te acarinhava os ouvidos

Se eu fosse uma **modinha**,
jurava que você vinha

Se eu fosse um **Sebastian Bach**,
tentava a fuga todo dia

Se eu fosse um **Beethoven**,
era tua a Nona Sinfonia

Se eu fosse letra de música
fazia uma **rima** única

E no final de um **verso** chinfrim
cantava você pra mim...

RESUMO

O patriarcado é um sistema de dominação que determina o poder do homem nas relações sociais como sistema sócio-ideológico e elemento estruturante das variadas formas de dominação masculina seja nas relações sociais de gênero, na organização da vida social, nas relações privadas e nos espaços de decisões políticas. Nesse estudo ampliamos nossa reflexão sobre o patriarcado a partir da análise de letras de músicas de forró, mais especificamente do forró conhecido como estilizado. Gênero musical que, nas últimas décadas, vem apresentando uma grande aceitação em todo território nacional, utilizando-se de expressões do cotidiano que reproduzem e fazem apologia as várias formas de discriminação, opressão e violência contra as mulheres. Ressaltamos que ao longo do estudo fizemos ao todo, a análise de quatorze letras de forró dos diversos estilos além do estilizado, como o tradicional e o de duplo sentido. Contudo nos detivemos para a análise de conteúdo, particularmente, em três letras de músicas do forró estilizado, são elas: *Tapa na Cara* (2008) da Banda Saia Rodada; *Mulher Roleira* (2004), Banda Aviões do Forró; e *Bomba no Cabaré* (2007), banda Matruz com Leite. Afim de realizarmos uma análise crítica dos elementos contido no conteúdo das letras das músicas, apoiamos-nos no referencial teórico-metodológico do materialismo dialético, método que nos possibilitou aproximar da totalidade da realidade que envolve o processo de envolvimento popular das letras das músicas analisadas de forma qualitativa. Nesse sentido, apoiamos-nos nas categorias teórico-metodológicas: relações sociais de gênero, patriarcado, violência contra as mulheres, ideologia e indústria cultural. Então a partir da compilação das músicas, organizamos-as por temáticas, categorizamos e realizamos análise de conteúdo, técnica que nos permitiu a compreensão das mensagens contidas nas letras, para além do que o texto traz em sua imediatividade. São múltiplos, na atualidade, os mecanismos de reprodução e perpetuação da ideologia patriarcal. Um mecanismo significamente relevante desse fenômeno é a violência sexista. A violência contra as mulheres é uma forma de reproduzir e manter o machismo, podendo ocorrer de diversas formas, dentre as quais se destacam a física, a psicológica, sexual, patrimonial e social. Com o nosso estudo constatamos a reprodução da violência contra as mulheres de forma naturalizada e banalizada num claro reforço a construção assimétrica das relações de gênero que prioriza o masculino em detrimento do feminino. Essa banalização é talvez, um dos aliados mais forte da perpetuação desse fenômeno, que atinge mulheres em todo mundo e de diversas classes sociais.

Palavras-Chaves: Gênero, patriarcado, ideologia, indústria cultural, violência contra as mulheres.

ABSTRACT

Patriarchy is a dominating system that establishes male power in social relations as the social-ideological system and the structuring element of several ways of men's domination on gender social relations, on organization of social life, on private relations, and on political decision spaces. In this study we enlarge our reflection about patriarchy from the analysis of Forró lyrics, more specifically the variation known as stylized. Of late decades, it is a kind of music that has been receiving a large acceptance all over the national territory, making use of everyday expressions that propagate and make apology to many forms of discrimination, oppression and violence against women. We emphasize that over this study 14 Forró lyrics were analyzed of different styles besides stylized, like the traditional and the double meaning ones. However, we dwelled on the content analysis, particularly in three Stylized Forró lyrics, they are: *Tapa na Cara* (2008) by Saia Rodada Band; *Mulher Roleira* (2004), Aviões do Forró Band; and *Bomba no Cabaré* (2007), Matruz com Leite Band. In order to make a critical analysis of the elements in the lyrics content, we support ourselves on the theoretic-methodological references of the dialectical materialism, a method that allowed us to get closer to the totality of the reality that includes the popular involvement of the analyzed lyrics in a qualitative way. In that sense, we hold onto the theoretic-methodological categories: gender social relations, patriarchy, violence against women, ideology and cultural industry. As from the lyrics compilation, they were arranged by theme, we classified and analyzed the content, which allowed us to comprehend the messages in the lyrics, beyond the text shows at first sight. Today, there are many mechanisms of propagation and perpetuation of patriarchal ideology. A very relevant mechanism of this phenomenon is the sexual violence. The violence against women is a form to propagate and keep sexism, which may occur in different ways, like physical, psychological, sexual, patrimonial and social. Through our study we established that the propagation of the violence against women as being something natural and banal, giving reinforcement to the asymmetric construction of gender relations that prioritizes male to the detriment of female. This banalization is perhaps, one of the strongest allies of this phenomenon's perpetuation, that affects women all over the world from different social classes.

Key-words: Gender, patriarchy, ideology, cultural industry, violence against women.

LISTA DE SIGLAS

CDs - Compact Disc

CEDAW – Convenção sobre Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as mulheres

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DDM - Delegacias de Defesa das Mulheres

DST- Doença Sexualmente Transmissível

DVDs - Digital Vídeo Disc ou Digital Versátil Disc

HIV/AIDS - Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

MMEC - Movimento de Mulheres Camponesas

NEM - Núcleo de Estudos sobre a Mulher

OEA - Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres

UERN - Universidade do Estado do Rio Grande Norte

UFRN - Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Norte

UNAIDS - Programa Conjunto de Agências das Nações Unidas de Combate à AIDS

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2. “BRASIL, MOSTRA SUA CARA: Formação socioeconômica brasileira.....	32
2.1 “Imagine o Brasil ser dividido e o Nordeste ficar independente”: formação sócio-histórica do Nordeste.....	36
2.2 “Porque eu sou é homem, por que eu sou é homem e como sou!”: a construção do homem nordestino e o poder do macho.....	45
2.2.1. Nordestino “cabra da peste”.....	45
2.2.2. “Eu sou homem com <i>H</i> ”: o poder do Macho.....	56
3. “AINDA SOMOS OS MESMOS E VIVEMOS COMO NOSSOS PAIS”: Relações Sociais Patriarcais de Gênero.....	62
3.1 “Que diferença da mulher o homem tem”?.....	62
3.2 “Pai você foi meu herói meu bandido”: o patriarcado para além do seio doméstico.....	70
3.3 “Ideologia quero uma para viver”: ideologia e patriarcado.....	88
4. “QUEM AQUI NÃO SE ENGABELA NOS BOTÕES DE UMA SANFONA”: Indústria Cultural e Forró Estilizado.....	92
4. 1 “Engabelando”: indústria cultural.....	92
4.2 “Puxando a Sanfona e Rasgando o Fole”.....	100
4.2.1 “Uma sanfona com o som bem distorcido”: forró estilizado.....	103

5. “PENSE NUMA MULHER GALINHA”: Expressões do Patriarcado nas Letras das Músicas de Forró.....	110
5.1 “Ela gosta de tomar pancadinha”: violência contra as mulheres e forró.....	112
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS.....	160
ANEXO.....	172

1 INTRODUÇÃO

O patriarcado, como sistema de dominação tanto sobre os meios de produção como de reprodução, é definido por Saffioti (2004) como o “regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (p.44). Embora o patriarcado diga respeito, em termos específicos, à ordem de gênero, expande-se por todo o corpo social. O valor central da cultura gerada pela dominação-exploração patriarcal é o controle, pois suas hierarquias e sua estrutura de poder perpassam toda a sociedade civil e suas instituições.

Ainda que este sistema esteja presente em todas as sociedades capitalistas e em certo grau nas sociedades socialistas, calcula-se que os homens tenham estabelecidos seu domínio sobre as mulheres há cerca de seis milênios e meio. Isso ocorreu a partir da descoberta da participação masculina na reprodução humana e posteriormente a criação da linguagem, num lento processo que levou os homens a desenvolverem os meios necessários de dominação-exploração das mulheres.

Assim, as relações de gênero histórica e socialmente construídas com base nas diferenças de sexo (femininos e masculinos) foram convertidas sistematicamente em desigualdades, uma vez que se implantou a divisão sexual hierarquizada do trabalho, ocasionando a transição do direito materno para o paterno¹. Logo, não se vive “sobrevivências de um patriarcado remoto; ao contrário, o patriarcado é muito jovem e pujante, tendo sucedido às sociedades igualitárias” (SAFFIOTI, 2004, p. 59-60).

É somente com a ascensão do capitalismo e, posteriormente, com as mudanças socioeconômicas decorrentes do processo da revolução industrial, ocorrido no século XVIII, mais precisamente a partir da década de 1780, na Inglaterra e, posteriormente no século XIX, com a consolidação do capitalismo, que se amplia a condição de subalternidade e de opressão das mulheres.

¹ Para maior aprofundamento sobre esse ponto ver ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, Propriedade Privada e do Estado**. Tradução: Ruth M. Klaus. São Paulo. Centauro, 2002. p.27-85

Nessas condições, se intensificam as lutas travadas pelo o movimento feminista em direção a desconstrução das desigualdades entre os sexos, desigualdades que perduram até os dias atuais. O Feminismo é um conjunto de idéias e práticas políticas, como também um movimento teórico que busca desnaturalizar as relações e “Visa superar as desigualdades entre homens e mulheres e acabar com as situações de opressão, exclusão das mulheres” (MIRIAN & NOBRE, 1997, p.24). Tem como objetivo oferecer instrumentos para análise das desigualdades entre as categorias de sexos, que se apresentam em práticas rotineiras, que por terem sido naturalizadas, tornam-se difíceis e às vezes quase impossíveis de serem identificadas como violação de direitos humanos.

Assim, desde sua constituição como movimento sociopolítico o feminismo vem no curso da história lutando pela defesa e ampliação dos direitos das mulheres. O Feminismo surge e se organiza como movimento estruturado, a partir do fenômeno da modernidade no contexto da revolução Francesa, nessa primeira fase, também designada de “primeira onda feminista”, destaca-se, dentre os textos fundadores, segundo Silva (1982),

a obra de Mary Wollstonecraft “A Vindication of the Rights of Woman”, publicada em 1792, em Londres, que reclamava pela a extensão dos direitos políticos as mulheres - que até então era somente para os homens -, através de sua inclusão no campo da cidadania, embora tendo esta, também, um caráter essencialmente masculino. Mary Wollstonecraft sistematizou a primeira denúncia sobre a subordinação das mulheres, usando a doutrina liberal dos “direitos inalienáveis do homem” para reivindicar o direito das mulheres, sendo a defesa do direito a educação a maior bandeira de luta do feminismo naquele momento em diante. A mulher europeia desse contexto tinha seu estatuto social semelhante ao dos escravos (MILL, 1985) e o pensamento feminista da primeira fase passa a questionar a contradição da modernidade, que se estabeleceu entre o universalismo dos direitos políticos e individuais e o universalismo da diferença sexual, legitimada pela justificativa ideológica de que essa diferença era uma ocorrência da natureza (p. 2).

As lutas feministas desse período proporcionaram as mulheres conquistas como: o acesso ao trabalho assalariado, ao direito de votar e ser votada, à educação, aos contraceptivos, a desfrutar de certa autonomia para o exercício da sexualidade. Para Faria e Nobre (1997), um “exemplo da maior

autonomia das mulheres é representado pelo fato de elas poderem andar fora de casa sozinha, e não, como antes sempre acompanhadas de um homem” (p. 17).

No desdobramento da “segunda onda”, que se inicia no final da década de 1960, o feminismo eclode na Europa e nos Estados Unidos, colocando em xeque os valores conservadores que orientavam a sociedade. Neste momento as feministas passam, então, a defender que a hierarquia entre os sexos não é resultado de um determinismo biológico e sim de uma construção social, incorporando o questionamento das raízes culturais das desigualdades que vai para além da luta por direitos civis e políticos. A partir desta década, o feminismo, além de se preocupar com fatores sociais e políticos, passa a descrever a situação de opressão e de violência, que têm raízes profundas, e que atingem mulheres, ainda que de diferentes modos, pertencentes a todas as classes sociais, sistemas econômicos e políticos.

Nesse momento, ganha destaque a obra *O Segundo Sexo*, da filósofa Simone de Beauvoir (escrito durante a década de 1940), com sua síntese teórica: Não se nasce mulher, torna-se mulher. Na qual se evidencia a construção social do ser homem e ser mulher. O livro, segundo Zirbel (1998),

dedica-se ao estudo aprofundado do desenvolvimento psicológico da mulher e dos condicionamentos sofridos durante a sua socialização (que a tornam alienada de si mesma). Para a autora do livro, a questão humana básica não é “o que comer”, mas “o que ser”. Os seres humanos não teriam uma “essência”, mas se construiriam uns/umas em relação aos/às outros/as e, nessa condição às mulheres teriam sido relegadas à situação de “segundo sexo” (seriam “o outro” em relação aos homens, que se auto definem e definem o lugar das mulheres) (p. 7).

No Brasil, a luta feminista organizada em direção a conquista de espaços e superação das desigualdades entre os gêneros, tem seu início no final do século XIX. As mulheres formaram associações, clubes e ligas e desafiaram a ordem imposta pela sociedade, que as relegava a um papel secundário na dinâmica social e que tinha como resultado sua exclusão do mundo público. A primeira bandeira desse período foi determinada pela a defesa do direito das mulheres aprenderem a ler e escrever. Destacamos neste

momento, a figura de Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885)², que em 1832 publicou a obra *Direito das mulheres e injustiça dos homens*. Esta obra se constituiu como texto fundante do feminismo brasileiro, pois tratava do direito das mulheres à instrução e ao trabalho, exigindo o reconhecimento à inteligência e respeito ao papel das mulheres na sociedade (LIMA DUARTE e CUNHA, 2001).

Em 1922, Berta Lutz fundou a Federação Brasileira pelo progresso feminino, que lutava pelos direitos políticos, pelo trabalho de mulheres sem autorização do marido. Alguns momentos históricos desta época foram importantes no avanço da luta das mulheres como: As duas grandes guerras que possibilitaram um maior intercâmbio entre os povos e, conseqüentemente, uma maior troca de conhecimentos no campo socio-político entre as mulheres de vários países; as greves de 1917; em 1922 o surgimento do Partido Comunista do Brasil; o Tenentismo (1922-1924) e, nesta mesma data, a realização da Semana de Arte Moderna em São Paulo e Coluna Prestes (1924-1912). Estes fatos históricos foram responsáveis por grandes transformações de ordem social e política na sociedade brasileira (GOLDENBERG e TOSCANO, 1992).

De meados da década de 1960 para 1970, o feminismo no Brasil se desenvolveu com algumas especificidades, devido à ditadura militar, e sob a Influência das feministas norte americanas e do pensamento de Simone de Beauvoir. As feministas brasileiras se organizaram aglutinando mulheres de várias idades, classes sociais e etnias, e saíram em militância contra a naturalização da violência, contra a carestia e pela anistia. Este é um período de acordo com Silva (1982),

rico em reflexão e investigação acadêmicas sobre a origem das desigualdades sexuais, bem como, forte nas lutas radicais contra todas as formas de opressão feminina situadas, principalmente, no sistema patriarcal. A ênfase das análises era a família, a sexualidade, a violência sexual e os direitos sobre o corpo.

²“Nascida no Rio Grande do Norte é considerada a primeira feminista a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais da chamada grande imprensa” (SILVA, 1982, p. 2)

Os anos 1980 trouxeram para o feminismo novos dilemas. Nessa década, o movimento feminista inicia um diálogo com o Estado, no sentido de reivindicar políticas que dessem respostas governamentais de enfrentamento a opressão e violência praticada contra as mulheres.

Segundo Camurça (2007), na atualidade, apesar “do feminismo ter instituído as mulheres como sujeito político, a arena política mantém-se sob o controle dos homens [...]” (p. 13), e diante da complexidade que hoje se gesta a formação societária, são múltiplos os fundamentos e modos no cotidiano de manutenção das relações patriarcais de poder sobre os quais se observa a experiência de ser mulher. Isso ocorre porque o patriarcado como sistema de dominação, que destina o poder ao homem, e define o masculino como categoria social universal, vem se perpetuando até os dias atuais. Devido, principalmente, ao seu enraizamento no tecido social, como ideologia e elemento estruturante das variadas formas de dominação masculina.

Um nível significativamente relevante desse fenômeno é a violência que é perpetrada a mulher em decorrência de seu sexo. É neste fenômeno, que se constitui em uma das mais cruéis manifestações do patriarcado, que se concentram nossas análises, pois este trabalho é continuidade dos estudos iniciados na graduação para conclusão do curso em Serviço Social³, que versou sobre as expressões da violência simbólica contra as mulheres em letras de músicas de forró.

A nossa aproximação com esse objeto de estudo se deu por meio do estágio curricular obrigatório, no Núcleo de Estudo sobre a Mulher – (NEM), vinculado à Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande Norte (UERN). Acrescentamos ainda ao nosso interesse pela temática, a participação como pesquisadora em duas pesquisas de iniciação científica⁴ na UERN.

³ Cursado na Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), em Mossoró-RN, com o título: As Expressões do Patriarcado nas Letras das Músicas de Forró: uma análise de gênero.

⁴ Refirimo - nos as pesquisas Poder Público e Violência Contra a Mulher no município de Mossoró – RN: um mapeamento dos serviços e condições de funcionamento; Avaliação da Lei Maria da Penha em Mossoró: Limites e possibilidades ao combate a violência contra a mulher. Ambas coordenadas pela Profª Drª. Fernanda Marques de Queiroz, da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e membro do Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEM).

Nesses trabalhos anteriores, particularmente no que se refere às mulheres verificamos uma “legitimação” das condições de subordinação e opressão vivida pelas mulheres, à violência é, significativamente, uma delas, mesmo de forma velada ou amorosa.

Os fundamentos e modos de manutenção das relações patriarcais de poder são os mais diversos. Contudo, concentramos-nos no âmbito do entretenimento que tem a arte musical como um de seus expressivos produtos de comercialização. Como a arte musical é composta por uma vasta variedade e diversidade de gêneros musicais, e este estudo necessita impor limites para possibilitar um maior aprofundamento, fizemos, nesse sentido, um recorte, delimitando o forró, mais especificamente, o forró estilizado, conhecido também como forró moderno, uma versão contemporânea do forró eletrônico, como objeto de nossa pesquisa.

Assim, neste estudo, ampliamos nossas reflexões sobre o patriarcado, mediante a apreensão da naturalização e banalização das variadas formas de violência contra as mulheres nesse estilo de forró.

Escolhemos a música como objeto de apreensão da ideologia patriarcal na expressão da violência, por esta se constituir como um dos aspectos culturais mais fortes na sociedade e que conforme Adorno (apud MAIA e ANTUNES 2008), expressa as contradições nela existente.

Particularizamos o forró por ser um dos gêneros musicais mais representativos na música brasileira, sobretudo na Região Nordeste. Como também, tendo este gênero se estabelecido no mercado musical a partir das décadas de 1940 e 1950, com os sucessos do cantor e compositor Luiz Gonzaga, desde então, a exemplo de outros estilos musicais, vem sofrendo alterações quanto a seu perfil original com o surgimento de novas bandas e grupos musicais, apresentando grande aceitação pública, que o leva a regimentar adeptos(as), tanto jovem como adultos de todas as classes sociais, em grande parte do território nacional, utilizando-se de expressões do cotidiano que reproduzem e fazem apologia as várias formas de violência contra as mulheres.

O outro motivo consiste no fato de que nas letras das músicas do forró estilizado encontramos um discurso social desrespeitoso e discriminatório para com as mulheres. Vale salientar, que expressões pejorativas dirigidas às

mulheres não constitui uma marca recente da música popular brasileira. Contudo, devido à revolução tecnológica da comunicação em massa, existe uma divulgação acelerada no âmbito da cultura que define processos reais. Logo, entendendo que a música é obra cultural e, portanto, “um sistema simbólico que faz a mediação entre os indivíduos sociais” (RIBEIRO, 2005, p.3), a preocupação aqui recaiu em saber que tipo de ideologia está sendo passada para os indivíduos. A nosso ver, uma ideologia legitimadora do patriarcado, consolidada na violência.

Assim, partimos dos pressupostos que as letras das músicas analisadas vão de encontro à luta das mulheres por igualdade de gênero e promoção dos direitos humanos.

Desse modo, essa pesquisa se propôs a uma análise crítica dos elementos contidos no conteúdo das letras das músicas que retratam o feminino. Desta sorte, o caminho trilhado nessa pesquisa exigiu um método que permitiu decifrar e apreender cientificamente tais elementos.

O método é aqui entendido, antes de tudo, como um caminho que possibilita enxergar as mediações que determinam a relação entre o sujeito que quer conhecer e o objeto a ser desvendado. Este objeto é reconhecido como parte do real a ser investigado. Entendemos, ainda, o método como um caminho que vai para além de um conjunto de procedimentos e passos previamente selecionados pelo investigador para buscar a afirmação ou a negação de pressupostos contidos no fenômeno que se pretende desvendar.

Nesse sentido, o referencial teórico-metológico que norteou a análise e, em que circunscreve nosso objeto, é fornecido pelo materialismo histórico-dialético, método desenvolvido por Karl Marx. Este é um método de interpretação da realidade e uma visão de mundo que tem por finalidade a práxis⁵, ou seja, tem como pressuposto, conhecer, interpretar e transformar a realidade. Dessa forma, o método marxista se constitui em uma abordagem teórica que se propõe a considerar a totalidade da realidade e,

⁵ “A expressão práxis refere-se, em geral, a ação, a atividade, e, no sentido que lhe atribui Marx, à atividade livre universal, criativa e autocrítica, por meio da qual o homem cria (faz produz), e transforma (conforma) seu mundo humano histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos outros seres. Práxis é sempre unidade teoria e prática” (Dicionário do Pensamento Marxista, p. 292).

conseqüentemente, a realidade que envolve a criação das letras das músicas elencadas para análise.

Marx desenvolveu seu método numa perspectiva que faz relação entre consciência e realidade, na qual a realidade é a produtora da consciência. O conhecimento em Marx se dá por meio do processo dialético, parte do movimento que vai do abstrato, que ele chama de representação caótica do real, ao concreto pensado. Partindo desta primeira representação do todo, realiza-se o processo de abstração do objeto a ser investigado, para conhecer com profundidade as determinações que o compõe, em seguida, realiza-se o caminho de volta, até chegar novamente ao real, ao empírico, orientado pela totalidade das determinações abstraídas do objeto e suas diversas relações com o universo que o cerca. Em *Para a crítica da economia política*, Marx enfatiza:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações [...] Por isso o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação abstratas conduzem a reprodução do concreto por meio do pensamento (MARX, 1985, p.14)

O método em Marx é um método dedutivo, parte do particular para o geral, do simples para o complexo. É do particular que se pretende chegar a totalidade, isso significa pensar que em nossas pesquisas devemos desvendar o real no seu particular, observando suas especificidades e determinações por meio da mediação, envolvendo todos os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Nesse sentido, o método marxista se desenvolve observando categorias fundamentais do ser social a totalidade, a mediação e a tríade que a compõe como a singularidade, a universalidade e a particularidade. “A totalidade não é a soma das partes, mas um grande complexo constituído de complexos menores” (PONTES, 1995, p. 39). Isso significa dizer que o ser social é um elemento complexo, permeado por infinitas determinações, que se articula com variados sistemas de mediações. A categoria mediação cumpre o

papel de articular as “relações moventes que se operam no interior de cada complexo relativamente total e das articulações dinâmicas e contraditórias entre as estruturas sócio-históricas” (PONTES, 1995, p.40).

Na esfera da singularidade, tem-se a representação do fato de forma caótica, ou seja, desprovida de suas determinações, é o fato visto no imediatismo em si mesmo, sem as abstrações necessárias. “Na esfera da universalidade se encontram as grandes determinações e leis tendênciais de um dado complexo” (PONTES, 1995. 41). Na esfera da particularidade, há a possibilidade de compreender que o ser social como totalidade deve ser apreendido em sua especificidade, em conexão com os fenômenos e processos sociais em toda sua complexidade.

Conforme Pontes (1995):

Na dialética entre universal e singular encontra-se a chave para desvendar o conhecimento do modo de ser do ser social. Lukács chama essa dialética de particularidade, caracterizando-a como um *campo de mediações*. É nesse *campo de mediações* que os fatos singulares se vitalizam com as grandes leis tendênciais da universalidade e dialeticamente as leis universais saturam-se de realidade. (p.41)

Dessa forma, o processo de conhecimento que deve ser perseguido pelo pesquisador ou investigador é aquele que se funda na revelação da realidade na sua contradição, na busca da verdade situada num contexto histórico. Partindo desse fundamento, fizemos a análise das letras das músicas de forró elencadas.

Nesse estudo, o uso do método proposto por Marx, fez-se necessário para que pudéssemos ultrapassar a aparência das letras das músicas que se apresentam em ritmos contagiantes, que convidam as pessoas a aderirem ao estilo, sem que se faça uma reflexão crítica do que está sendo propagado nas expressões utilizadas. Nesse sentido, a perspectiva marxista foi fundamental para que pudéssemos desvendar o que está implícito e a carga ideológica que compõem as canções do estilo do forró analisado.

Com o apoio nos elementos constitutivos do método, como a singularidade, universalidade e particularidade na análise das letras das

músicas, realizamos o movimento que nos permitiu sair da aparência imediata, a qual Marx chamou como já foi citado anteriormente, de representação caótica. Por meio da abstração tentamos nos aproximar do conjunto de determinações que envolvem estas letras. Determinações impostas por um modelo de sociabilidade orientada pela ideologia capitalista, que conforma no seio da sociedade uma relação de convivência entre os indivíduos, fundada no individualismo e no reforço a cultura patriarcal machista.

Dessa forma, para a realização desse estudo, utilizamos a abordagem qualitativa, pois a pesquisa qualitativa possibilita compreender um fenômeno complexo na sua totalidade. Segundo Minayo (2004), a pesquisa qualitativa,

se preocupa, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (p. 21).

O objetivo fundamental da pesquisa qualitativa, de acordo Richardson (1999), “está no aprofundamento da compreensão do fenômeno social” (p.102). Nesse sentido, para realização da pesquisa nos fundamentamos nas categorias teórico-metodológicas: relações sociais de gênero, patriarcado, violência contra as mulheres, ideologia e indústria cultural, que trabalhadas conjuntamente, contribuíram para uma apreensão crítica da construção histórica da subordinação das mulheres na sociedade de classe e de sua expressão no âmbito da cultura de massa.

Na reflexão sobre a categoria relações sociais de gênero nos apoiamos, com ressalvas, na concepção de Scott (1990). A definição dessa categoria para esta autora reside numa ligação integral entre duas proposições: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos e gênero como uma forma primária de significação das relações de poder, apoiada por quatro elementos inter-relacionados: os símbolos culturais, os conceitos normativos, a organização

social e a identidade subjetiva. E em Saffioti (2004) que pensa o gênero para além de uma categoria de análise das relações entre homens e mulheres, revelando-nos o seu caráter ontológico, histórico e político que nos possibilita perceber como se estabelecem as relações entre homens e mulheres.

Sobre o patriarcado, nos apoiamos nas formulações de Heleieth Saffioti (2004), essa autora define o patriarcado como sendo um sistema de dominação-exploração das mulheres. Seus principais elementos são: o controle da fidelidade feminina; a conservação da ordem hierárquica com a autoridade do masculino sobre o feminino, bem como dos mais velhos sobre os mais novos; e a manutenção dos papéis sociais: ao homem fica incumbida a responsabilidade da provisão material e a mulher pelos afetos e cuidado do lar.

Quanto à categoria violência contra as mulheres lançamos mãos dos mais variados estudos, autoras e autores. Contudo, nos apoiamos fundamentalmente nas abordagens sobre essa temática da estudiosa e pesquisadora Heleieth Saffioti (2004, 2008). Para essa autora a violência contra as mulheres se constitui em uma ação de abusos aos direitos humanos.

Em Ideologia, utilizamo-nos das reflexões de Michel Lowy (1985). Esse autor nos fornece diferentes significados acerca desse termo que orientam variadas concepções. Contudo, nos aproximamos da conceituação indicada por Marx, que se refere à ideologia como um conceito pejorativo, que se manifesta por meio de uma falsa consciência para a sustentação de interesses de classe.

E, por fim, quanto à categoria indústria cultural, nos valem das formulações de Theodoro Adorno e Marx Horkheimer (1985). Para eles, essa indústria representa a expansão das relações mercantis a todas as instâncias da vida humana. O termo foi utilizado por eles em lugar de “cultura de massa”, uma vez que esse último pode levar a uma ideia equivocada de uma cultura espontaneamente popular.

Tais categorias foram compreendidas numa relação de totalidade e contradição, inseridas no contexto das relações capitalistas de produção (QUEIROZ, 2005), e na lógica patriarcal orientada pelas relações sociais desiguais de gênero, que impõe às mulheres uma condição de subordinação em relação aos homens e, conseqüentemente, naturaliza os atos de discriminação, opressão e violência praticado contra elas.

Durante o percurso fizemos revisão bibliográfica, que se constitui em um exercício permanente na pesquisa qualitativa, na qual fizemos leituras de obras que apresentam um conjunto de concepções teóricas que abordam as categorias acima citadas.

Nesse sentido, tomamos para constituição desse estudo, as letras das músicas, poderíamos ter tomado outros caminhos, uma vez que esse gênero musical fornece diversos elementos interessantes que instigam uma investigação, como os próprios títulos das músicas (*Ela é Rampeira*, *Locadora de mulher*, *Rapariguei*, entre outras); as nomenclaturas das bandas (*Garota Safada*, *Ferro na Boneca*, *Calcinha Preta...*); a performance dos shows que envolve bailarinas e bailarinos que se apresentam com os corpos seminus e coreografam a letra das músicas, e tantos outros elementos. Contudo, optamos pela letra das músicas porque são repetidas pelas pessoas automaticamente, logo, tem um forte teor de subjetivação e poder de introjeção.

Então tomamos para análise ao todo quinze letras de músicas de diversos estilos de forró além do estilizado, como o tradicional e de duplo sentido. Forró Tradicional, analisamos as seguintes letras: *Asa Branca* de Luiz Gonzaga em parceria com Humberto Teixeira, *Xote dos Cabeludos* de Luiz Gonzaga e José Clementino, *Mulher-Macho* composição de Humberto Teixeira. Forró de Duplo Sentido, analisamos a letra da música *Julieta* de autoria Roedil Caetano. Forró Estilizado, fizemos análise das letras: *Amor de Rapariga*, banda Calcinha Preta; *Um Carro Cheio de Rapariga*, banda Aviões do Forró; *Mulher Fuleira* (2008) banda Aviões do Forró; *Bata Nego* regravada pela banda Aviões do Forró; *Mulher Boa é Minha Mãe* (2008), banda Saia Rodada; *O Esporte da Mulher (O karatê)*, 2007, banda Cavaleiros do Forró; *Mulher do Babado* (2007), banda Cavaleiros do Forró; *Mulher Fuleira* (2009), banda Aviões do Forró. Contudo, ressaltamos que nos detivemos para a análise de conteúdo, particularmente, em três letras de músicas do forró estilizado, são elas: *Tapa na Cara* (2008) da Banda Saia Rodada; *Mulher Roleira* (2004), Banda Aviões do Forró; e *Bomba no Cabaré* (2007), de autoria de Dadá di Moreno e Maninho interpretada pela banda Matruz com Leite.

Assim, a partir da compilação das músicas, recortamos por temáticas categorizamos e realizamos análise de conteúdo. Segundo Bardin (2002), a análise de conteúdo,

[...] é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (p.72).

Inferir diz respeito ao processo que permite manipular as mensagens, para que se desvende uma realidade diferente da que aparentemente traz a mensagem, é a passagem da descrição para a interpretação. Na análise de conteúdo, o ponto de partida é a mensagem. Contudo, ao analisar a mensagem devemos levar em consideração o contexto histórico, econômico e sociocultural que envolve a pessoa que a produziu, pois “as mensagens são carregadas de elementos cognitivos, afetivos, valorativos e historicamente mutáveis,” (FRANCO, 2003, p.13).

Dessa forma, a análise de conteúdo se constituiu em uma técnica que nos possibilitou desvelar a ideologia subjacente que orienta as mensagens expressas nas músicas.

Em face do exposto, acreditamos que este trabalho terá uma relevância social, na medida em que, nos levará a refletir sobre essa produção cultural que se legitima na palavra e “que reafirma uma visão de mundo machista, indo de encontro a todos os avanços legais simbólicos que vêm tentando diluir as desigualdades de gênero” (RIBEIRO, 2005, p. 3). Como também se constitui em relevância acadêmica, pois essa temática, ainda é pouco abordada nos estudos na área de gênero e no Serviço Social.

Enfim, para apresentação desse estudo, organizamos esse trabalho em quatro capítulos. São eles, além dessa introdução e das considerações finais:

Segundo capítulo: *Brasil, mostra sua cara: formação socioeconômica brasileira*. Neste, fizemos uma suscita reflexão sobre o processo de formação econômico-social do Brasil, uma vez que o patriarcado enquanto sistema de

dominação se enriquece na dinâmica histórica de uma determinada sociedade. Porém, nos tendemos em particular, no processo de maturação da ordem burguesa no período de colonização e na construção sócio-histórica do Nordeste brasileiro, bem como também na formação da identidade social nordestina, já que as letras pesquisadas são originárias dessa região.

Terceiro capítulo: *Ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais: relações sociais patriarcais de gênero*. Neste capítulo, procuramos refletir sobre algumas categorias que são centrais para o feminismo e, em especial, para a nossa apreensão da representação das mulheres nas letras das músicas de forró. Tais como as categorias relações sociais de gênero, patriarcado e ideologia.

Quarto capítulo: *Quem aqui não se engabela nos botões de uma sanfona: indústria cultural e forró estilizado*. Fizemos, nesse capítulo, reflexões sobre a indústria cultural apontando as implicações de seu domínio sobre as artes em geral e sobre a consciência dos sujeitos sociais, como também abordamos sobre a origem do forró e o seu processo de inserção na indústria cultural que se inicia com Luiz Gonzaga, a partir de 1940, e que se consolida como gênero musical e como autêntico produto dessa indústria a partir dos anos 1990.

Quinto capítulo: *Pense numa mulher galinha: expressões do patriarcado nas letras das músicas de forró*. Aqui realizamos abordagem sobre a violência contra as mulheres e a análise das letras das músicas, apontando elementos que contribuem para manutenção e perpetuação da ideologia patriarcal machista.

2 “BRASIL, MOSTRA SUA CARA”⁶: Formação Socioeconômica Brasileira

Para melhor apreensão das expressões do patriarcado (nosso objeto de estudo) no contexto atual, entendemos ser necessário realizarmos reflexões sobre o processo de formação econômico-social do Brasil, pois o patriarcado enquanto sistema de dominação masculina se estrutura com implicações políticas, sociais, econômicas e culturais que se enriquecem na dinâmica histórica de uma determinada sociedade.

No entanto, esclarecemos que não pretendemos discorrer acerca dos ciclos econômicos e contextos políticos da história do Brasil, em sua totalidade.

Para nós, interessa em particular, focalizarmos o processo de maturação da ordem burguesa no período de colonização e a construção sócio-histórica do Nordeste brasileiro. Com isso, esperamos fazer uma leitura dos elementos que são determinantes para a formação de uma cultura de massa, predominantemente patriarcal, racista e sexista particularizada, aqui, nesse trabalho nas letras de músicas do forró estilizado.

A ocupação econômica do território brasileiro em meados do século XVI, por colonos europeus, corresponde ao período histórico de expansão do capitalismo⁷ mercantil concorrencial da Europa. Esse momento foi

⁶ Trecho da música: *Brasil* interpretada por Cazuza. Composição: Cazuza / Nilo Roméro / George Israel. Disponível em: [letras.terra.com.br > C > Cazuza](http://letras.terra.com.br/cazuza/) – Acesso em 1 de jan 2011

⁷ Na literatura de tradição marxista o capitalismo nasce e se desenvolve observando 3 etapas: **1. Capitalismo concorrencial**, “conhecido também como liberalismo clássico ou competitivo, que vigorou nas nações desenvolvidas até o final do século XIX. [...] Nessa fase a idéia que prevalecia era a da não-intervenção do Estado na esfera econômica. O papel deste deveria se restringir à manutenção da ordem pública” (FONSECA, 2003, p. 309 e 311). **2. Capitalismo monopolista** que sucede o anterior ainda no final do século XIX, também conhecido como estágio imperialista “altera significativamente a dinâmica interna da sociedade burguesa: ao mesmo tempo em que potencia as contradições fundamentais explicitada no estágio concorrencial [...]” (NETO, 2005, p. 19). “As principais características dessa fase são, por um lado, o surgimento das grandes corporações e, por outro, a forte presença do Estado na vida social. Juntos e articuladamente, Estado e grandes empresas comandam o processo de acumulação [...]” (FONSECA, 2003, p. 309). **3. Capitalismo financeiro**: esta terceira fase ainda em desenvolvimento, é designada, também, por alguns analista como financeirização do capital ou capitalismo contemporâneo, seu ponto de partida é o ano de 1973. Principais características: intensificação das interações comerciais entre os próprios países centrais, constituído pela chamada Tríade (Estados Unidos, União Européia e Japão); estruturação de *blocos supranacionais* que formam os espaços geoeconômicos regionais, contando com normas específicas para suas transações comerciais; intensificação do uso dos recursos

singularizado por acontecimentos como: as navegações, a expansão marítima comercial, as grandes descobertas, a colonização e os novos mercados, dando início à corrida imperial entre as duas nações pioneiras na organização de impérios coloniais, na modernidade⁸, Portugal e Espanha. Segundo, Pereira (1997):

A conquista das novas terras se realiza visando primeiramente as possibilidades de apropriação de produtos indispensáveis ou complementares para as economias européias. A organização da produção colonial está voltada para a obtenção de mercadorias procuradas pelos europeus, constituídas basicamente de produtos tropicais - além dos metais nobres, naturalmente. Desse modo, a colonização moderna, que no início liga-se à preocupação política de preservar as terras descobertas, logo estará voltada aos interesses de natureza econômica (p. 2).

Contudo, impulsionado pela expansão comercial e “em boa medida como uma conseqüência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações européias” (FURTADO, 2007, p. 27), que ameaçavam entrar na corrida imperial, Portugal, então, realiza o esforço de ocupar o território brasileiro. A forma que Portugal encontrou para iniciar sua ocupação foi à utilização econômica por meio da exploração agrícola das terras brasileiras, mais precisamente, da faixa litorânea do que hoje se conhece por Nordeste e da extração de minérios. Adotando a doação de terras, Portugal dividiu o Brasil em capitanias e sesmarias, implantou o cultivo da monocultura, assegurando, assim, a defesa do território colonial, ao mesmo tempo, que permitiu organizar a produção de forma a atender seus objetivos mercantis.

A exploração econômica colonial do território brasileiro seguiu uma dinâmica mercantil complementar dependente e periférica, dando origem a

informacionais, que garantem comunicação instantânea entre os agentes econômicos mais distantes; existência de uma massa de capital sob a forma de capital dinheiro remunerada através dos juros que ficam em mãos de uma camada capitalista, que não se responsabiliza por investimentos produtivos, entre outras. (NETTO e BRAZ, 2008)

⁸ Segundo Netto (1992), modernidade é entendida como um “grande projeto histórico, social e cultural que, contido no iluminismo, vinculava a racionalidade do controle sobre a natureza à emancipação e à liberação dos homens” (p.12).

“uma complexa formação econômico-social da colônia portuguesa, numa perspectiva que abarca as estruturas internas e as relações entre a periferia colonial e o centro mais dinâmico da economia mundial” (PEREIRA, 1997, p. 2). O Brasil, neste contexto, ganhou *status* de um grande entreposto por onde escoava toda produção agrícola e a extração de minérios em direção ao mercado internacional.

Nos primeiros séculos de colonização, foram instituídas ao norte do país (hoje nordeste) duas bases econômico-sociais que formaram um complexo econômico: a atividade de produção de cana e do açúcar, em extensos latifúndios. Esta se constituiu na principal atividade econômica do país na época, e a pecuária em caráter extensivo, que tinha a função de abastecer com animais de trabalho tanto as atividades da zona açucareira como a zona de mineração que se desenvolveu no interior de Minas Gerais, e ainda o fornecimento de carnes para as populações litorâneas (OLIVEIRA, 1981).

É com o açúcar que se inicia o desenvolvimento econômico do Brasil, uma especiaria valiosa, de expressiva aceitação comercial no continente europeu, comercializada a preços altos, garantia lucros altos aos produtores e mercadores. A produção dessa atividade era voltada exclusivamente para exportação e, “fundava-se, na colônia e durante o Primeiro e o Segundo império, no trabalho escravo, compulsório [...], que o capitalismo criou como um dos pilares de sua acumulação primitiva” (OLIVEIRA, 1981, p.59). Assim, a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo são os três elementos que marcam toda a economia do período colonial.

Florestan Fernandes (2010) afirma que,

[...] o Brasil conheceu, em sua história colonial e independente, várias formas de escravidão, as quais se associam à escravização de raças diferentes, com características étnicas e culturais distintas, e as formações socioeconômicas escravistas diversas (p.41).

O referido autor salienta, ainda, que o escravo não foi utilizado somente como mão-de-obra compulsória, ele foi instituído como principal

mercadoria, de uma extensa rede de negócio, que ia da captura, do tráfico ao mercado de negócio à forma de trabalho. Esta rede se instituindo na mola mestra da acumulação do capital mercantil, que movimentou o processo de produção da monocultura não só do açúcar, como também do café no seu estágio inicial.

A partir do final do século XIX, o café, que já havia “sido introduzido no Brasil desde o começo do século XVIII e se cultivava por toda parte para fins de consumo local” (FURTADO, 2007, p.168), ganha importância comercial mundial e desperta no Brasil o interesse pela sua produção em grande escala. Contudo, Oliveira (1981) observa que a cultura do café foi viabilizada pela apropriação do “excedente do produto social da economia agrícola e pecuária de Minas Gerais” (p.73), ao contrário das economias até então implantadas no território brasileiro, como o açúcar, a pecuária e o algodão, que eram obra do capital internacional. Oliveira (1981) observa ainda que a produção do café não prescindia só do capital nacional. Historicamente, foi mantida uma relação de subordinação com o capital financeiro internacional, sobretudo inglês e francês, uma vez que toda produção era vendida no mercado mundial. Ele afirma, que mesmo mantida tal subordinação, se estabeleceu, na época, uma expansão da economia cafeeira nacional.

Sobre esse ponto, Furtado (2007) faz o seguinte comentário:

Ocorreu, entretanto, que a grande expansão da cultura cafeeira, do final do século XIX, teve lugar praticamente dentro das fronteiras de um só país. As condições excepcionais que oferecia o Brasil para essa cultura valeram aos empresários brasileiros a oportunidade de controlar três da quarta parte da oferta mundial desse produto (p.52).

Com a apropriação do excedente, os cafeicultores garantiram que as decisões de investir se internalizassem. E as decisões de investimentos foram tomadas no sentido de modernizar a produção do café por meio da implementação de máquinas e equipamentos no processo de produção, que conseqüentemente passa a demandar a constituição de núcleos produtivos para atender o comércio exportador, dando início à expansão do capital comercial no Brasil. Fato que possibilitou a criação do mercado interno.

Segundo Behring (2003), para Prado Jr. a colonização brasileira se articulou de maneira complicada e complexa com a dinâmica do mercado internacional e com os movimentos do mercado interno e a sociedade brasileira, servindo à acumulação originária de capital a economia dos países centrais, pois o Brasil nasce sob o signo do capitalismo mercantil, que responde pela conformação de todos os seus elementos constitutivos.

Para Behring (2003), a análise de Prado Jr. é orientada pelo conceito de desenvolvimento desigual e combinado, segundo o qual observa no Brasil “uma formação social na qual sobressaem ritmos irregulares e espasmódicos e desencontrados” (IANNI, 1992 apud BEHRING, 2003, p. 87). Com isso estão implícitos os conceitos de transição e modernização, Prado Jr. reconhece traços não clássicos⁹ na passagem para o capitalismo no Brasil, uma vez que a adaptação brasileira ao capitalismo se gestou numa complexa articulação de processo de adaptação ao capitalismo e conservação, pois importantes elementos da antiga ordem foram mantidos.

Nessa direção, Behring (2003) destaca o pensamento de Florestan Fernandes para afirmar que o capitalismo ao ser introduzido no Brasil, sofreu metamorfose e adquiriu característica própria que converteu o padrão burguês de civilização em necessidade histórico-social, implementando transformação na economia, na sociedade, no Estado, por meio de uma complexa base psicocultural e política.

Dentre estas bases queremos destacar a organização patriarcal da sociedade nordestina, que será abordada no próximo item.

2.1 “Imagine o Brasil ser dividido e o Nordeste ficar independente”¹⁰: Formação sócio-histórica do Nordeste

⁹ Bering (2003) afirma que Coutinho lembra que os conceitos formulados no âmbito da tradição marxista acerca de vias não – clássicas, foram os de “via prussiana” em Lenin, de “revolução pacífica” em Gramsci.

¹⁰ Trecho da letra da música: *Nordeste Independente (imagine o Brasil)*, interpretada por Zé Ramalho e Elba Ramalho: disponível em : letras.azmusica.com.br/...e.../letra_nordeste_independente_imagine_o_brasil_1490619.htm. Acesso em 01 de jan 2011.

A formação sócio-histórica do Nordeste tem determinações econômicas ligadas diretamente à ocupação e a inserção do território brasileiro na lógica da dinâmica de expansão do capital comercial europeu. Como discutiremos neste capítulo, o Nordeste foi palco da primeira instalação produtivo-mercantil que deu início a ocupação e a colonização do Brasil, pois foi no espaço físico da faixa litorânea nordestina que floresceu o que Furtado (2007), chamou de “primeira grande empresa colonial européia” (p. 31), baseada na produção da cana e fabricação do açúcar, que deu origem a uma formação social peculiar baseada no poder hierarquicamente organizado, privilegiando os homens, proprietários das terras onde se desenvolveu a economia açucareira.

De acordo com Furtado (2007), a atividade açucareira era cultivada com uma forte concentração de terras e da renda nas mãos da classe dos proprietários de engenho. A dinâmica de produção açucareira voltada para atender a demanda externa, realizava-se por meio de formas violentas de submissão da mão-de-obra, ou seja, a escravidão, mas mantinha também certo número de assalariados, homens de vários ofícios e supervisores/feitores do trabalho escravo¹¹.

Furtado (2007) mostra ainda que o crescimento da economia açucareira se dava de forma extensiva, pois crescer era ocupar novas terras e aumentar as importações, sem que mudanças estruturais fossem efetivadas. Durante todo espaço de tempo de expansão açucareira a variável era a demanda externa.

A atividade açucareira contava com capital internacional já que seus proprietários, eram, geralmente, de origem europeia, conhecidos como os senhores de engenhos ou barões do açúcar. Os engenhos¹², unidades

¹¹ De acordo com Ferlini (2003), “os escravos deviam obedecer aos feitores, que jamais seriam repreendidos em sua frente. Sua função era mandar, orientar aonde os escravos iriam trabalhar, repreender e castigar. Os castigos por desobediência variavam, geralmente eram chicoteados, amarrados ao tronco, e depois presos com correntes. Apesar de haver uma espécie de “cartilha” como repreender e punir os escravos, sempre houve exageros e que em cima de suas feridas eram colocados uma mistura de limão, vinagre, etc.” (p. 11).

¹² Segundo Ferlini (2003), “o conjunto arquitetônico do engenho era grandioso. Havia grandes edificações interligadas, moendas, cobres, fornalha, animais, e escravos. Uma grande casa de alvenaria que abrigava os picadeiros de pedra e cal, onde era depositada a cana, o conjunto de moendas. No plano mais alto ficava a casa das caldeiras de cozinha, assentadas sobre as fornalhas, o tendal, onde era feito o resfriamento, outro enorme edifício de purgar, em média

produtoras da agromanufatura açucareira, constituíram-se em um conjunto complexo de relações econômicas e sociais, integrando raças e culturas distintas, que se ordenava em patamares hierárquicos e diferentes posições de mando e obediência. Os senhores de engenho detinham o comando com poderes sociais, políticos e econômicos, formando “um mundo de homens onde o poder e a arbitrariedade estavam sempre mais juntos que separados [...], e a brutalidade originária do poder retido nas mãos de poucos” (FURTADO, 1989, p. 21). Um mundo alicerçado numa família extensa patriarcal, espinha dorsal da sociedade colonial, que se instalou no Brasil segundo a tradição dos portugueses.

Da Matta (1987) observa que a família no Brasil colônia era considerada uma instituição indispensável para a vida social. Aquele que não fizesse parte de um círculo familiar era marginalizado socialmente. Segundo o autor citado, neste momento histórico, “a noção de indivíduo, na cultura brasileira, ainda não havia se enraizado, e o bem-estar social significava antes de tudo o pertencimento a algum grupo familiar” (p.125). O vínculo familiar era, portanto, cultuado como um valor associado à ideia de prestígio social.

Segundo Itaborai (2005), Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala* (1933) apresenta a descrição da família patriarcal colonial brasileira, como sendo uma família chefiada por um patriarca dono das riquezas e, que detinha o poder sobre suas filhas, filhos e esposa e também sobre parentes, pessoas agregadas, escravos e escravas.

Itaborai (2005) afirma que para Freyre, a família patriarcal colonial, além de se estruturar como esfera de vivência da autoridade e afetividade entre seus membros, era ao mesmo tempo uma “unidade política, econômica e social, que teve um papel fundamental na definição de nossa história” (ITABORAI, 2005, p. 174).

A casa-grande era o símbolo desse tipo de organização, a área de influência dessa organização familiar englobava a atuação da Igreja, do Estado e todas as outras instituições sociais e econômicas, constituindo-se em uma

com 1000 metros quadrados, com mesas para receber as formas em processo de limpeza e solidificação. Mais adiante havia um galpão de secagem e peso. Havia a casa-grande, imponente, onde residia o senhor e sua família, servia também de escritório, e uma espécie de fortaleza. Compunha ainda a senzala, um local pequeno, onde eram amontoados os escravos. Havia ainda a capela, que ficava isolada, indispensável, cujo santo, geralmente, dava o nome ao engenho” (FERLINI, 2003, p.8).

força social que se desdobrava em política em uma época em que o governo português não conseguia se fazer representar em toda colônia, possibilitando, assim, que “o rei de Portugal quase que reine sem governar” (FREYRE, 1933 apud ITABORAI, 2005, p. 175).

Freyre, assim, descreve a família patriarcal¹³ colonial:

Vivo e absorvente órgão da formação social brasileira, a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, a do mando político: ou oligarquismo ou nepotismo, que aqui madrugou, chocando-se ainda em meados do século XVI com o clericalismo dos padres da Companhia. [...]. Pela presença de um tão forte elemento ponderador como a família rural ou, antes, latifundiária, é que a colonização portuguesa do Brasil tomou desde cedo rumo e aspectos sociais tão diversos da teocrática, idealizada pelos jesuítas [...] (FREIRE, 1994, apud ITABORAI, 2005, p.174).

Para Machado (2001), o modelo patriarcal gilbertiano é referencial, faz parte da formação brasileira e é este modelo que se ‘casa’ posteriormente com o modelo da família nuclear burguesa, que será reapropriado e adaptado pela mentalidade da família patriarcal.

Samara (1986) e Corrêa (1993), consideram que o poderio patriarcal, regionalmente localizado, gestou-se num momento de ausência de um Estado forte, e portanto o seu declínio se verificou quando este Estado assumiu seu papel. Contrariando essa afirmativa Teruya (2000) destaca que:

No momento de organização do Estado, na segunda metade do século XIX, [...], o que se dava de fato era a apropriação dos cargos políticos pelos representantes das grandes famílias proprietárias, que desta forma, continuaram à frente do poder político, originando então, as oligarquias familiares (p. 7).

¹³ De acordo com Machado (2001) e Itaboraí (2005), apesar de historiadores, sociólogos e antropólogos, considerarem Gilberto Freyre como um grande teórico da família brasileira e destacarem a importância de sua análise sobre a família patriarcal e de partirem do referencial teórico gilbertiano sobre família, revisões da noção de família patriarcal têm sido feitas, numa perspectiva histórica, apontando para a existência de arranjos familiares alternativos que coexistiram no espaço e no tempo com a família extensa patriarcal do período colonial. São apontados nessa revisão os estudos de Eni Mesquita Samara (1986), Marize Corrêa (1993) e Paulo Eduardo Teixeira (2004) entre outros.

Entretanto, a partir do final do século XVII, o Nordeste dos barões do açúcar e da família extensa patriarcal começa a se reconfigurar. Segundo Furtado (2007), o Nordeste açucareiro nesse século conheceu sua primeira crise econômica, deflagrada pela queda de preços do açúcar, devido à emergência da concorrência com o açúcar produzido nas Antilhas. A região, então, mergulha num longo período de letargia, dando margem a expansão, em paralelo ao núcleo exportador açucareiro, da atividade criatória voltada para atender a demanda açucareira e a região de mineração com animais de corte e transporte.

A atividade pecuária, organizou-se na porção mais interior da região, estendendo-se para o Agreste e para o Sertão, devido a “impraticabilidade de criar gado dentro da faixa litorânea, isto é dentro das unidades açucareiras” (FURTADO, 2007, p.96).

Furtado (2007) ressalta, que apesar das atividades açucareiras e criatórias tenderam a manter suas formas originais, com crescimento de caráter extensivo, sem alterações estruturais que repercutissem nos custos de produção e na produtividade, apresentavam algumas características distintas. Na criação de gado, a ocupação das terras além de extensiva, era até certo ponto itinerante, por outro lado, a organização de produção não conheceu a escravidão¹⁴, sendo absorvida pelo trabalho assalariado, além, também de ser uma atividade econômica de ínfimas dimensões que não chegava sequer a ser notada na estrutura social de poder. Porém, como essa atividade estava ligada diretamente a produção de cana e do açúcar, com a decadência dessa última, na metade do século XVII, “determinou a transformação progressiva do sistema agropecuário em economia de subsistência” (FURTADO, 2007, p.193). Com certeza, poderia se verificar a incidência de organização familiar diferenciada em relação à grande família patriarcal açucareira, apontadas pelos revisionistas dessa família que se contrapõe a formulação de Freyre sobre essa família.

Contudo, é no século XIX que Furtado (2007) localiza a consolidação da crise açucareira em meio aos acontecimentos políticos

¹⁴ Contudo Oliveira (1981) afirma que “sendo a pecuária do sertão Nordestino “uma forma de desdobramento, marginal, da atividade principal, sendo seus agentes do tipo dos que Maria Sylvia de Carvalho Franco descreveu e interpretou admiravelmente como uma forma de inserção de homens livres na ordem escravocrata” (p. 45 e 46).

importantes, como a Independência (1822) e a República (1889), aliada a abolição da escravidão e ao aumento da chegada dos imigrantes¹⁵. Mas, tais acontecimentos, segundo ele, se deram em momento da hegemonia da produção do café, instalada na região Sudeste, que marcou a transição para uma nova forma de organização de produção baseada na mão-de-obra assalariada e industrial. Nessa ocasião, o café passou a ser o produto de maior demanda internacional, constituindo-se, portanto, no principal elemento de exportação brasileira. Portanto, esse fato aliado ao deslocamento do capital internacional que se voltara para os novos produtores de açúcar, sobretudo nas Antilhas e no Caribe, o Nordeste açucareiro passou a ser relegado a segundo plano, no que se refere aos interesses de produção e comercialização, a força da elite rural-açucareira nordestina declina diante de novas conjunturas econômicas internacional e nacional

Sobre esse ponto, Oliveira (1981) faz a seguinte observação:

A conversão da “região” do café em “região” da indústria começa a redefinir a própria divisão regional do trabalho em todo conjunto nacional. Seu papel nessa divisão regional do trabalho no que diz respeito à “região” Nordeste passa a ser [...] sistematicamente, a reserva do exército industrial de reservas. [...], (p. 37).

Portanto, segundo Oliveira (1981), no final do século XIX e começo do século XX, o Nordeste começa a ser redefinido completamente, pois enquanto a região açucareira tinha sua expansão cortada, entrava em cena um novo produto - o algodão - implantado na região no século XVIII,

como seqüela da Revolução Industrial, e principalmente, do avanço da indústria têxtil na economia inglesa, a demanda mundial de algodão começa a crescer exponencialmente (OLIVEIRA, 1981, p.46).

¹⁵ Segundo Baeninger (2005 apud JESUS 2005), “a partir da segunda metade do século XIX, a implantação da cultura do café conduziu a uma imigração europeia de grande magnitude; na primeira onda de imigração estrangeira (de 1880 a 1903) entraram 1,9 milhão de europeus, principalmente italianos, seguidos de portugueses, espanhóis, alemães (LEVY, 1974), na segunda onda (de 1904 a 1930) entraram outros 2,1 milhões, destacando-se que essa etapa – em particular no pós Primeira Guerra Mundial – além dos italianos, nota-se a presença de poloneses, russos e romenos” (p.7).

No Brasil, essa atividade se desenvolve graças a condições climáticas e solos favoráveis do Nordeste semiárido.

O Nordeste, então, converte-se em um vasto algodão, no espaço desbravado pela penetração da atividade pecuária, segmentado em pequenas e isoladas plantações nas quais “[...] o capitalismo internacional dominava a esfera financeira de circulação, deixando a produção entregue aos cuidados de fazendeiros, sitianteiros, meeiros, posseiros” (OLIVEIRA, 1981, p. 47). O algodão, inicialmente é destinado a produção de tecidos rústicos utilizados na confecção de roupas para a população escrava, mais tarde vai atender a demanda mundial, devido ao desenvolvimento da indústria têxtil na economia inglesa.

Surge então o Nordeste semiárido composto pela a atividade do algodão, da pecuária extensiva e da economia de subsistência em uma estrutura típica de latifúndio-minifúndio, cuja expansão encontrou sustentação nos mesmos mecanismos de produção cafeeira, ou seja no trabalho assalariado, com uma economia de corte nitidamente capitalista (OLIVEIRA, 1981).

Esse novo Nordeste retirou das mãos da burguesia açucareira o poder político interno, passando para as mãos da classe latifundiária que comandava a produção do algodão, dando início a mudança na estrutura social nordestina que tinha se desenvolvido sob a determinação da família patriarcal tradicional açucareira. Quanto à formação social dessa área, Furtado (1989) destaca que:

A sociedade formou-se no âmbito das fazendas, onde o poder econômico e o poder político eram duas faces da mesma moeda e onde os aglomerados urbanos nada mais eram que o prolongamento das fazendas. Esse quadro de isolamento reforçava a situação de dependência do trabalhador rural em face do senhor de terra. (FURTADO, 1989, p.22).

De acordo com Oliveira (1981), esse Nordeste oligárquico de latifúndio-minifúndio do sertão, então decadente, contrastou-se com as

imagens do Nordeste litorâneo açucareiro, “nesse rastro é que surge o Nordeste das secas” (p.35).

A seca, então, passa ser a imagem que caracteriza o Nordeste. De acordo com Albuquerque Jr. (2009) as grandes secas que ocorreram nos anos de 1877-1879, foi o episódio que marcou a emergência desse novo Nordeste. O autor citado ressalta que embora a estiagem fosse um fenômeno do qual se tinha relato desde o início da colonização, e do qual a população pobre sempre foi a sua principal vítima, neste período, a seca ganhou importante destaque na imprensa nacional, pois ela atingiu violentamente os proprietários de terra. Instituído, assim, o Nordeste em um recorte regional problema.

Segundo Albuquerque Jr. (2009) esse Nordeste seco passou a fazer parte da produção cultural e artística das mais variadas áreas (música, literatura, artes plásticas, entre outras), da região, ignorando-se as áreas úmidas existentes no território. Para o citado autor,

o romance de trinta institui uma série de imagens em torno da seca, que se tornaram clássicas e produziram uma visibilidade da região à qual a produção subsequente não consegue fugir. Nordeste do fogo, da brasa, da cinza e do cinza, da galharia negra e morta, do céu transparente, da vegetação agressiva, espinhosa, onde só o mandacaru, o juazeiro e o papagaio são verdes. Nordeste das cobras, da luz que cega, da poeira, da terra gretada, das ossadas de boi espalhadas pelo chão, dos urubus, da loucura, da prostituição, dos retirantes puxando jumentos, das mulheres com trouxas na cabeça trazendo pela mão meninos magros e barrigudos, nordeste da despedida dolorosa da terra, de seus animais de estimação, da antropofagia. Nordeste da miséria, da fome, da sede, da fuga para a detestada zona da cana ou para o Sul¹⁶ (ALBUQUERQUE Jr., 2009. p. 125).

A música é apontada também por Albuquerque Jr., como uma das produções culturais de maior influência na construção do Nordeste seco, especificamente o gênero musical forró, nesse caso, temos como figura de maior relevo o cantor e compositor Luiz Gonzaga. Em seu trabalho, o Nordeste é tematizado a partir do sertão, cristalizando no imaginário dos sujeitos um

¹⁶ Albuquerque Jr. (2009) aponta a leitura de Euclides da Cunha, veiculada em *Os Sertões*, como relevante para construção do discurso de um Nordeste sinônimo de terra seca (p. 66).

cotidiano regional onde pessoas e animais travam embates com a natureza hostil. De acordo com Albuquerque Jr. (2009):

Luiz Gonzaga assume a identidade de 'voz do Nordeste', que quer fazer sua realidade chegar ao Sul e ao governo. Sua música 'quer tornar o Nordeste conhecido em todo o país', chamando atenção para seus problemas, despertando o interesse por suas tradições e 'cantando suas coisas positivas'. [...], A seca surge no discurso de Gonzaga como o único grande problema do espaço nordestino [...] (p. 178).

Para representar o quadro da seca no Nordeste, Luiz Gonzaga compôs em parceria com Humberto Teixeira, em 1947 a letra da música *Asa Branca*¹⁷:

Quando oiei a terra ardendo
Quá fogueira de São João
Eu perguntei a Deus do Céu, ai
Pru que tamanha judiação

Qui braseira, qui fornaia
Nem um pé de prantação
Pru farta d'água perdi meu gado
Morreu de cede meu alazão

Inté mesmo a asa branca
Bateu asas do sertão
Entonce eu disse adeus Rosinha
Guarda contigo meu coração?

Hoje Longe muitas léguas
Numa triste solidão
Espero a chuva cair de novo
Pra min vortá meu sertão

Quando o verde dos teus óio
Se espaiá na prantação
Eu te asseguro num chore não, viu
Qui eu vortarei, viu? Meu coração.

¹⁷ Trecho da letra da música: *Asa Branca* interpretada por Luiza Gonzaga, Composição: Luiz Gonzaga / Humberto Teixeira. Disponível em: www.cifraclub.com.br/luiz-gonzaga/asa-branca/ Acesso em 02 de jan 2011.

Não obstante, de acordo com Albuquerque Jr. (2009), a partir da constituição da região Nordeste como região da seca foi que se delineou uma identidade para sua população. Essa identidade foi associada ao meio hostil da região e de enfrentamento aos importantes acontecimentos políticos, sociais e econômicos citados neste texto, visto como grave ameaça ao poder patriarcal e patrimonialista. A formação dessa identidade é o que veremos no próximo item.

2.2 “Porque eu sou é homem, por que eu sou é homem e como sou!¹⁸”: a construção do homem nordestino e o poder do macho

2.2.1. Nordestino “cabra da peste”¹⁹

De acordo com Albuquerque Jr. (2003), a identidade social da população nordestina foi criada enquanto homem, um macho, não enquanto termo para designar toda espécie humana, pois afigura humana regional que emerge tem o falo como significante central na sua forma de ser.

O tratado autor se dedicou a discutir a invenção de uma identidade nordestina, tomando como base o movimento regionalista nordestino e outras expressões culturais e sociais que marcaram o Nordeste como uma região de machos, uma vez que a figura humana regional que emerge tem o falo como significante central.

Contudo, a fim de explicitar que o Nordeste apesar de suas especificidades se relaciona com as construções do homem em geral, sentimos ser necessária uma breve abordagem sobre o processo de construção social do masculino.

Tradicionalmente a construção do que é “ser homem” tem sido hegemonicamente associada a um conjunto de estereótipos e práticas que

¹⁸ Letra da música: *Homem com H*, interpretada por Ney Matogrosso. Disponível em: homemcomh.neymatogrosso.letrasdemusicas.com.br. acesso em 02 de jan 2011.

¹⁹ Título da letra da música de composição de Composição: Zé Dantas e Luiz Gonzaga. Disponível em: [letras.terra.com.br > L > Luíz Gonzaga](http://letras.terra.com.br/L/Luíz_Gonzaga). Acesso em 02 de jan 2011

identificam essa categoria a virilidade, a força e ao poder advindo da própria constituição biológica. Assim determinados objetos e símbolos culturais como espaço público, agressividade armas, carros, fazem parte do universo masculino.

De acordo com Oliveira (2004), etimologicamente a palavra “masculinidade” do Latim *masculus* surge no século XVIII para explicitar critério de diferenciação entre os sexos. Silva (1995) observa que até o século citado “a representação da sexualidade humana não era dual, ou seja, homem e mulher. Existia apenas um único modelo de referência o homem” (p.60). Os órgãos genitais das mulheres seriam uma versão interior do sexo do homem. Posteriormente, este modelo de sexo único foi substituído pelo o modelo de dois sexos opostos, estáveis e incomensuráveis. Então ser homem ou mulher passou a ser um processo de diferenciação que consistia em assumir um papel, um lugar na sociedade. De acordo Thomas Laqueur (2001), só houve interesse em diferenciar os sexos, torná-los distintos, quando a diferenciação se tornou politicamente importantes (p.18).

Uma serie de transformação social, política, econômica e cultural ocorridas no século XVIII, concorreu para a mudança dessa percepção, entre elas estão a divisão sexual do trabalho, o feminismo, o iluminismo e as idéias da Revolução Francesa de igualdade, liberdade, e fraternidade, declarando que todos eram iguais. Desse modo, sendo os sexos politicamente iguais era necessário buscar na natureza a base para desigualdade

Nesse sentido, de acordo com Oliveira (2004) a masculinidade passa a ser idealizada a partir do guerreiro medieval²⁰ sob forte influencia religiosa atribuindo ao masculino características contraditórias nas quais prevalecem o controle sobre as paixões, a moderação e a pureza sexual e mental, a força, a virilidade, a firmeza, inteligência, imponência, a coragem como valores culturais a ser cultivados e exaltados. Um homem valente

²⁰ Freitas (2006) destaca que Pereira (2000) registra que o homem quando absorvia a Greco-romana – cristã, procurava vivê-la na totalidade das potencias de sua alma, tornando-se um santo sábio, um herói, um mártir ou pelo menos, uma boa ovelha do rebanho de cristo. Quando, entretanto não absorvia continuava sendo um bárbaro, cruel, impiedoso, ignorante, brutal. Os dois tipos de homens medievais acotovelam-se na plebe, na nobreza, na realeza e no clero; acotovelaram-se na mesma família, e às vezes dentro do mesmo homem; neste ultimo caso nunca ao mesmo tempo (pois teríamos o homem contemporâneo), mas sim em fases diferentes da vida dele, entremeadas de grandes perversões ou de grandes conversões (p. 36)

destemido e acima de tudo viril e masculino. Segundo Azambuja (2006) tais características foram vistas como qualidades sobre as quais a própria sociedade gostava de se autoprojetar. Essa identidade é o que se convencionou determinar de masculinidade hegemônica²¹. A masculinidade hegemônica é aquela, específica em cada sociedade, que, acima de tudo, coloca o homem em uma situação nitidamente superior em termos de poder social em relação às mulheres.

De acordo com Costa o processo de aquisição dessa identidade masculina, ainda presente nos dias atuais, submete os meninos a constantes provações de virilidade, observando preocupações que evidencia traços de misoginia e homofobia. Daí Badinter (1993) apud Costa afirmar que os homens “para afirmar uma identidade masculina, deve convencer-se e convencer os outros de que não é uma mulher, não é um bebê e não é um homoafetivo”. O citado autor ressalta que:

Isso mostra que a masculinidade hegemônica é construída preponderantemente em oposição ao que é feminino, pois tanto o bebê (por sua passividade e proximidade da mãe) quanto o homoafetivo guardam traços femininos [...] (p.4).

Assim, conforme Boris (2002), na maioria das culturas se costuma definir para os homens como adequadamente masculino um conjunto de manobras de defesas: “temor as mulheres; temor a expressão de qualquer tipo feminilidade, particularmente sob a forma da ternura, de passividade, de dependência ou mesmo de cuidados dispensados aos outros” (p. 25). Masculinidade é, então, definida como não feminilidade. Azambuja (2006) coloca que Oliveira (2004) chama a atenção para a desnaturalização da masculinidade, apresentando-a como um espaço simbólico de sentido estruturante que molda atitudes, comportamentos e emoções a serem

²¹ Segundo Costa autores como NOLASCO (2001), BADINTER (1993), GOLDENBERG (2000), teorizam na atualidade sobre a defasagem dessa identidade, ou seja, “na crise do gênero masculino, processo do qual emergiria o que Badinter (1993) denomina um novo homem, que seria capaz de reconciliar seus aspectos masculinos e femininos, sem que um destes tenha que ser apagado. [...], Sócrates Nolasco, [...] relaciona a crise do modelo hegemônico da masculinidade ao fato de o homem ter perdido sua importância no passado recente, inclusive no campo da sexualidade” (p. 2)

adotados. “Aqueles que seguem tais modelos não só são atestados como homens como também não questionado pelos outros que compartilham desses símbolos” (p.1).

Morelba (2000) citada por Souza (2005), numa pesquisa realizada no Peru e na Venezuela na tentativa de construir um perfil do gênero masculino na América Latina, apreendeu que nessas sociedades, podendo aqui incluir o Brasil se “privilegia uma estrutura de relação entre três variáveis: a sexualidade, a reprodução e o poder, que admite variações de classe particularidades históricas e éticas” (p. 60). Souza (2005) afirma que Morelba (2000) destaca elementos centrais na constituição da masculinidade na América Latina como sexo-genitália, reprodução, perpetuação e paternidade.

Desse modo, segundo Pinto (2004) a masculinidade hegemônica é referencia para a construção da masculinidade no Brasil, uma vez que essa construção se dá observando categorias básicas como: “repudiar e desvalorizar qualquer comportamento considerado feminino, não manifestar sensibilidade e não temer risco, enfrentando situações ainda que com comportamentos agressivos” (p. 50 e 51), produzindo, assim, um homem inflexível e agressivo.

Então, quando Albuquerque Jr. (2003) relata que a identidade social nordestina foi construída enquanto homem, um macho está se falando de uma construção que tem como cerne a masculinidade hegemônica. Desse modo, segundo Albuquerque Jr. (2003), a partir dos anos 20 do século XX, a população do Nordeste começou a ser figurada no homem nordestino da camada proprietária rural do sertão, a partir de discursos que agenciavam uma série de imagens e enunciados constituídos por tipos regionais anteriores como o sertanejo, o coronel, o praieiro, o beato, o senhor de engenho, o retirante, o matuto, entre outros.

O autor afirma que,

O nordestino é uma figura que vem sendo desenhada e redesenhada por uma vasta produção cultural, desde o século XX. Figura em que se cruzam identidade regional e uma identidade de gênero. O nordestino é macho. Não há lugar para qualquer atributo feminino. Na região nordeste até as mulheres são machos, sim senhor! Na historiografia e sociologia regionais, na literatura popular e erudita, na

música, no teatro, nas declarações públicas de suas autoridades o povo nordestino é produzido como uma figura de atributos masculinos [...] (2003, p. 20).

Assim, de acordo com Albuquerque Jr. (2007), para se elogiar uma mulher, na região, especificamente, das camadas populares, que muitas vezes assumem as atividades realizadas por seus maridos, obrigados a migrar sazonalmente, diz-se que ela é macho, uma vez que a feminilidade, em uma sociedade marcada pelo machismo, não constitui em um atributo de muito valor. Esse fato pode ser verificado em grande parte da produção cultural e artística da época que se nomeia de nordestina ou regionalista, na qual as mulheres nordestinas são apresentadas, quase sempre, como mulheres capazes de assumirem qualquer trabalho duro na ausência do marido, “mulheres arraigada a valores morais rígidos e tradicionais. Mulheres sérias, companheiras de homens trabalhadores” (ALBUQUEUQUE JR. 2007, p. 113). A letra da música *Mulher-Macho*²² de composição de Humberto Teixeira, interpretada por Luiz Gonzaga, representa bem o exposto.

Quando a lama virou pedra e mandacaru secou
quando ribanção de sede bateu asas e voou
foi aí que eu fui me embora carregando a minha dor
hoje eu mando um abraço p'ra ti pequenina

Paraíba masculina mulher macho sim senhor (bis)

Êta pau pereira que a princesa já roncou
êta Paraíba mulher macho sim senhor
êta pau pereira meu bodoque nem quebrou
hoje eu mando um abraço p'ra ti pequenina

Paraíba masculina mulher macho sim senhor (bis)²³....

²² Letra disponível em: www.letras.com.br/luiz.../paraiba-masculina. Acesso em 08 de abril de 2011

²³ De acordo com Albuquerque Jr. (2007) “esta imagem terminou por ser generalizada para todas nordestinas, até porque, no Rio de Janeiro, ‘Paraíba’ veio a se tornar o nome genérico para designar todos os nordestinos, desde que, a partir dos anos 30, passou a predominar, notadamente na corrente migratória que se dirigia para aquele estado, não mais os baianos, mas as populações vindas dos estados mais ao norte, como pernambucanos, cearenses, potiguares e paraibanos” (p. 114).

O Nordeste seria, então, um homem particular que histórica e culturalmente tem sua identidade associada às características como virilidade, valentia, violência, autoritarismo, entre outras, essenciais ao enfrentamento das intempéries climáticas regionais e das mudanças que vinham ocorrendo na sociedade. Um homem que apesar do sofrimento e do flagelo que vivência diante da seca é capaz de se soerguer, como um titã para defender sua honra e para provar sua condição de homem.

Albuquerque Jr. (2003), assim descreve a figura do nordestino:

Enrijecimento de organismo potente; tipo fisicamente constituído e forte; aspecto dominador de um titã acobreado; verdadeiro pai-d'égua; (...) homem de gênio forte; cabra se fazendo em arma com facilidade; falando sempre em mulheres; quase nu, de brincadeira com os outros, com os gestos dos touros, de pernas abertas e membro em riste, no deboche, na gargalhada; (...) uma rajada de saúde e força; músculos salientes e mãos calosas; mãos que seguram o fumo de corda e o canivete com que faz o cigarro de palha; mãos que manejam o chicote, o rebenque e a repetição, que manejam os facões, os machados e as foices, derrubando árvores e homens, jogando para longe matas, inimigos e assombrações; rosto picado de bexiga, fechado e soturno, contraído de raiva, que vê raios e ouve trovões, escuta o miado das onças e o silvo das cobras; cabra macho que luta como Lampião, que enfrenta um batalhão, que trabalha de sol a sol, que de noite vai pro sermão, que reza para Padre Cícero e fala com Frei Damião; homem que prefere morrer a ser desonrado. (...) **Eis o Nordeste**²⁴. (ALBUQUERQUE JR. 2003, p.19/20). Grifo nosso

Revisitando a análise de Gilberto Freire em *Ordem e Progresso* (1959) sobre o Nordeste, Albuquerque Jr., (2003) observa que a identidade nordestina emerge no contexto das grandes transformações políticas que ocorreram no século XIX, as quais discorreremos no item anterior: a abolição da escravidão, a ascensão da República, a industrialização que provocou uma progressiva vitória da cidade sobre o campo, devido ao desenvolvimento do comércio, ameaçando inverter a autoridade que estava ligada a grupos do setor agrário.

Assim, trabalhando com a obra de Gilberto Freyre e com material de articulista do Diário de Pernambuco, Albuquerque Jr. (2003), recompõe uma

²⁴ Fragmentos retirados por Albuquerque Jr. das obras de ALMEIDA, J. A. de (A Bagaceira), CUNHA, E. da (Os Sertões), QUEIROZ, R. de (O Quinze) e RÊGO, J. L. do (Meus Verdes Anos).

série de discursos tradicionalistas que expressam um sentimento muito presente entre as elites do Nordeste, um sentimento de que as transformações citadas estariam levando ao um processo de nivelamento social, trazendo, assim, sérias ameaças para a ordem social, para a autoridade que se encarnava na figura do pai e, principalmente, para a hierarquia social de classe vigente na sociedade brasileira no início do século XX. Esses discursos partiam de um conjunto de metáforas nas quais tais mudanças eram entendidas como uma feminização²⁵ do social.

Segundo Albuquerque Jr. (2003), a abolição foi vista como o principal fato histórico responsável pelo processo de nivelamento social, que estaria levando a sociedade a feminização, pois a raça negra era remetida ao feminino enquanto a raça branca era identificada como masculina. O autor destaca que Gilberto Freyre, em sua obra, chega a endossar que a raça-negra é a raça-mulher. “Uma raça afetiva, sentimental, pouco racional, masoquista, que marcaria com esses elementos a cultura brasileira, à medida que se ascendia socialmente” [...] (ALBUQUERQUE Jr., 2003. p.35/36).

Entretanto, contrariando essa máxima Fernandes (2010) afirma que com a abolição da escravidão, nem sequer desapareceu efetivamente o trabalho escravo, permanecendo várias formas de trabalho semi-livre e de trabalho escravo disfarçado que continua a existir até hoje, mesmo em economia de plantação tidas como ‘especificamente modernas’. Portanto, “a desigualdade racial permanece um fato inquestionável” (FERNANDES, 2010, p. 102). Fato que pode ser verificado pela baixa e quase nenhuma participação da raça negra nas estruturas de poder da política nacional, indicando que o passado não ficou totalmente para trás, pois hoje, a maioria da população negra vive encravada nas favelas, ou cortiços das periferias, uma nova forma de senzala, altamente vigiada. Tudo isso indica que o nivelamento social constatado por Gilberto Freyre não passa de uma utopia.

Por outro lado, Albuquerque Jr. (2003) salienta que a cidade com suas formas de sociabilidades urbanas, baseadas no refinamento da vida

²⁵ O conceito de feminização também é compreendido “[...] como um processo histórico e social de construção de práticas, saberes e valores em relação ao feminino, por meio de uma concepção sobre os sexos, a qual dita, modela e institui o que é feminino. Torna-se, cria-se o feminino, de acordo com a convivência e os interesses da classe dominante, resultando na produção desigual entre homens e mulheres” (CISNE, 2004, p. 48).

moderna, contrapondo-se progressivamente a vida rural, processo que vinha ocorrendo desde a segunda metade do século XIX provocado pela industrialização, foi visto como mais um artifício de feminização social, que teria levado a delicadeza de gestos, falas e atitudes de homens, especificamente, os da elite regional de características rústicas pouco civilizadas, transformando-os em homens delicados. As fronteiras entre os gêneros pareciam estar se misturando.

Era no estilo ditado pela moda que se verificava a subversão dessas fronteiras; as mulheres usavam cabelo à *La garçon* e os homens raspavam suas barbas, aproximando do requinte e da delicadeza feminina. Já não se conseguia mais distinguir nas ruas das grandes cidades do Nordeste, quem era homem ou mulher. As mulheres estariam se virilizando e “os homens duros de antigamente agora amoleciam, perdiam a virilidade e a potência” (ALBUQUEQUE, 2003, p.49). O autor destaca que a percepção social da desvirilização dos homens se explica por meio de uma verdadeira coqueluche de anúncios nos jornais, oferecendo remédios que prometiam restabelecer a potência masculina.

Podemos citar aqui uma composição de Luiz Gonzaga em parceria com José Clementino que demonstra que a preocupação com a suposta desvirilização continuou nos finais dos anos 1960. Vejamos então a letra da música *Xote dos Cabeludos*²⁶.

Cabra do cabelo grande
Cinturinha de pilão

Calça justa bem sentada
Custeleta bem fechada

Salto alto, fivelão
Cabra que usa pulseira
No pescoço medalhão

Cabra com esse jeitinho
No sertão de meu padrinho
Cabra assim não tem vez não

²⁶ Letra da música disponível em: luiz-gonzaga.musicas.mus.br/letras/295405/ - 61k. Acesso em 20 de jan 2011.

Albuquerque Jr. (2003) detalha, ainda, como a República foi vista como um regime de política desvirilizada. Segundo ele, Gilberto Freyre, em sua obra *Ordem e Progresso* (1959), ao tratar da passagem do Império para a República, mais uma vez apresenta uma série de discursos, que remetem aos papéis de gênero, “e a imagem que se pretendia construir era a de um processo de passagem de um período marcado pela simbologia do masculino para um período marcado pela simbologia do feminino” (ALBUQUERQUE Jr., 2003, p.87). Até alguns fundadores da República teriam seu comportamento na vida pública prejudicado pela delicadeza feminina, delicadeza que vinha da sua forma intelectual de fazer política. Por sua vez, para as elites agrárias da região, a República significou a submissão a uma nova ordem política, uma vez que com a República os senhores rurais foram perdendo privilégios, já não eram mais a polícia e a justiça dentro de suas terras. Albuquerque Jr. (2003) reforça que: “nesse discurso o masculino representa a ordem e o domínio, quando não autoritarismo e o conservadorismo, o feminino representa a desordem, a passividade, quando não mudança e o fim das hierarquias” (p. 88).

Contudo, ao contrário do que foi constatado por Gilberto Freyre, verificou-se que foi a República que trouxe novas condições para a manifestação da questão regional e para as relações entre os interesses das elites locais e o poder central, fazendo emergir uma nova forma de domínio das elites sobre os respectivos espaços regionais, diferenciando-se daquela que predominou durante o império (BERNARDES, 2007).

Albuquerque Jr. (2003), relata que, em contrapartida, a República e a vida urbana moderna possibilitaram a emergência dos movimentos feministas, mudanças no comportamento das mulheres e a sua participação política, “uma participação pública, em que a própria mulher e sua situação social passam a ser a causa em nome da qual se luta” (ALBUQUERQUE Jr., 2003 p.93). As mulheres passaram a contestar a forma hierarquizada das relações familiares que reserva para elas uma posição subordinada, buscando, assim, o nivelamento social com os homens, ameaçando a ordem social patriarcal. Segundo o autor, esse nivelamento se mostrou o mais ameaçador, pois atingia a principal instituição da ordem social: a família, base em que se assenta o poder masculino.

Albuquerque Jr. (2003), ressalta,

que o medo de uma alteração nas relações de poder entre homens e mulheres era incontestável. [...]. Esta seria uma das faces mais radicais e explícitas do processo de feminização pelo qual vinha passando a sociedade, desde a República. Era a fase mais problemática do declínio da vida rural e do modelo de família patriarcal que esta havia sustentado. A vida urbana trazia como um dos seus maiores males, a vinda para praça pública, a mulher a gritar slogans em defesa de seus direitos (p. 44).

O que ocorreu nesse momento histórico citado por Albuquerque Jr. (2003) foi uma profunda transformação social, econômica e cultural no Brasil, iniciada no final do século XIX e que se consolidou após a primeira guerra mundial, provocada pela industrialização e a urbanização que alteraram a vida cotidiana brasileira, particularmente das mulheres das classes média e alta, que passaram a, cada vez mais, ocupar o espaço das ruas, a trabalhar fora de casa, a estudar, entre outros, adquirindo, assim, “poder social e econômico”, fatos que as levaram a percepção de sua condição subordinada no casamento, assim, as mulheres passaram a protestar contra a “tirania dos homens” no casamento, sua infidelidade, brutalidade, abandono.

Haveria, então, uma crise crescente de um padrão de masculinidade baseado numa hierarquia de raças, de classe e de gênero. A sociedade onde imperava o poder arbitrário do masculino parecia dar lugar a uma sociedade caracterizada por relações mais frouxas e civilizadas, na qual, o feminino ameaçava tomar conta de todos os lugares antes reservados ao masculino, constituindo-se uma ameaça real ao modelo de família tradicional²⁷.

Diante de tais ameaças, a identidade regional nordestina foi sendo construída como uma “reação viril”, o tipo nordestino surgiu como uma forma de preservação de um passado regional rural, tradicional e patriarcal que estaria desaparecendo. Mas, a construção do nordestino se instituiu de forma

²⁷ “Família tradicional é uma união exclusiva de um homem com uma mulher, que se inicia por amor, com esperança de que o destino lhes seja favorável e que ela seja definitiva. Um compromisso de acolhimento e cuidado para com as pessoas envolvidas e expectativa de dar e receber afeto, principalmente em relação aos filhos e filhas. Isto dentro de uma ordem hierarquizada, estabelecida num contexto patriarcal de autoridade máxima que deve ser obedecida a partir do modelo pai-mãe-filhos(as) estável” (SZYMANSKY, 1999, p.16).

lenta, consolidando-se só nos anos 30 do século passado, por intermédios de discursos políticos proferidos pelas elites ligadas a atividades agrícola – do açúcar e do algodão – que também estavam tendo sua identidade elaborada, e por meio de um movimento regionalista encabeçado por Gilberto Freyre, localizado na cidade de Recife, que inicialmente contava com políticos e intelectuais de Pernambuco e ao qual aos poucos foram se agregando políticos e intelectuais de outros Estados da região. (ALBUQUERQUE Jr., 2003)

O objetivo desse movimento era contribuir para a construção de um perfil de homem que representasse a região. Essa construção se daria por meio da produção cultural envolvendo várias áreas artísticas, para que assim fossem preservadas antigas tradições e costumes, resgatando, portanto, o modelo de masculinidade e virilidade capaz de se contrapor as transformações históricas em curso na sociedade, “vistas como feminizadoras da sociedade que levaria a região ao declínio” (ALBUQUERQUE Jr., 2003, p.163), e capaz, também de enfrentar o flagelo das secas.

Desse modo, a identidade do nordestino foi sendo determinada por uma série de fatores, ora naturais, ora sociais. O nordestino, então, emerge, conforme o autor aqui tratado, de um discurso que procurava naturalizar os comportamentos e valores dos nordestinos; de um discurso que procurava explicar as características físicas, pelos traços subjetivos e os códigos culturais do nordestino, como produto da natureza particular da região; de um discurso literário que desenhava o nordestino como aquele que partilha da superioridade dos fortes, temido, capaz de tudo, valente, corajoso, um cabra-macho.

Isto posto, impõe salientar que a identidade nordestina, resgatada por Albuquerque Jr. (2003), associada ao masculino, ao contrário do que se pensa, não está no passado, ela incide sobre o presente, uma vez que a cultura falocêntrica ainda persiste e tem função norteadora e de forma direta e indireta influencia a formação da subjetividade dos sujeitos por meio de práticas e saberes que determinam o que é ser homem e ser mulher, respaldando, assim os estereótipos voltados para a construção do feminino e do masculino, pois, o homem viril, macho, forte, violento e inflexível é construído histórico-socialmente em detrimento da mulher frágil, doce delicada e flexível e na sua contradição a “puta”, a “safada”, a “impura”, entre outros. São construções de modos de ser masculino e feminino que levaram a

subordinação histórica das mulheres e consequentemente a desvalorização do feminino. Isso ocorre porque o Nordeste de economia dinâmica, mas socialmente dividido, que surgiu no primeiro século de ocupação da região, prolongou-se nas relações sociais, políticas e econômicas da região, como herança dos longos séculos que dominaram a escravidão²⁸ e o poder patriarcal tradicional. Constituindo-se na atualidade em um solo fértil para uma nova atividade econômica, a cultura musical de massa, voltada para a construção de estereótipos femininos de cunho discriminatório e opressivo.

Partindo do exposto, cabe refletir sobre o processo de construção das identidades sociais das categorias de sexo, para que possamos ter uma maior apreensão e compreensão do significado da criação da imagem do homem nordestino explicitada por Albuquerque Jr. É o que veremos no próximo item.

2.2.2. “Eu sou homem com H”²⁹: o poder do Macho

Antes de refletirmos sobre o processo de construção das identidades sociais de gênero, julgamos necessários abordar a distinção entre os conceitos de identidade sexual, identidade de gênero e papéis de gênero.

Identidade sexual diz respeito à definição do ser homem ou ser mulher, com base nas características anatomofisiológicas e figuras corporais (FARIA, 1998), ou seja, é uma categoria que delinea a diferença biológica entre homens e mulheres. Papéis de gênero são tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em uma determinada cultura. Estes papéis são moldados historicamente e ideologicamente pelas instituições e pelo

²⁸ Cabe salientar que a escravidão, apesar de se manter em um longo período no Brasil, não se gestou de forma pacífica, pois “os afrodescendentes resistiram e lutaram através de diversas estratégias desde que aqui desembarcaram: associações, fugas, grupos de quilombos, grupos religiosos nas senzalas ou de lazer, servindo esses últimos como mecanismos de distensão psicológica”. (BARROS, 2004, p.39).

²⁹ Trecho da letra da música: *Homem com H*, interpretada por Ney Matogrosso. Disponível em: homemcomh.neymatogrosso.letrasdemusicas.com.br. acesso em 02 de jan 2011.

desenvolvimento econômico e, apresentam-se de forma diferenciada nas diversas culturas.

Segundo Grossi (1995), a antropóloga norte-americana, Margareth Mead (1950),

mostrou que, numa mesma ilha da Nova Guiné, três tribos – os Arapesh, os Mundugumor e os Tchambuli – atribuíam papéis muito diferentes para homens e mulheres. Agressividade e passividade, por exemplo, comportamentos que, em nossa cultura ocidental, estão fortemente associados, respectivamente, a homens e a mulheres quase como uma determinação biológica, entre estas tribos lhes eram associados de outra forma. Num destes grupos, homens e mulheres eram cordiais e dóceis; no outro, ambos eram agressivos e violentos; e no terceiro as mulheres eram aguerridas, enquanto os homens eram mais passivos e caseiros (p.6).

Mas, também, em uma mesma sociedade esses papéis mudam, e vão se conformando de acordo com cada momento histórico, basta observarmos as transformações que houve pela força dos movimentos feministas, quanto aos modelos que se esperavam de homens e mulheres, até a segunda metade do século XX em nossa sociedade.

Identidade de gênero é mais complexa, vai para muito além da nossa própria identificação, pois a sua construção nunca se dá de maneira isolada. Construímos nossa identidade na relação com o mundo, com as outras pessoas, todas inseridas em um mesmo contexto sócio-histórico. Logo, a identidade de gênero se associa a incorporação dos modelos femininos ou masculinos, com base nos papéis de gênero que foram ao longo da história construídos e conformados culturalmente como modelos de homem e de mulher³⁰. Assim, identidade de gênero se constitui em um elemento chave de ordem objetiva e subjetiva que determina a forma de relação social entre homens e mulheres. Em nossa sociedade capitalista patriarcal machista, a identidade de gênero “envolve processos dialéticos de sujeição e dominação, nunca deixa de ser um ato de poder” (SILVA, 2005, p.15).

Sobre esse ponto, Berger e Luckman (1976), fazem a seguinte afirmativa:

³⁰ A identidade de gênero pode não coincidir com a identidade sexual

A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Inversamente, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-se, modificando-a ou mesmo remodelando-a (p.35).

Assim, o processo de construção da identidade social, tanto dos homens quanto das mulheres, obedece a atribuição de características aos distintos papéis que a sociedade cria e espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. Segundo Faria e Nobre (1997), todas as pessoas nascem bebê machos ou fêmeas e são criadas de acordo com o que a sociedade define como sendo próprio de homens e de mulheres. Logo, de acordo com Faria (1998):

Ser macho ou fêmea é um dado biológico, mas ser homem ou mulher implica ser masculino e feminino. Os gêneros aparecem como opostos e complementares, porém hierárquicos, o homem dominador, a mulher dominada (p.25).

Assim, as crianças recebem educação diferenciada. As meninas são educadas para serem delicadas, subservientes, afetivas, comportadas, donas de casa e mães. Por meio dos brinquedos que lhes são ofertados, tais como fogãozinho, panelinhas, bonecas, entre outros, recebem estímulos para exercerem como prioridade em suas vidas as atividades domésticas e a maternidade. Assim, as mulheres se encontram na condição de servir. Os meninos, por sua vez, são educados para serem fortes, racionais, dominadores, e por intermédio dos brinquedos que lhes são destinados como carrinhos, bolas, jogos, armas, recebem estímulos para desenvolverem, a iniciativa, a agressividade e atividades na esfera pública, então, os homens terão de ser servidos. “Isso está tão enraizado na cultura e tão introjetado por cada pessoa que aparece como parte da natureza humana” (FARIA, 1998, p. 25).

Desse modo, ao aprender que deve se portar de certa maneira, que deve brincar com determinados objetos, que deve agir assim e não de outra

forma, que se vai aprendendo a ser homem e mulher. Não obstante, ao se trabalhar com o engessamento dos gêneros, colocando-os dentro de estruturas bem definidas, deixa-se de lado a diversidade da realidade. Assim, a homo-afetividade masculina, a lesbienneidade e a bi-afetividade são consideradas sexualidades desviantes. Mas, não é só no meio familiar que se apreende tais papéis, também as escolas, as religiões e demais instituições sociais criam símbolos com base nas características biológicas do sexo que se somam ao universo da criança que vão sendo assimilados com o passar do tempo.

Nesse sentido, a sociedade delimita com bastante precisão o campo de atuação das mulheres e dos homens. Às mulheres, por terem a maternidade como um atributo natural, é destinado, prioritariamente, o espaço privado (doméstico). Desse modo, cabe a elas a responsabilidade pelo bem-estar de toda a família, como a criação e socialização das (os) filhas (os), os cuidados com o marido e com a casa, mesmo quando trabalham fora do lar para ganhar seu próprio sustento e o dos filhos, ou ainda, para se somar a renda familiar, ocasionando uma intensiva jornada de trabalho. A sociedade naturaliza este processo. “Isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe” (SAFFIOTI, 1987, p.9), associando realização e felicidade ao cuidado do lar, do marido e das (os) filhas (os)³¹.

No entanto, o cotidiano das mulheres contrasta com a representação que se tem das mesmas, pois desde o início da história humana, as mulheres sempre ocuparam tanto o espaço privado como o público. De acordo com Faria e Nobre (1997), tem-se o seguinte exemplo:

As mulheres negras que sempre trabalharam fora de casa, primeiro, como escravas e depois na prestação de serviços domésticos ou como vendedoras ambulantes, circulando por muitos espaços públicos. Para as mulheres camponesas, o que é chamado de cuidar da casa esconde o trabalho da roça, a produção de artesanato, o

³¹ “Marxistas-feministas argumentam que as mulheres na esfera doméstica são exploradas por seus companheiros, sejam eles trabalhadores ou capitalistas, pois os afazeres domésticos é o tipo mais comum de trabalho não-pago. Estas análises partem da idéia de Marx de que a força de trabalho é uma mercadoria especial, cujo valor de uso é produzir valor (de troca). No processo de (re)produção desta mercadoria especial ocorre um segundo tipo de exploração, pois o trabalho doméstico para uso da própria família, invariavelmente feito por mulheres, não é pago nem socialmente reconhecido” (MELO, CONSIDERA e DI SABBATO, 2005, p. 8)

cultivo da horta e a criação de animais, trabalho que produz mercadorias, cuja venda contribui para o sustento da família. Além disso, nas cidades, muitas mulheres vivem sozinhas com suas crianças e são as principais responsáveis por sua manutenção. E muitas, muitas outras trabalham fora e dividem com o marido o sustento da casa (p.10).

O espaço público é destinado aos homens, por ser considerado o provedor de recursos para sobrevivência da família, e por isso são vistos como merecedores dos cuidados das mulheres e são desresponsabilizados dos cuidados com a prole.

Contudo, conforme Saffioti (1987), é de extrema relevância compreender que essa naturalização, além de legitimar a discriminação contra as mulheres e contra outras categorias sociais, constitui o caminho mais fácil e curto para confirmar a “superioridade” dos homens, assim, como a dos brancos, a dos ricos, a dos hetero-afetivos.

Assim, as relações sociais entre homens e mulheres, nessas condições, se tornam desiguais. Saffioti (1987) afirma que há interesse na “existência da discriminação de mulheres, negros e homo-afetivos, pois quanto mais discriminada uma categoria social, tanto mais facilmente ela se sujeitará à trabalhar em más condições e por baixos salários” (p.10).

Com isso, Segundo Saffioti (1987):

[...] todos os tipos de discriminação favorecem a maior exploração por parte dos empregadores. Isso pode ser observado não apenas no que tange ao preconceito de sexo, mas também no que diz respeito às discriminações raciais (p. 51).

De acordo com Saffioti (1987), no capitalismo, depara-se com o fato de que tanto as classes dominantes, quanto as classes dominadas não são homogêneas. No entanto, existe um traço comum nas classes dominantes, cuja singularidade consiste na sua capacidade e competência para dominar e explorar as classes subalternas, a partir da extração da mais-valia e da mercantilização da vida, transformando em mercadoria a maioria dos direitos sociais conquistados pela luta histórica da classe trabalhadora, constituindo a

subordinação daqueles que vendem sua força de trabalho no mercado, como fonte necessária para a exploração e obtenção de lucro.

Invariavelmente, as classes dominadas que se constitui de trabalhadores e trabalhadoras com diferentes graus de qualificação que se inserem de maneiras distintas no sistema produtivo e percebem salários diferenciados, possuem um traço, também comum, são todas dominadas pelas diferentes frações da burguesia e estão submetidas a uma ideologia conservadora, de aprovação e preservação do esquema de dominação-exploração (SAFFIOTI, 1987).

Desse modo, Saffioti (1987) conclui que não há nenhuma vantagem para as classes dominadas a preservação do capitalismo, pois é só na aparência que os homens são vitoriosos, uma vez que o seu poder é exercido apenas sobre as mulheres. Além do mais, os homens pagam um preço alto para dominar as mulheres, deixando-se amputar das trocas de dar e receber afeto, pensando estar livrando do estereótipo de homem “efeminado” ou “mole”. Ademais, os homens aprendem desde cedo a controlar as suas emoções, aprendem a não chorar. O choro é uma das principais proibições na educação masculina. Isso é repassado para a prole como maneira de agir. Logo, os verdadeiros beneficiados “são as classes dominantes que usufruem da simbiose dos três sistemas de dominação-exploração, na medida em que essa simbiose consolida o poder do macho branco e adulto” (SAFFIOTI, 1987, p. 64).

Em face do exposto, fica bastante claro quanto é complexa a apreensão do processo de construção das identidades sociais das categorias de sexo, uma vez que os três sistemas de dominação-exploração, patriarcado-racismo-capitalismo, que atuam conjuntamente formando um só sistema de poder, ainda que em uma lógica contraditória, trabalham no sentido de mascarar a realidade, apresentando como naturais fenômenos que têm determinações socioculturais, como é o caso das identidades sociais, encobrindo ou justificando interesses de classes, raça e gênero.

Assim, para que possamos melhor situar os leitores nesta linha de raciocínio de construção da identidade, sobretudo da identidade nordestina, julgamos necessário tecer reflexões sobre as relações patriarcais de gênero.

3. “AINDA SOMOS OS MESMOS E VIVEMOS COMO OS NOSSOS PAIS”: Relações Sociais Patriarcais de Gênero

A construção sócio-histórica dos papéis femininos e masculinos é tema de maior relevância que vem ao longo do tempo pautando a agenda de luta do feminismo. Para fins de uma leitura crítica dessa construção, o feminismo elaborou categorias teóricas que contribuem para apreensão do processo de construção, desses papéis, que destinam às mulheres uma condição historicamente subordinada, possibilitando, assim, sua desnaturalização. Nesse capítulo, procuraremos refletir sobre algumas categorias que são centrais para o feminismo e, em especial, para a nossa apreensão da representação das mulheres nas letras das músicas de forró. Tais como as categorias relações sociais de gênero e patriarcado. Começamos pelo o conceito de relações sociais de gênero.

3.1 “Que diferença da mulher o homem tem”?³²

A elaboração do conceito de gênero é atribuída à necessidade de desnaturalizar e historicizar a construção social que torna como desiguais homens e mulheres, na tentativa de evitar visões e afirmações estereotipadas a respeito dos mesmos. São exemplos delas, como já citamos sensibilidade, carinho e fragilidade como característica da natureza feminina, enquanto agressividade, capacidade de conquista e gosto por aventuras, pertencente a natureza masculina. Até então, a elaboração da diferença social dos sexos se baseava nas características anatomofisiológicas de ambos os sexos.

O conceito foi criado também “no sentido de analisar de maneira relacional a subordinação das mulheres aos homens” (CISNE, 2009, p.27), explicitando como tal subordinação feminina é elaborada socialmente, para,

³² Trecho da letra da música *Tem Pouca Diferença*, interpretada por Gal Costa Composição: Durval Vieira. Letra disponível em: letras.terra.com.br/gal-costa/261789/ - 71k. Acesso 15 de jan 2011.

assim, instituir lutas no sentido da busca da igualdade no exercício dos direitos sociais e da autodeterminação.

Entretanto, para Saffioti (2004), gênero não se resume, apenas, a uma categoria de análise das relações entre homens e mulheres, como pensam muitas estudiosas, apesar de sua utilidade enquanto categoria de análise. Gênero é, sobretudo, uma categoria relacional de análise de caráter ontológico e histórico. Enquanto categoria de análise, deve possibilitar apreender as contexturas das relações sociais, assim como as transformações historicamente por elas sofridas por meio dos mais distintos processos sociais. É ontológica porque “desde que existem homens e mulheres e enquanto estes e estas existirem, existiram e existirão relações de gênero [...], sejam pautadas em desigualdades ou igualdade, [...] (CISNE, 2009, p.28). Portanto, gênero se referencia, primeiro ao sexo, mas devido as mediações que consubstanciam o processo histórico da humanidade, se afasta da diferença percebida entre os sexos, constituindo-se “em uma gramática sexual que rege as relações entre mulher-mulher, homem-homem e mulher-homem” (SAFFIOTI, 1997, p. 46).

Gênero é uma categoria, também, histórica porque está presente em várias etapas da história humana, portanto, não é natural, pois são relações dinâmicas, e sofrem variações tanto estruturais, quanto conjunturais e se apresentam na sociedade de diferentes formas, pois, nem sempre as relações de gênero foram de desigualdades. Segundo Saffioti (2004), citando várias estudiosas:

Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos, como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidades subjetivas (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de característica e potencialidades (FLAX, 1987) (p. 45).

Gênero se articula, ainda, a outras categorias, para apreensão dessa articulação, Saffioti (2004) nos concede a noção de “nó” que diz respeito à relação intrínseca entre capitalismo, racismo e patriarcado, em que as três categorias formam um tripé e cada haste desse tripé tem uma ideologia

própria: “gênero, raça/etnia e classe social para exercer o poder de dominação-exploração sobre as minorias; mulheres, negras (os) e pobres” (SAFFIOTI, 2002, p.51). Neste sentido, homens brancos e burgueses utilizam suas ideologias para manter a ordem estabelecida, como *status quo* imutável.

A importância da categoria relações de gênero foi determinar que as desigualdades são construções sociais que se expressam de diversas formas. E apesar das várias concepções que envolvem o conceito de gênero, o que tem influenciado fortemente teóricas(os) da temática e os movimentos feministas, é a abordagem da construção social do masculino e feminino.

De acordo com Cisne (2009):

Desde o seu surgimento e no decorrer de seu desenvolvimento, ainda em curso, o conceito de gênero, foi/é dotado de diversas perspectivas. Diversidade esta, provocada tanto pelas polêmicas teóricas e políticas no interior das ciências humanas e exatas, quanto por ser uma categoria que possui um estudo relativamente recente (p.28).

Portanto, gênero é um conceito socialmente novo, pois foi elaborado pelo feminismo acadêmico contemporâneo, em meados do século XX. Mas, as relações sociais de gênero são tão antigas quanto à existência humana. Foi a partir da década de 1970, que esse conceito passou a ser utilizado pelo o feminismo, para enfatizar o caráter, fundamentalmente social, das distinções baseadas no sexo. Sua emergência tem como contexto a crise teórica das Ciências Sociais, especificamente na Sociologia, e a derrocada do socialismo “real”, no leste europeu. Esta crise foi considerada uma crise dos paradigmas³³, uma vez que foi questionado o conjunto teórico (marxismo e estruturalismo) que embasa o pensamento social, desde o século XIX. Assim, “As grandes teorias sociais que construíram o seu paradigma sob influência da crença no triunfo inexorável da razão e do progresso, numa história civilizatória da humanidade” (EVANGELISTA, 1992, p.11), passaram a ser contestadas, mediante discurso de que essas teorias teriam se tornadas incapazes de

³³ Paradigmas são “os princípios, teorias e os conceitos básicos, em que se fundam as ciências até então produzidas (SANTOS, 1989).

explicarem os fenômenos sociais que se colocaram na modernidade, uma vez que, de acordo com Pires (1997):

Pelas mãos do progresso e da ciência/da razão, a modernidade não levou a humanidade à estágios superiores de relação harmônica do homem com a natureza e com os outros homens. O que se argumenta é que a ciência moderna, nascida da razão, nos levou à problemas como, por exemplo, a destruição do meio ambiente, a produção ampliada da miséria e novas formas de exploração no mundo do trabalho [...] (p.1).

A novidade que esse termo trouxe foi a possibilidade de se pensar a realidade, a partir de um olhar capaz de apreender que as desigualdades entre as categorias de sexo são construções que resultam de complexas relações sociais e se expressam de diversas formas, desnaturalizando as construções das características do feminino e do masculino e as relações desiguais. Os estudos de gênero colocam, então, a análise sobre a condição da mulher a partir da sua relação com o homem.

No Brasil, as discussões sobre gênero emergem e se alastram somente na década de 1990, por meio do artigo que expressa o pensamento de Joan Scott (1990)³⁴. Neste artigo, Joan Scott apresenta o termo gênero enquanto categoria social de análise que interfere no cotidiano das pessoas, pois diz respeito à construção das imagens do feminino e do masculino tomando por base a referência biológica. Na definição de Scott (1990), gênero tem como cerne a conexão de duas proposições:

[...]. Gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos. [...], o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. Estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. As estruturas hierárquicas repousam sobre percepções generalizadas da relação pretensamente natural entre masculino e feminino (p.14 a 19).

³⁴ Este artigo circulava em vários países desde 1980, intitulado *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*.

O que significa dizer que a partir da diferença observada entre os sexos foram construídas características e atributos que determinam as atividades do feminino e do masculino. Portanto, as desigualdades entre os gêneros, que torna superiores os homens e inferiorizam as mulheres, surgem porque todas as atividades relacionadas às mulheres foram desvalorizadas, inferiorizadas nas relações sociais. O que construiu a condição de subordinação das mulheres e o poder dos homens.

Scott (1990) utiliza o referencial teórico baseado nas idéias de Foucault³⁵. Dessa forma, para ela, a noção de poder social é constituída nos campos de força mediante o discurso. Para a autora a possibilidade de mudança desta relação desigual se concentra no campo da construção de uma identidade social para homens e mulheres, na qual não esteja presente o discurso que desvaloriza as atividades desenvolvidas por uma das categorias, no caso aqui a categoria feminina. Ela esclarece que a construção da identidade de gênero se dá por intermédio de relações constituídas por quatro elementos inter-relacionados que visam auxiliar para uma compreensão ampliada das relações de gêneros: os símbolos culturais, os conceitos normativos, as organizações sociais e a identidade subjetiva.

Os símbolos culturais dizem respeito aos modelos de representações múltiplas que reforçam as dicotomias sexista. Em relação às mulheres as representações são frequentemente contraditórios e antagônicos, a exemplo de Eva (pecado) e Maria (pureza) como símbolo do feminino – mas também mitos de luz e escuridão, de purificação e poluição, de inocência e corrupção como forma de manipular a existência feminina. Vale salientar que tais modelos de representação, apesar de serem diferentes e contraditórios, não são excludentes, pois, por exemplo, as imagens de “honesta” e “rapariga”, podem servir para a mesma mulher. São representações que são incorporadas, ainda, que inconscientemente, até mesmo pelas mulheres. E que estão presentes de forma naturalizadas nas letras das músicas de forró em estudo, a exemplo da letra da música Amor de Rapariga³⁶, vejam parte dela:

³⁵ Para este autor o poder não é algo que pode ser apropriado como se fosse um objeto, para ele “o poder não existe; existem sim, práticas ou relações de poder” (FOUCAULT, 2004, p.14).

³⁶ Letra interpretada pela Banda Calcinha Preta. Em Portugal, rapariga significa uma mulher jovem. No Brasil, este termo é usado para denominar mulheres que não se enquadram no

Já tomou meu homem
Destruíu meu lar

E agora só quer se fazer de santa
Pode ficar com ele

Deixa a minha vida.
Que eu não vou dá ouvido
A uma rapariga...

Os conceitos normativos dão sentidos e legitimam os símbolos culturais, e têm a intenção de impedir que se extrapolem os papéis socialmente impostos para mulheres e homens. Esses conceitos estão expressos, segundo Scott (1990), nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas por meio dos Códigos, Leis e Legislações Jurídicas. O exemplo disso é o perfil de provedor da família para os homens e o perfil de dependência para as mulheres.

A organização social é representada pelas instituições, bases de sustentação de um sistema social hierarquizado e desigual que penaliza as mulheres, repassando os conceitos normativos de geração em geração. Estas instituições são representadas pela família, pelo Estado, pela igreja, pela escola etc. Elas criam e recriam papéis diferenciados para ambos os gêneros, aprofundando as assimetrias entre eles, com o poder e privilégio concentrado na experiência do masculino, virilidade e poligamia. Daí, Costa (2008) afirmar que: “o homem é por instinto, polígamo; assim acha natural ter as suas relações extraconjugais, as quais deverão ser aceitas e 'perdoadas' pela mulher, pois a culpa não é do marido, mas de sua natureza viril” (p. 24). Já em relação às mulheres como sua sexualidade está associada à procriação em detrimento do prazer, um comportamento viril significa a sua desqualificação. Esta situação está bem representada na letra da música, Um Carro de Raparigas da Banda Aviões de Forró:

modelo patriarcal de comportamento feminino, funciona como forma de xingamento, depreciação. Letra disponível em: www.kboing.com.br/.../busca_artista.php?...calcinhapreta. Acesso em 05 de novem. 2010.

Eu vou parar meu carro
 Na frente do cabaré
 Vai ter muita mulher
 Vai ter muita cachaça

Todo puteiro me conhece
 Eu sou o raparigueiro
 Que alugou um caminhão
 Pra encher de rapariga

Eu peguei fama de raparigueiro
 Minha ex-mulher diz que eu sou fuleiro
 Mas eu vou fazer aproveitar a fama

É que eu sou meio doido eu já nasci assim
 Mas se ela quiser gostar de mim
 Vai ter que procurar em outra cama.

Eu vou parar meu carro
 Na frente do cabaré
 Vai ter muita mulher
 Vai ter muita birita...

Por fim, o quarto elemento constitutivo do gênero, a identidade subjetiva, refere-se à interiorização das ideologias dominantes pelos indivíduos em relação aos seus papéis a serem desempenhados em sociedade, a partir de imagens e símbolos. Papéis estes que são incorporados e reproduzidos como se fossem naturais aos seres humanos. Beleza, delicadeza e doação para as mulheres; rudeza, racionalidade e egoísmo para os homens. Embasada nessas ideias de Foucault, Scott pensa as relações entre homens e mulheres como um campo de relações e de poder em sociedade, “para também estruturar os modos de perceber e organizar, concreta e simbolicamente, toda a vida social” (SAFFIOTI, 2008, p.160), recusando determinações biológicas e naturais da dominação masculina. Para Scott (1990), a categoria gênero seria analítica e capaz de explicar as problemáticas que envolvem a sociedade, sejam elas de ordem social, política, econômica e cultural.

Contudo, chamamos atenção para a problemática presente no pensamento de Scott (1990), que consiste em considerar o gênero como um fim em si mesmo, um conceito analítico desvinculado da totalidade, deixando de lado toda complexidade presente nas relações entre as categorias de gênero e a sociedade, e os rebatimentos que se manifestam dialética e contraditoriamente no cerne dessas relações. Araújo (2000) ressalta que:

A ênfase na dimensão das relações subjetivas de poder entre homens e mulheres, desvinculada de bases materiais seria um primeiro aspecto a destacar. [...], a dimensão simbólica ganha centralidade e a referencia às práticas e relações materiais torna-se opaca. Gênero deixa de ser conceito meio, isto é, uma forma de ampliar o olhar e entender a trajetória em torno da qual a dominação foi se estruturando nas práticas materiais e na subjetividade humana, para tornar-se um conceito totalizador, um modelo próprio e autônomo de análise das relações de dominação/subordinação, centrado quase exclusivamente na construção dos significados e símbolos das identidades masculinas e femininas. [...] (p.69).

Observamos que o esforço das teóricas que trabalham com a interpretação relacional entre as categorias de sexo, concentrou-se em historicizar a categoria gênero, para assim, negar “o essencialismo biológico, a repulsa pela imutabilidade implícita em a ‘anatomia é o destino’” (SAFFIOTI, 2008, p.159). Nesse sentido, tais abordagens do conceito de gênero se referenciam a uma análise relacional das vivências das categorias de sexos, deixando entender que gênero não diz respeito apenas às mulheres, mas a homens também.

Para Saffioti (2004) com o pensamento de Scott:

Deu-se indubitavelmente, um passo importante, chamando-se a atenção para as relações homem-mulher, que nem sempre pareciam preocupar (ou ocupar) as (os) cientistas. Era óbvio que se as mulheres eram como categoria social discriminadas era por homens na qualidade também de categoria (p.110).

Saffioti (2004) em sua análise sobre o sistema sexo/gênero concorda em ressaltar a elaboração social do sexo, desde “que não gere “dicotomia entre sexo e gênero, na qual o sexo é situado na biologia, na natureza e o gênero na sociedade” (p.110), pois, de acordo com a citada autora, “[...] o próprio sexo não se inscreve puramente no terreno biológico, mas sofre elaboração social, que não se pode negligenciar sob pena de *naturalizar* processos de caráter histórico.” (SAFFIOTI, 1992, p.183). Nós nos sentimos contempladas com esse pensamento, pois entendemos que as diferenças biológicas sexuais são, em alguma medida, socialmente construídas e historicamente variáveis.

Entretanto, os estudos sobre gênero trazem duas faces as quais merecem atenção, uma vez que estes estudos, além de orientarem a produção teórica acadêmica, tiveram grandes repercussões dentro do feminismo militante. Primeiro, o conceito de gênero ao mesmo tempo em que avança ao chamar a atenção para construção das relações entre homens e mulheres, ele retrocede ao “ênfatar as relações de poder em detrimento da busca das causas da dominação/exploração” (CISNE, 2009, p.27). Segundo, gênero é um conceito que compreende tanto relações de igualdades quanto de desigualdades, portanto, “excessivamente geral, a - histórico, apolítico e pretensamente neutro. Exatamente em razão de sua generalidade, apresenta alto grau de extensão, mas baixo nível de compreensão” (SAFFIOTI, 2002, p. 44).

Para Saffioti (2008), ao reafirmar a materialidade das relações de gêneros, defende que se articule a esta dimensão analítica, a noção de patriarcado.

3.2 “Pai você foi meu herói meu bandido”³⁷: o patriarcado para além do seio doméstico

Patriarcado é um conceito utilizado largamente pelo feminismo para designar o poder dos homens na sociedade. Na contemporaneidade, parecem naturalizadas as variadas expressões patriarcais, no entanto, nos deteremos nas manifestações e naturalização dessas expressões nas letras das músicas de forró.

A tônica desse gênero musical é banalizar as variadas formas de discriminações, preconceitos e violência contra as mulheres, que são tratadas como objeto de prazer ou de abuso e violações. Por meio da linguagem, são

³⁷ Trecho da letra da música: *Pai* interpretada por Fábio Jr.. Composição: Fábio Jr. letra disponível em: letras.terra.com.br/fabio-jr/45856/ - 60k – Acesso em 20 jan 2011

utilizados com frequência termos como *vagabunda*, *pistoleira*, *fuleira*, *safada*, *puta*, entre outros. A exemplo do refrão da música *Mulher Fuleira* (2008)³⁸:

Ela é fuleira, fuleira, fuleira
Ela é fuleira, fuleira, fuleira

Ela é fuleira, fuleira, fuleira
Ela é fuleira, fuleira, fuleira
Na bagaceira...

Como se percebe, são expressões que reforçam a força cultural da desvalorização das mulheres.

Ao contrário das relações sociais de gênero que datam do início da humanidade, o patriarcado, primeiro sistema de dominação tanto sobre os meios de produção quanto de reprodução, é um fato relativamente recente na história da humanidade. Segundo Lerner (1986 *apud* SAFFIOTI, 2004), o processo de formação do patriarcado ocorreu entre 3100 e 600 a.C., estabelecendo-se de forma e maneira diferente nas várias sociedades, e de forma diferentes dentro de cada sociedade.

Apesar da força deste sistema e de sua presença, hoje, nas diversas formas de organização social, estudos antropológicos mostram que as sociedades humanas nem sempre foram patriarcais. Saffioti (2004) esclarece que com o advento da descoberta da participação masculina na reprodução e posteriormente com o advento da propriedade privada dos meios de produção, os homens desenvolveram meios necessários para destronar suas parceiras e dominá-las. Logo, verifica-se que o patriarcado não é fato remoto; ao contrário, o patriarcado é muito jovem e pujante, tendo sucedido às sociedades igualitárias. Pois “nossa história não começa com: Era uma vez um patriarcado” (THERBOM, 2006, p.34).

Conforme Narvas e Koller (2006):

³⁸ Esta música foi gravada pela a maioria das bandas de forró estilizado; Aviões de Forró, Saia Rodada, Moleca Sem Vergonha entre outras. *Fuleira* significa no linguajar cotidiano nordestino sem valor; ordinário, reles. Letra disponível em: letras.terra.com.br/avioes-do-forro/748846/ - 92k. Acesso em 22 de jan 2011.

[...], no início da história da humanidade, as primeiras sociedades humanas eram coletivistas, tribais, nômades e matrilineares, tais sociedades (ditas “primitivas”) organizavam-se predominantemente em torno da figura da mãe, a partir da descendência feminina, uma vez que desconheciam a participação masculina na reprodução. Os papéis sociais de homens e mulheres não eram definidos de forma rígida e as relações sexuais não eram monogâmicas, tendo sido encontradas tribos nas quais as relações entre homens e mulheres eram bastante igualitárias. [...]. Uma vez conhecida a participação do homem na reprodução e, mais tarde, estabelecida a propriedade privada, as relações passaram a ser predominantemente monogâmicas, a fim de garantir heranças aos filhos legítimos, o corpo e a sexualidade das mulheres passou a ser controlado, instituindo-se a família monogâmica, a divisão sexual e social do trabalho entre homens e mulheres centrada na descendência patrilinear e no controle dos homens sobre as mulheres (NARVAS E KOLLER , 2006, p. 3).

Recorrendo a Hartmann (1979), Saffioti (2004), assim, explicita em seu estudo o conceito de patriarcado.

O patriarcado constitui-se num pacto masculino para garantir a opressão de mulheres. As relações hierárquicas entre homens, assim como a solidariedade existente entre eles, capacitam a categoria constituída por homens a estabelecer e a manter o controle sobre as mulheres (p. 104).

Portanto, o patriarcado é um sistema ideológico de dominação que designa o poder ao homem, ao masculino, como categoria social, que se consolidou e prevalece na memória coletiva. O homem exerce o poder de mando não apenas sobre as mulheres, como também, sobre tudo e todos que estão a sua volta, sobre pretexto de ser superior devido a sua condição anátomofisiológica. Contudo, consolidado este sistema, a resistência persiste por parte das mulheres, e o patriarcado vai sofrendo modificações, “uma vez que nada é estático, a própria “sociedade sofre, permanentemente, transformações, o patriarcado também processa as suas” (SAFFIOTI, 2002, p.50). Entretanto, apesar das transformações que marcaram este sistema, poucos foram os avanços no campo da promoção da igualdade entre mulheres e homens. O patriarcado ainda se constitui num sistema de dominação que por

intermédio da ideologia hegemônica de superioridade masculina, influencia a sociedade como um todo.

Sobre o exposto, Gurgel (2005) acrescenta que:

As relações de gênero explicam as dimensões da condição humana, em termo de produção, troca e consumo (situados nas desigualdades entre homens e mulheres) e as dimensões simbólicas, decodificadas e socializadas, na produção das subjetividades (p. 147).

Recorrendo a Therbom (2006), podemos apreender que é a força do patriarcado que o possibilita atravessar gerações, devido a seu enraizamento no tecido social por meio de duas dimensões intrínsecas básicas:

A dominação do pai e a dominação do marido, [...] – ou seja de modo mais claro às relações de geração e de gênero. [...], o núcleo de poder patriarcal constitui, acima de tudo, no poder do pai sobre a filha e no do marido sobre a mulher. O poder do pai sobre filho, via de regra, era uma versão suavizada daquele sobre as filha [...]. Com relação às relações marido e mulher, os principais aspectos são: a presença ou ausência da assimetria sexual institucionalizada, tal como a poliginia e nas regras diferenciais para o adultério; a hierarquia de poder marital e de representação familiar; e a heteronomia, ou seja, o dever da obediência da mulher e o controle do marido sobre sua mobilidade, suas decisões e seu trabalho (THERBOM, 2006, p. 29/30).

Nesse sentido, munidos desse poder, por muito tempo os homens tiveram o direito de vida e morte sobre escravas (os), esposas e filhas (os). É preciso salientar que o poder do patriarcado, embora se faça presente em toda parte, difere-se entre classes e cultura tanto no passado como no presente. Mas a supremacia masculina ditada pelos valores patriarcais, a qual atribui um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas, se faz presente em todas as organizações sociais. Camurça (2007) nos fornece a ideia de mecanismos responsáveis pela perpetuação e sustentação desse sistema de dominação, em quatro mecanismos principais:

1. A prática da violência contra a mulher para subjugar-la, 2. O controle sobre o corpo, a sexualidade e a vida reprodutiva das mulheres; 3. A manutenção das mulheres em situação de dependência econômica e 4. A manutenção, no âmbito do sistema político e práticas sociais, de interdição à participação política das mulheres (p. 20).

A violência constitui o mais antigo instrumento de expressão do poder do homem e está presente na vida de milhões de mulheres de todas as classes sociais, raças/etnias e orientação sexual. É por meio desse instrumento que o mundo masculino impõe sua dominação no momento em que as mulheres ousam contrariar o papel a elas reservado. As diferentes práticas de violência contra as mulheres, como a física, a simbólica, sexual, patrimonial, foram naturalizadas, por muito tempo, no seio da nossa sociedade e se fazem presentes tanto nos espaços de intimidade como no espaço público. Algumas letras de músicas de forró, mesmo as mais antigas trazem essa naturalização. Nelas, a violência contra as mulheres é tratada como instrumento que dá prazer às mulheres alimentando, assim, o mito de que “mulher gosta mesmo é de apanhar a exemplo da letra da música *Bata Nego*³⁹, regravada pela banda Solteirões do Forró em 2007:

A minha mulher gostava
quando eu lhe batia
quanto mais ela apanhava
mais ela dizia

bata nego pode bater
bata com força que não sinto doer

não me incomodo que a vizinha
me chame de biriteiro
que eu não tenho dinheiro
para comprar o pão

tenho satisfação
sou mulher de verdade
te peço por caridade
bata com força que eu não sinto doer

³⁹ Letra disponível em: www.solteiroesdoforro.com.br/. Acesso em 25 de novembro 2009.

Entretanto “é no interior do espaço doméstico, familiar, lugar que deveria ser de aconchego e de proteção, que as mulheres são vítimas das mais cruéis violências” (QUEIROZ, 2005, p.65). As pessoas que fazem parte da convivência afetiva das mulheres são apontadas como suas principais agressoras, a exemplo de seu marido, ex-maridos, namorados, companheiros, entre outros.

Pesquisas mostram os números alarmantes de violência praticada contra as mulheres no Brasil. Segundo pesquisa realizada pelo Data Senado⁴⁰ em 2007, 15% (quinze por cento) das mulheres entrevistadas declararam ter sofrido algum tipo de violência, a situação se agrava na Região Norte, onde uma em cada cinco mulheres afirmaram ter sofrido algum tipo de agressão. Entretanto, esses números podem não representar a realidade dessa problemática, uma vez que as mulheres agredidas, muitas vezes nem percebem a violência e quando a percebem em sua grande maioria têm dificuldade de assumir essa situação e, portanto, não denunciam seus agressores, conforme situa o movimento feminista e de mulheres.

O controle sobre a sexualidade das mulheres e sobre a sua capacidade reprodutiva é outra forma de dominação. “Este controle é expresso na negação de sua liberdade sexual, na limitação a sua autodeterminação reprodutiva” (CAMURÇA, 2007, p.20), retirando das mulheres a decisão e a autonomia sobre seu próprio corpo. Podemos citar como exemplo a criminalização do aborto, que leva milhares de mulheres a óbitos, por consequência do abortamento clandestino⁴¹ que “acontecem, na maioria das

⁴⁰ Pesquisa DATASENADO-SECS 2007: Pesquisa sobre Violência Doméstica contra Mulher. Nesta pesquisa, o DATASENADO chegou a conclusão de que além da violência ocorrida nas ruas, as mulheres brasileiras tem de enfrentar a violência que ocorre dentro das suas próprias casas. Na Pesquisa de Opinião foram realizadas 797 entrevistas por telefone, com mulheres maiores de 16, em todas as capitais brasileiras de acordo com o sistema de cotas proporcionais obedecendo a quantidade de mulheres residentes em cada capital, no período de 1 a 15 de fevereiro de 2007. A margem de erro é de 3,5% para mais ou para menos e intervalo de confiança é estimado em 95%. Na Pesquisa de Mídia, foram analisadas 160 notícias publicadas em 2006, nos seguintes veículos: Correio brasiliense, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, o Estado São Paulo, o Globo e o Jornal do senado (SENADO FEDERAL. SECRETÁRIA DE PESQUISA E OPINIÃO PÚBLICA. SERVIÇO DE PESQUISA DE OPINIÃO DATA SENADO, 2007. Pesquisa disponível em: www.senado.gov.br/.../Relatório%20analítico%20Violência%20Doméstica.pdf.

⁴¹ “a condição de clandestinidade do aborto no Brasil dificulta a definição de sua real dimensão e da complexidade de aspectos que envolvem questões legais, econômicas, sociais, psicológicas, impactando diretamente na vida e na autonomia das mulheres. [...] O

vezes, através de procedimento realizados sem assistência adequada, sem nenhuma segurança e em ambiente sem os mínimos padrões sanitários”, [...] (GALLI, 2010, p.6). A falta de autonomia das mulheres é fator de vulnerabilidade das mulheres à contaminação pela HIV/AIDS, pois elas levam desvantagem na negociação com os parceiros, seja na relação estável ou não, sobre o uso da camisinha no ato sexual. Segundo Barbosa (2003 *apud* DINIZ, 2008),

estimativas divulgadas pelo UNAIDS (Programa Conjunto de Agências das Nações Unidas de Combate à AIDS) dão conta de que há aproximadamente 35 milhões de pessoas vivendo com HIV/AIDS no mundo, concentrado principalmente em países em desenvolvimento. Desse total, 15 milhões são mulheres. [...]. No Brasil, 210.452 casos de AIDS foram notificados até 31 de março de 2001, sendo 54.660 mulheres (BRASIL, 2001). Estima-se que, em média, 218 mil mulheres com mais de 13 anos de idade estejam infectadas pelo HIV atualmente, de um total de quase 600 mil pessoas (Szwarcwald e Carvalho, 2001). [...] antes de completar uma década, no entanto, ficou evidente uma tendência crescente de aumento da infecção pelo HIV entre as mulheres, fenômeno que passou a ser denominado de feminização. Para o Brasil como um todo, a razão homem/mulher caiu de 28/1 em 1995, para 2/1 em 1997, e no grupo etário de 15 a 19 anos, a partir de 1994, a razão já é de 1/1 (p. 147).

O controle sobre a sexualidade das mulheres também se efetiva a partir da mercantilização do corpo das mulheres pela ampla exposição no diversos veículos de comunicação, por meio da indústria da beleza bem como do mercado do sexo e do entretenimento, pois ao mesmo tempo em que a sociedade patriarcal na qual vivemos nega a autonomia das mulheres, sobre seu corpo, segundo Delatore (2007), naturaliza-se uma imagem abusiva das mesmas enquanto objeto sexual, definida para atender ao prazer masculino. Incentivando a busca de um estereótipo de beleza⁴² caro e inalcançável, pautada nas peles brancas, cabelos lisos, corpo esbelto e, sobretudo, jovem,

abortamento inseguro representa uma das principais causas de mortalidades materna no Brasil”. (Projeto Beatriz Galli... [et. al.]. Recife: Grupo Curumim, 2010).

⁴² Cessídio e Boris (2007) afirmam que Kellner (2001) considera que a excessiva valorização da beleza da mulher pode mesmo contribuir para provocar distúrbios alimentares por meio de dietas e de exercícios físicos, podendo ela desenvolver sintomas psicopatológicos, como depressão, ansiedade ou melancolia, dentre outros, estando o bem-estar de seu corpo diretamente relacionado à sua forma de lidar com as exigências da sociedade (p 16).

reforçando, assim, outras opressões. Mas na sociedade patriarcal capitalista, “não somente se ‘vende’ a idéia de um corpo feminino ideal e de que somos objetos... Vendem os corpos femininos. Mulheres são vítimas de poderosas redes de tráfico”⁴³ (DELATORE, 2007, p. 3)

Na indústria do entretenimento apontamos o caso da música. As letras do forró estilizado que analisamos, expressam bem a forma como a sociedade pode considerar a conquista das mulheres de uma vida sexual livre com, certa, autonomia. Temos como exemplo a seguinte letra da música *Mulher Boa é Minha Mãe* (2008), Interpretada pela Banda Saia Rodada⁴⁴:

A mulher boa é minha mãe,
Gostosa é minha vizinha,
Pense numa mulher galinha,

Todos querem lhe traçar,
Todo dia é um macho, é um cabra diferente
Pense numa mulher doente

Quero ir mas tenho medo e nós temos um segredo
Eu vejo ela se acabar
E no gemido vai
Aiiii aiiii....
E eu na covardia atrás
E no gemido vem
Aiiii aiiii

E dá janela eu quase cai
E no gemido vai
Aiiii aiiii
E eu na covardia atrás
E no gemido vem
Aiiii aiiii

A manutenção da dependência econômica das mulheres é outro mecanismo abordado por Camurça (2007), como responsável pela

⁴³De acordo com Delatore (2007), “os dados referentes ao tráfico internacional são estarrecedores: dos brasileiros que cruzam o Atlântico vítimas do tráfico, 90% são do sexo feminino. Na Europa cerca de 500 mil mulheres são traficadas por ano, sendo desse total 75 mil o equivalente a mulheres brasileiras. No Brasil, as regiões mais atingidas pelo tráfico de mulheres, crianças e adolescentes são a Norte e a Nordeste, as mais pobres” (p.3).

⁴⁴ Letra disponível em: www.letras.com.br/saia.../mulher-boa-e-minha-mae. Acesso 27 dez 2009.

manutenção do sistema patriarcal. A manutenção é garantida, de acordo com a autora, pela ordem social no mundo do trabalho, uma vez que é imposta às mulheres uma divisão sexual do trabalho, na qual elas são responsabilizadas pelo trabalho doméstico gratuito, dificultando ou até mesmo impedindo a construção de sua autonomia financeira. E mesmo quando as mulheres trabalham fora de casa, muitas continuam responsáveis pela organização doméstica, ocasionando para elas uma intensiva jornada de trabalho. Além de enfrentar o sexismo expresso, sobretudo, na diferenciação salarial, mesmo quando possuem igual ou maior escolaridade que o homem e ocupam o mesmo cargo, ou realizam a mesma atividade reprodutiva (LEITE, 2005).

Sobre esse ponto Bruschini, (2000) relata que:

“apesar dos ganhos obtidos pelas trabalhadoras no que tange aos espaços ocupados no mercado de trabalho, os baixos rendimentos obtidos por elas e as desigualdades salariais entre os sexos refletem a permanência da discriminação sexual (p.42).

De acordo com Faria e Nobre (1997), “no Brasil, as mulheres recebem em média metade do salário dos homens e as mulheres negras, a metade do que ganham as mulheres brancas” (p. 15), e a desigualdade salarial aumenta conforme a remuneração. Logo, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Avon/IBOP (2009):

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2007, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, revelam que caso não haja maior rapidez nas políticas para redução de desigualdade de gênero, será preciso aguardar 87 anos para que salários de homens e mulheres sejam iguais (p. 12)

Todavia, no Brasil as mulheres que conseguem ingressar no mercado de trabalho assalariado têm sido absorvidas em atividades consideradas “tipicamente femininas”, como Enfermagem, Professora, Assistente Social, Atendente, etc. Entretanto, “o emprego doméstico aparece

como um dos maiores guetos femininos, pois trata-se de uma ocupação na qual mais de 90% dos trabalhadores são mulheres” (BRUSCHINI, 2000, p.69).

Contudo, as mulheres estão inseridas no mercado de trabalho em sua grande maioria nos postos de trabalhos informais e precarizados, ficando fora da proteção trabalhista. Além de enfrentar a ausência de políticas públicas que atuem diretamente no acesso a qualificação e permanência no mercado de trabalho em atividades com maior poder e valorização social. Fato que faz com que muitas mulheres permaneçam em relação marital indesejáveis, até mesmo de violência devido à falta de autonomia financeira. Essa situação, inclusive, é deturpada em letras de músicas. Tome-se como exemplo a letra da música *O Esporte da Mulher (O Karatê)*, (2007), Cavaleiros do Forró⁴⁵.

Homem gosta de forró
De cachaça e de mulher

Seu esporte é o futebol
Malhação, andar a pé
Atletismo e vaquejada
No boxê muita porrada
Ciclismo e cavalgada
Radicais de muita fé
Mas o esporte da mulher
É o karatê
(refrão)
O karatê carro
O karatê dinheiro
O karatê fazenda

Não precisa ser solteiro
O cara ter dólar no bolso
Prá lhe dar muito prazer
Não precisa ser bonito
Basta só o karatê

O problema enfrentado pelas mulheres, no espaço de poder, último mecanismo de dominação, citado por Camurça (2007), efetiva-se pela sua inexpressível participação político-institucional⁴⁶, nos partidos políticos, nos

⁴⁵ Letra disponível em: www.kboing.com.br/.../busca_artista.php?...cavaleirosdoforro. Acesso em: 22 dez 2010.

⁴⁶ Segundo Lima (2010), “A proporção de mulheres na Câmara dos Deputados em relação ao número de homens reflete a maciça predominância masculina. De 513 parlamentares que compõem a Casa, apenas 45 são mulheres. Nenhuma delas ocupa cargo na Mesa Diretora. No

sindicatos, movimentos sociais, “nos espaços políticos de decisão sobre a mídia comercial e a alternativa” (CAMURÇA, 2007, p. 20).

A mídia em geral, e em especial a televisiva, veicula um padrão de mulher brasileira, que deixa de lado a diversidade racial e cultural de nosso país. Nas grandes programações são utilizados, em apelo a audiência, conteúdos que banalizam o exercício da sexualidade das mulheres, a violência, a sua suposta fragilidade e subalternidade.

O patriarcado enovela-se com o racismo e com a desigualdade entre as classes. O fator étnico, também, compõe o sistema de exploração-dominação. Em termos de racismo, na sociedade brasileira, não são apenas os negros e mulatos que sofrem discriminações, mas também índios, asiáticos e, às vezes, europeus. Sobre esse ponto, Saffioti (1987) afirma que, no Brasil as estatísticas mostram que a população negra está nas ocupações de menos valorização social e mal remunerada, apresentam grau baixo de escolaridade, e que inexistente uma participação política expressiva. A autora ressalva, ainda, que as mulheres negras na sociedade brasileira ocupam a última posição, justamente por sua condição de gênero e de etnia.

Contudo, queremos destacar um dos espaços de socialização de dominação patriarcal citados por Camurça, que é o espaço do entretenimento, mais precisamente o voltado para a massa da população que faz uso da arte musical que, por intermédio das letras das músicas de forró, traz uma desvalorização pública do feminino.

Em face do exposto, cumpre ressaltar, que apesar do patriarcado conferir aos homens o direito de dominar as mulheres, constitui-se em uma ideologia estruturalmente hierarquizada que pode ser acionada por qualquer figura que se invista desse poder. Contudo, as mulheres imbuídas dessa ideologia “desempenham com maior ou menos frequência e com mais ou menos rudezas, as funções do patriarcado, disciplinando filhos (as) e outras crianças ou adolescente segundo a lei do pai” (SAFFIOTI, 2008, p.153). Entretanto, isso não significa que as mulheres sejam cúmplices dos homens, elas apenas cooperam, mesmo que inconscientemente. Mas as relações

Senado, a situação não é diferente. Das 81 vagas, apenas dez são ocupada por mulheres”. Disponível em: www.senado.gov.br/web/senador/.../detalha_noticias.asp, acesso em 20/03/2010.

patriarcais, com toda a sua estrutura, ultrapassam a sociedade civil, contaminando também o Estado.

Dessa forma, o estudo sobre o patriarcado nos permite apreender como foram construídas e estabelecidas as relações de poder a partir de um dado momento histórico e de como este sistema vem se perpetuando ao longo do tempo. As relações de poder em que se prioriza o masculino, em detrimento do feminino, e o capitalismo que se apropriou e mercantilizou todas as relações, inclusive as relações patriarcais de gênero, são responsáveis pela condição de opressão das mulheres nos dias atuais e explicativas da difusão dessa opressão nos meios de entretenimento, sobretudo no meio musical de massa.

Apesar das evidências da permanência do poder do patriarcado até os dias de hoje, este conceito vem sendo contestado. Isso se deve a forma como foi utilizado este termo, no final das décadas de 1960 e início de 1970, pelo feminismo que ficou conhecido como radical⁴⁷. A intenção das feministas “era bastante política, ou seja, denunciar a dominação masculina e analisar as relações homem-mulher delas resultantes” (SAFFIOTI, 2004, p. 95).

A centralidade do termo *dominação* provocou algumas reações entre feministas, que passaram a vinculá-lo a tradição weberiana⁴⁸, para elas, o

⁴⁷ De acordo com Silva (1982), “o feminismo radical surge nos Estados Unidos, nas décadas de 60 e 70, foi uma onda que agitou as feministas para uma nova organização das lutas, rica em reflexão e investigação acadêmicas sobre a origem das desigualdades sexuais, bem como, forte nas lutas radicais contra todas as formas de opressão feminina situadas, principalmente, no sistema patriarcal. A ênfase das análises era a família, a sexualidade, a violência sexual e os direitos sobre o corpo. [...]. Para vencer a opressão feminina, as feministas desta corrente defendem que é fundamental, mas não basta apenas, concentrar os esforços na busca das explicações sobre as diferenças entre os sexos e a subordinação da mulher no sistema patriarcal, mas que as mulheres devem se unir na luta contra os homens (argumento criticado e considerado por outras feministas como “guerra dos sexos”), assim como, devem rejeitar o Estado e todas as instituições formais por ser produto do homem e, portanto, de caráter patriarcal. [...]. O despontar da Corrente Feminista Radical, foi fortemente marcado por uma luta política voltada para o conhecimento, valorização e libertação do corpo feminino. [...]. Atos como a queima pública de soutiãs, a sabotagem de comissões de peritos sobre o aborto, formadas por uma maioria de homens, fizeram com que a voz do feminismo, através das radicais entrasse em todos os lugares [...]” (SILVA, 1982, p. 4 e 5).

⁴⁸ Marx Weber trata do conceito de dominação no livro *Política como Vocação*. Nesta obra ele discorre sobre a vocação de ser político ou de trabalhar com a política sem a interferência da ciência. Para ele o “Estado consiste em uma relação de dominação do homem pelo homem, com bases na violência legítima” [...] (WEBER, 1982, p 61). Neste sentido ele aponta três tipos puros de dominação: Tradicional, Carismática e Legal. Tradicional é a dominação fundamentada na obediência as pessoas determinada pela tradição para exercer a autoridade. O patriarcalismo é um exemplo desse tipo de dominação. Carismática é a dominação que se baseia nas qualidades pessoais extraordinárias. Os indivíduos seguem o líder pelas qualidades

patriarcado como sistema de dominação teria existido num dado momento histórico, nas sociedades sem Estado, ou seja, trata-se de um tipo de dominação referido aos espaços das comunidades mais simples. Portanto, o conceito de patriarcado foi considerado desajustado à sociedade capitalista moderna. Assim, propôs articular analiticamente dominação-exploração como base do sistema patriarcal.

A partir dessa reflexão, as críticas dirigidas ao uso da categoria patriarcado afirmavam que este termo cristaliza a dominação masculina, impossibilitando, assim, de se pensar a mudança. "Condena a mulher 'ad eterna' a ser um objeto, incorrendo, pois, paradoxalmente, no mesmo movimento que as articuladoras do conceito querem denunciar" (MACHADO, 2000, p.5). Sendo assim, o conceito de patriarcado também foi considerado, universalizante e a-histórico.

Contudo, Saffioti (2008) observa que:

Todas as feministas que diagnosticaram a dominação patriarcal nas sociedades contemporâneas sabiam que já não se tratava de comunidades nas quais o poder político estivesse organizado independente do Estado [...]. Tão somente recorrendo ao bom senso, presume-se que nenhum (a) estudioso (a) sério (a) consideraria igual o patriarcado reinante na Atenas clássica ou na Roma antiga, ao que vige nas sociedades urbano-industriais (p. 152).

Além do mais, para Saffioti (2008) as feministas dos anos 1970, constituíram-se em uma importante referência, na medida que, se ancoravam na prática da reflexão sobre a experiência de ser mulher. Fato que possibilitou a organização das mulheres numa direção de resistência contra-hegemônica, instituindo as mulheres como sujeito político. Segundo Piscitelli (2002):

A categoria mulher tem raízes na idéia de feminismo radical segundo a qual, para além de questões de classe e raça, as mulheres são oprimidas pelo fato de serem mulheres – [...]. Essa idéia foi útil, em termos políticos, para desenvolver o próprio conceito de feminismo. O reconhecimento das mulheres como coletividade, ancora-se na idéia

que se diferem das outras pessoas, seriam os políticos por vocação, aqueles que se destacam nas lutas políticas pelo poder. Legal "é crença na validade de um estatuto legal e de uma "competência" positiva, estruturada em regras racionalmente [...] (WEBER, 1982, p 61)

de que o que une as mulheres ultrapassa em muito as diferenças entre elas. [...] (p.12).

Entretanto, é a partir dos anos de 1980 que as críticas ao uso do conceito de patriarcado se intensificam principalmente com a emergência do conceito de gênero.

Ocorreu, portanto, que por um determinado tempo, em vários estudos, o termo “mulheres” foi substituído por gênero. Assim, autoras como Lobo (1992), Lauretis (1994) e Lavinhas (1992), entre outras, preferem o conceito de gênero em detrimento do patriarcado, por entenderem que gênero comporta relações sociais simbólicas, sem determinar mecanicamente uma situação. Para elas, a possibilidade de mudanças na condição subordinada das mulheres, seja no mercado de trabalho, na política, entre outros, mesmo com dificuldades, só é possível na ótica da categoria gênero.

Sobre esse ponto Saffioti (2008) alerta que:

A recusa da utilização do conceito de patriarcado permite que este esquema de exploração-dominação grasse e encontre forma e meios mais insidiosos de se expressar, ganha terreno e se torna invisível, cumpre, pois, um desserviço a ambas as categorias de sexo, mas seguramente, mais ainda à das mulheres (p. 164).

Contudo, em meio às discussões que se levantaram e, ainda, se levantam nos dias atuais, consideramos insuficiente a abordagem que utiliza o exclusivismo do conceito de gênero nos estudos sobre a condição das mulheres. Ao mesmo tempo em que corroboramos com o pensamento de Saffioti que defende a ideia de usar, simultaneamente, os conceitos de gênero e de patriarcado. Uma vez que apesar de algumas feministas rejeitarem o conceito de patriarcado, ele está “no coração da engrenagem de exploração-dominação” (SAFFIOTI, 2001, p.88).

Pensamento este que é reforçado por Machado (2000):

O conceito de gênero não implica o deixar de lado o de patriarcado. Ele abre a possibilidade de novas indagações, muitas vezes não

feitas porque o uso exclusivo de patriarcado parece conter já, de uma só vez, todo um conjunto de relações: como são e porque são. Trata-se de um sistema ou forma de dominação que, ao ser (re) conhecido já (tudo) explica: a desigualdade de gênero. O conceito de gênero, por outro lado, não contém uma resposta sobre uma forma histórica. (p.4).

Efetivamente, o mais relevante a destacar nesta discussão é que para Saffioti (2008), há muito tempo as relações sociais entre homens e mulheres deixaram de ser determinadas pelas diferenças sexuais. Para a autora isso ocorreu nas sociedades primitivas de caça e coleta, essas atividades que garantiram a sobrevivência e a perpetuação da espécie humana, eram socialmente distribuídas, obedecendo a critério de sexo. A primeira atividade cabia aos homens e a segunda as mulheres⁴⁹. Contudo, esta divisão sexual do trabalho não implicava em desigualdade, uma vez que a atividade atribuída às mulheres não era desvalorizada em relação a dos homens. A citada autora salienta, que como a caça é uma atividade incerta e a coleta certa, acontecendo cotidianamente, em tais sociedades as mulheres se tornaram responsáveis com uma porcentagem maior pelo suprimento de víveres necessário à sobrevivência do grupo.

Saffioti (2004) reforçando esse fato assim se expressa:

A rigor, então, a sobrevivência da humanidade, felizmente variando no tempo e no espaço, com esta divisão sexual do trabalho (não se pode afirmar que todos os povos hajam passado pelo estágio da caça e coleta), foi assegurada pelo trabalho das mulheres (p. 58).

De acordo com a citada autora, embora não existisse na sociedade primitiva o monopólio do poder entre homens e mulheres, as mulheres eram

⁴⁹ Saffioti (2004) ressalta que essa divisão sexual do trabalho não se explica pela maior força do homem, pois há sociedade nas quais cabe as mulheres, mesma grávidas, a caça da foca, um animal extremamente escorregadio. Logo, o argumento da força física não se sustenta. A hipótese mais convincente para justificar tal divisão, seria a de que os bebês se alimentavam somente do leite materno. Desta sorte, as mulheres tinham que realizar seus trabalhos carregando os bebês amarrados ao corpo, facilitando o aleitamento todas as vezes que eles sentissem fome. E como o choro é a forma primeira de expressar as necessidades do ser humano, ao menor barulho espantaria o animal destinado à caça, voltando às caçadoras sem nenhum alimento para o grupo.

consideradas seres poderosos, fortes, verdadeiros seres mágicas, em virtude de sua capacidade reprodutiva, por presumirem que essa capacidade era só das mulheres. Porém, essa situação se modificou, como a caça não era uma atividade diária, sobrava para os homens tempo suficiente para o exercício da criatividade, que possibilitou aos mesmos a criação de sistemas simbólicos eficazes ao destronamento de suas parceiras, mas isso ocorreu em um processo extremamente lento na história da humanidade, devido à resistência das mulheres. Então, “os seres humanos, que tinham uma relação igual e equilibrada entre si e com os animais, transformaram-se em controle e dominação, o patriarcado é um exemplo disso” (SAFFIOTI, 2004, p.120).

Saffioti (2004), afirma desde o início da humanidade foram sendo construídas representações do masculino e feminino. Instituído-se, assim, o gênero: “a diferença sexual, antes apenas existente na esfera ontológica⁵⁰ orgânica” (SAFFIOTI, 2004, p.133), ocorre que com o desenvolvimento das relações sociais, essa dimensão de gênero se incorpora como uma ferramenta de poder. Inscrevendo, contudo, o gênero no reino da história, ao mesmo tempo em que está inscrito na natureza, englobando o ser natural e social numa totalidade aberta. Assim, apreende-se que o gênero não se apóia apenas no sexo para resultar a constituição do ser social, como também o sexo não se reduz a um fenômeno puramente biológico.

Assim, as relações sociais entre homens e mulheres tornaram-se desiguais no processo em que foi definido a subordinação e o papel das mulheres na sociedade. Portanto, ser mulher tornou-se sinônimo de inferioridade. Logo, de acordo com Saffioti (2008),

⁵⁰ Segundo Saffioti (2004) “a ontologia é formada por três esferas – a inorgânica, a orgânica e o ser social – uma não prescinde da outra, embora haja diferenças profundas entre as três, formam uma unidade. Na primeira não há vida, e, por conseguinte, não há reprodução. Há um processo de transformação de um estado para o outro, a rocha tornando-se terra, por exemplo,” (p.102), contudo “constitui condição *sine qua non* do nascimento da vida” (p. 133). “Na segunda há vida e, portanto, reprodução” (p.102), é nessa esfera que os seres sexuados são gerados. “O sexo dessa forma, pertenceu originalmente, à apenas a esfera ontológica orgânica” (p. 133), à medida que a vida orgânica foi se complexificando foi surgindo simultaneamente a cultura, que passou a moldar o ser sexuado. O ser social é o ser sexuado, dotado de consciência. A consciência desempenha papel fundamental, permitindo a pré-ideação das atividades até, pelo menos parcialmente, a previsão de resultados. O ser social dotado de consciência é responsável pelas transformações da sociedade, permanecendo um ser natural. Assim, a vida da natureza (esfera ontológica inorgânica e orgânica), que, no máximo, se reproduzem, é muito distinta do ser social, que cria fenômenos novos (102/133)

A diferença sexual foi convertida em diferença política, passando a se exprimir ou em liberdade ou em sujeição. Sendo o patriarcado uma forma de expressão do poder político, esta abordagem vai ao encontro da máxima legada pelo feminismo radical: “o pessoal é político (p.168).

Desse modo, Saffioti (2008) conclui que abandonar o conceito de patriarcado significaria “[...], a perda do único conceito que marca nitidamente a subordinação das mulheres, especificando o direito político conferido aos homens pelo fato de serem homens” (p.169). Segundo essa autora, as críticas ao uso desse conceito resultam das interpretações do patriarcado que se apóia somente na dimensão geracional, ou seja, na dominação do pai. Therbom (2006) afirma que a dimensão geracional foi a que mais sofreu transformações desde a consolidação do sistema patriarcal. Ela localiza por volta de 1900 o início das grandes transformações que afetaram o poder paternal. Quando a família europeia foi submetida à pelo menos três grandes mudanças institucionais e econômicas:

A primeira delas foi a proletarização, o crescimento das classes não proprietárias, dependentes da venda de seu trabalho. A proletarização afeta o patriarcado, uma vez que o pai proletário não possui propriedades para transmitir aos seus filhos e porque seu poder de pai está subordinado ao poder superior dos proprietários da terra e do capital. [...]. Já a urbanização foi a segunda grande mudança. Ela desafiava quaisquer autoridades tradicionais, incluindo o patriarcado, pela sua exibição da heterogeneidade, sua ofertas de opções, na medida em que escapava do controle social. E, por ultimo, a industrialização desafia o patriarcado e qualquer arranjo familiar existente, principalmente pela separação em grande escala entre o lugar de trabalho e a residência, enfraquecendo desse modo o controle paterno. [...]. (THERBOM, 2006, p. 42/43).

Contudo, Saffioti (2008) salienta que “o *pater potestas*, cedeu lugar não as mulheres, mas aos filhos. O patriarcado que nele estava embutido continua vivo como titular do direito sexual” (p.169). Ela afirma que a interpretação patriarcal do patriarcado fez com que a relação entre marido e esposas ficasse obscurecida. “esqueceu-se o fato de que antes de serem pais e mães, os homens e as mulheres são maridos e esposas” (p.169).

Nesse ponto da discussão, Saffioti (2004, 2008) focaliza o contrato sexual (casamento), dando ênfase à figura do marido, mostrando o caráter desigual desse contrato, no qual se troca obediência por proteção. E proteção, como é notório, significa no mínimo a médio e longo prazos, exploração-dominação.

A autora afirma que o casamento pressupõe a união de dois indivíduos numa relação que pode ser de igualdade. No entanto, não é isso que acontece, porque na realidade ele une uma subordinada a um indivíduo, pois a parte que oferece proteção é autorizada a determinar como a outra parte vai cumprir sua função no contrato. Logo, “o direito político se assenta no direito sexual ou conjugal. Assim, a autoridade política do homem já está garantida, bem antes dele ser pai” (SAFFIOTI, 2008, p.170). Então, é no casamento que se materializa a condição de subordinação das mulheres.

Disto deriva, que:

a consciência que as mulheres têm de si mesmas não resulta da socialização que receberam, mas da sua inserção como mulheres e esposas na estrutura social, pois a socialização faz parte deste processo de se tornar mulher/esposa. Mas não se trata apenas daquilo que as mulheres introjetam em seu inconsciente/consciente. Trata-se de vivências concretas na relação com homens/maridos (SAFFIOTI, 2008, p. 171)

Isso ocorre porque as relações sociais de gênero comportam uma ideologia – a ideologia patriarcal que constrói a realidade da mulher a partir da perspectiva da supremacia masculina.

Mesmo que possamos perceber transformações nas relações matrimoniais, o controle da vida e do corpo é uma realidade na vida de inúmeras mulheres na contemporaneidade.

A letra da música *Mulher do Babado* (2007)⁵¹ traz perfis de mulheres que representam valores e comportamentos orientados pela ideologia

⁵¹Interpretada pela banda Cavaleiros do Forró. Letra disponível em: www.kboing.com.br/.../busca_artista.php?...cavaleirosdoforro. Acesso 01 dez 2009

patriarcal, nos quais podemos identificar elementos simbólicos que habitam o imaginário dos sujeitos, vejamos parte da letra:

Tem mulher de todo jeito.
 Tem mulher que não convém.
 Tem mulher que é bola cheia

[...]Já mulher de casa é uma mala.
 Pesada para carregar

Mulher da rua é boa
 Faz tudo para agradar....

Observamos que essa letra diz respeito aos símbolos culturais, trabalhados por Scott (1990), que criam representações contraditórias e antagônicas de mulheres, representados por *mulher da rua (Eva)* e *mulher de casa (Maria)*. No entanto, há uma inversão de valores quando se trata de agradar a libido masculina, a de casa que cumpre o papel moralmente aceito pela sociedade, é considerada uma mala, um estorvo. A que seria moralmente rejeitada, é considerada boa, pois atende as fantasias e aos desejos sexuais do macho. A ideologia patriarcal, como toda ideologia respaldada pela sociedade de classe, traz em si o antagonismo e a contradição, essa letra expressa bem isso.

3.3 “Ideologia quero uma para viver”⁵²: ideologia e patriarcado

Como já afirmamos, o patriarcado como sistema de dominação-exploração se desenvolve e se consolida a partir de estruturas econômicas, sociais, políticas e ideológicas. Assim, para este estudo, no qual analisamos as expressões do patriarcado nas letras de músicas de forró, consideramos oportuno refletir acerca da noção de ideologia

⁵² Trecho da letra da Música *Ideologia* de autoria de Cazuza e Frejat. Disponível em: letras.terra.com.br/cazuza/43860/ - 62k. Acesso 20 jan 2011.

Ideologia é um termo de diferentes significados. A primeira vez que foi citado por Destutt de Tracy (1801), segundo Meszáros (2004), referia-se a ciência das ideias.

Tracy tentou articular em seu livro *Éléments d'idéologie* uma teoria das idéias comparável em profundidade e exatidão (afirmava ele), com as ciências naturais, para fundamentar firmemente a educação dos indivíduos destinados a se ajustar sem dificuldades à estrutura social consolidada da ordem burguesa. [...]. A ideologia como tal foi definida como um empreendimento estritamente científico; postulou-se idealisticamente sua capacidade de atingir seu objetivo desejado de uma estabilidade social incontestável, fazendo com que os indivíduos se conformassem aos imperativos estruturais da sociedade pela prática duvidosa de moldagem da mente, baseada em preconceitos ideológicos de cunho caracteristicamente burguês (MESZÁROS 2004, p. 464).

Assim, segundo Meszáros (2004), Tracy teceu crítica ao pensamento religioso dominante na época. Ele defendia o conhecimento baseado nos fatos e a experimentação para explicação.

Segundo Lowy (1985), foi Karl Marx (1946), em seu livro *A Ideologia Alemã*, quem formulou o mais completo conceito de ideologia. Nesta obra, ele apreende ideologia com um caráter pejorativo, como um conjunto de idéias determinadas pela classe dominante e que formam uma consciência deformada e falsa da realidade.

Para Marx (2002), ideologia é um conceito pejorativo, um conceito crítico que implica ilusão, ou se refere à consciência deformada da realidade que se dá por meio da ideologia dominante, assim, as ideias das classes dominantes são as ideologias dominantes na sociedade.

Dessa forma, para Marx (2002), na sociedade de classe, essas ideias constroem uma falsa consciência da realidade, com o intuito de camuflar a divisão social de classe. Nesse sentido, ideologia funciona como um instrumento de dominação, objetivando a alienação da consciência humana, assumindo um significado negativo⁵³.

⁵³ De acordo com Benoit (1996), o negativo é uma noção fundamental no pensamento de Marx, sendo um conceito metodologicamente constitutivo nas diversas categorias do seu pensamento. [...] Tal conceito permeia todas as suas análises, tanto as mais diretamente filosóficas, as econômicas, como as políticas e históricas.[...]. O negativo em Marx não é

Depois de Marx, muitos pensadores fizeram abordagens sobre ideologia. Alguns seguiram a orientação marxista e ampliaram o significado do conceito, tal como Lênin. Na obra de Lênin, o conceito ganha um sentido bastante diferente: “a ideologia como qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais” (LOWY, 1982, p. 12). Nessa concepção, ideologia deixa de se referir as concepções de mundo somente da classe dominante e existiria, portanto, também a ideologia proletária. O termo deixa, assim, de ter um sentido negativo, como em Marx.

Ainda segundo LOWY (1982) para Lenin,

ideologia é o conjunto das concepções, idéias, representações, teorias, que se orientam para a estabilização, ou legitimação, ou reprodução, da ordem estabelecida. [...]. Utopia, ao contrário, são aquelas idéias, representações e teorias que aspiram outra realidade, uma realidade ainda inexistente. Percebe-se imediatamente que ideologia e utopia são duas formas um de mesmo fenômeno que se manifesta de duas maneiras distintas. “Esse fenômeno é a existência de um conjunto estrutural e orgânico de idéias, de representações, teorias e doutrinas, que são expressões de interesses sociais vinculados às posições sociais de grupos ou classes, podendo ser, segundo o caso, ideológico ou utópico (p. 13).

Já Lowy (1982) procurou outro termo que se referisse tanto às ideologias quanto às utopias, o termo que pensou ser o mais adequado foi o de “visão social do mundo”, para ele visão social do mundo seria, “portanto, todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, idéias e orientação cognitivas” (p. 14), esses conjuntos estariam determinados por concepções, por ponto de vistas, de determinadas classes sociais.

Para Lowy (1982), as visões de mundo poderiam ser de dois tipos: uma que servisse para manter a ordem social vigente, a qual chama de visões ideológicas. A outra teria por função apontar uma nova realidade ainda não existente, pois teria uma visão negativa e subversiva da ordem estabelecida, a qual o autor designa como visões sociais utópicas, é uma utopia como um projeto realizável.

Diante do exposto, observa-se que ideologia é um termo polissêmico e que tem assumido um papel significativo nas diversas formas de organização social. Com isso, queremos nos aproximar da conceituação sobre o termo indicada por Marx. Como já vimos, Marx se refere à ideologia como um conceito pejorativo, que se manifesta por meio de uma falsa consciência para a sustentação de interesses de classe. De acordo com Marx (2002), as ideias da classe dominante são as ideologias que dominam a sociedade, ou seja, a classe que dispõe dos meios de produção material se constitui ao mesmo tempo na força intelectual dominante. Nesse sentido, o objetivo da ideologia é o de legitimar as forças dominantes em uma posição hegemônica⁵⁴, ela tende a ofuscar a violência, a dominação, exploração e a opressão existentes nas diversas formas de sociedade que tem como base a divisão de classe.

A ideologia, portanto, possui uma base material - a sociedade capitalista. O capitalismo se apropria das atividades humanas utilizadas para realizar suas necessidades de sobrevivência e as transforma em dominação e exploração, com o intuito de realizar seu objetivo mais urgente: o lucro e acumulação do capital, em detrimento do ser humano, instalando níveis cruéis de desigualdades sociais. “O capitalismo soube conservar a estrutura patriarcal e milenar da família e com ela, a manutenção da submissão das mulheres” (NARVAS e KILLER, 2007, p. 4).

O estudo sobre ideologia é central para o nosso objeto, por entendermos que as letras das músicas de forró estilizado possuem uma carga ideológica que vai definindo papéis e, reproduzem ideologia de dominação, de erotização, de banalização da violência, que privilegia o homem, mesmo quando as mulheres se sentem livres.

Contudo, o evidente enfraquecimento legal do regime patriarcal, não significou sua extinção, sua doutrina ainda se faz presente em várias regiões do mundo. Como ideologia, ainda habita com bastante força o imaginário da

⁵⁴ Segundo Santos (1989), “para Gramsci, a hegemonia atua não apenas sobre e a partir das relações econômicas e políticas, mas também e, sobretudo, nas relações sociais como um todo, no modo de pensar, de agir, de falar, de conhecer, ou seja, nas orientações ideológicas e culturais presentes na sociedade. Gramsci tenta nos alertar que nenhuma relação de hegemonia pode ser vista de modo isolado e descontextualizado, uma vez que, sempre é acompanhada por um processo pedagógico que a fortalece e a legitima (p.35).

humanidade e se concretiza em várias instâncias de socialização onde convivem homens e mulheres.

A força ideológica do patriarcado, além de conferir o direito de dominar aos homens, impregna as mulheres, que passam a reproduzi-la nas relações entre elas⁵⁵, como também na criação dos filhos e no tratamento com outras crianças. Assim, “a erosão do patriarcado, assim como as mudanças políticas, têm de ser vistas como produtos de processo mais amplos, socioeconômico e cultural” (THERBOM, 2006, p. 119), ou seja, sua superação se inscreve na superação da sociedade capitalista.

Na atualidade, como já foi explicitado nesse estudo, tem-se como uma das evidências da permanência do patriarcado, o tratamento dado as mulheres por meio do discurso expresso no âmbito do entretenimento musical, especificamente, nas letras das músicas do forró estilizado, objeto do nosso estudo. Encontramos nas letras desse estilo um discurso social discriminatório para com as mulheres. Discurso que não é novo na música popular no Brasil, mas que, atualmente, tem se constituído de um teor jamais imaginável nas letras criadas em décadas anteriores. Entendemos que a música é obra cultural e, portanto, “um sistema simbólico que faz a mediação entre os indivíduos sociais” (RIBEIRO, 2005, p. 3). Na atualidade, por meio do forró estilizado, revela-se uma sociabilidade marcada por diversas formas de violação dos direitos humano das mulheres. Este tipo de sociabilidade tem sua origem respaldada pelas relações de gênero na sua dimensão patriarcal, que perpassa todo tecido social e influencia as produções musicais do forró estilizado, como já foi visto, nos diversos exemplos utilizados anteriormente. A dimensão dessa influencia é o que veremos nos próximos capítulos.

⁵⁵ É ilustrativo dessa afirmação como mostra Zhang Yimou no filme *Lanternas Vermelhas* citado por Safiotti (2004), “quando a quarta esposa, em estado etílico, denuncia a terceira, que estava com seu amante, à segunda, é esta que faz o flagrante e que toma as providências para que se cumpra a tradição: assassinato da ‘traidora’. O patriarca nem estava presente no palácio no qual se desenrola os fatos” (p.102).

4. “QUEM AQUI NÃO SE ENGABELA NOS BOTÕES DE UMA SANFONA”⁵⁶: Indústria Cultural e Forró estilizado

4. 1 “Engabelando”⁵⁷: indústria cultural

O Forró é um estilo musical dançante que agrupa uma variedade de gêneros musicais, é especialmente popular nas cidades e nas capitais da região nordeste do país, mas, tem uma grande aceitação em todo território nacional. Consideramos que na atualidade vem ocorrendo uma nova releitura desse estilo que vem ganhando novo espaço no mundo musical por meio da *indústria cultural*. Por isso, pensamos ser necessário fazermos uma reflexão sobre o que vem a ser essa indústria.

Ao falar da indústria cultural se pressupõe uma abordagem sobre o conceito de cultura. Existem várias posições referentes a esse conceito que orientam diferentes concepções e, apesar de ser uma discussão mais ampla, nós iremos nos reportar aqui a rápidas conceituação sobre esse conceito. Para Santos (1994) “a cultura é uma preocupação contemporânea bem viva nos tempos. É uma preocupação em entender os muitos caminhos que conduziram os grupos humanos às suas relações presentes e suas perspectivas de futuro” (p. 7). [...]. Portanto segundo o citado autor, há duas concepções básicas de se entender o que é cultura. “a primeira concepção preocupa-se com todos os aspectos de uma realidade social; a segunda refere-se mais especificamente ao conhecimento, às idéias e crenças de um povo” (p. 23). Para Arantes (2004), “a cultura é constituída por sistemas de significados que são partes integrantes da ação social organizada, [...] mesmo em sociedades relativamente homogêneas os sistemas de culturas comportam incoerências (p. 40). Laraia (2007) pensa a cultura como o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo posturas corporais são para ele produtos de uma herança cultural, ou

⁵⁶ Trecho da Música *Engabelando* de Luiz Gonzaga. COMPACT**disc**DIGITAL AUDIO

⁵⁷ Título da letra da música de Luiz Gonzaga. COMPACT**disc**DIGITAL AUDIO

seja, o resultado da operação de uma determinada cultura. Já Chauí (1985) vê a cultura num sentido amplo, para ela a cultura:

É o campo simbólico e material das atividades humanas [...]. Em sentido restrito, é articulada à divisão social do trabalho, tende a identificar-se com a posse de conhecimentos, habilidades e gostos específicos, com privilégios de classe, e leva à distinção entre cultos e incultos (p. 14).

Isso só para citar alguns dos mais consistentes teóricos que abordam o conceito de cultura. Diante da polissemia do termo cultura, assumimos a compreensão da cultura como um arcabouço de ideologias, costumes, hábitos, conhecimentos, leis que é adquirido pelas pessoas como componentes de uma determinada sociedade e, que é construído histórica e socialmente e, que se expressam nas e pelas relações sociais, políticas e econômica.

Contudo, nesse estudo iremos nos concentrar nos aspectos da indústria cultural, que hoje se constitui em um dos componentes mais relevantes da cultura, a fim de explicitar a forma exercida por essa indústria para incorporar os bens culturais à lógica da mercadoria e as consequências mais amplas dessa incorporação, tanto para a cultura quanto para a consciência dos indivíduos.

A *indústria cultural* se constitui em uma indústria poderosa que trabalha com padronizações, estilizando os elementos do cotidiano popular, constituindo-se em componente do aparato ideológico da sociedade capitalista na contemporaneidade.

O termo *indústria cultural* foi cunhado pela primeira vez por Theodoro Adorno e Marx Horkheimer, em 1947, na obra *Dialética do Esclarecimento: fragmento filosófico*, “para definir a transformação das obras de artes em mercadoria de consumo de ‘produtos culturais’ fabricados em série” (CHAUI, 2006, p.28). Juntos elaboram uma análise da sociedade industrial sob a perspectiva da teoria crítica⁵⁸, na qual, deixam claro suas preocupações com

⁵⁸ A expressão Teoria Crítica é habitualmente referenciada às ideias da Escola de Frankfurt. Escola de Frankfurt é designação dada ao “Instituto de pesquisa social” (*Institut für Sozial Forschung*), criado em 1923, em Frankfurt, na Alemanha. Os principais pensadores desta escola são Horkheimer, Adorno, Marcuse, Habermas. Eles “procuraram desenvolver uma

os problemas enfrentados pela humanidade como a dominação, a alienação, a racionalidade instrumental, a estética, os meios de comunicação entre outros, e as consequências resultantes desses problemas. Para eles, a humanidade no seu processo civilizatório, empreendeu esforços que a levou a dominação da natureza em seu benefício, entretanto, neste processo se observa que essa dominação se reproduziu nas relações entre os sujeitos.

As reflexões de Adorno e Horkheimer se concentram no ataque ao desenvolvimento da ciência e da técnica iniciado no século XVIII, na era do iluminismo⁵⁹, sob o pensamento burguês. Eles procuraram mostrar que as ideias iluministas de emancipação humana projetadas no domínio da razão e do esclarecimento, que veio com a proposta de libertar a humanidade do domínio do obscurantismo religioso, dos mitos, acabaram por se constituir naquilo que combatiam, pois colocou a humanidade em um domínio mais aprimorado, o domínio do conhecimento científico e da racionalidade técnica. Eles explicitam este pensamento nas primeiras linhas do livro:

No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal. O programa do esclarecimento era o desencantamento do

perspectiva que se preocupa com a crítica da ideologia, ou seja, de explicações da realidade sistematicamente distorcida que procuraram ocultar e legitimar relações assimétricas de poder. Preocuparam-se com a maneira pela qual os interesses, conflitos e contradições sociais se expressam no pensamento e também com a maneira pela qual se produzem e reproduzem em sistemas de dominação. Através da análise desses sistemas, pretendiam intensificar a consciência das raízes da dominação, minar as ideologias e contribuir para forçar transformações na consciência e na nação” (Dicionário do Pensamento Marxista, 1983, p. 128).

⁵⁹ De acordo com Harvey (1989) citado por Bastos (2005), “o projeto iluminista, que remonta o século XVII, fundamenta-se no princípio da racionalidade – de uma qualidade própria e socialmente construída da atividade humana adequada às finalidades visadas – com o que se queria alcançar o desvendamento da verdade universal e da liberdade, desligando-se do julgo da natureza e dos dogmas o que, por conseguinte, levaria ao desvelamento do mundo. Assim um novo projeto de humanidade deveria estar calcado no *rátio* e na individualidade, uma vez que era em torno do indivíduo que incidiam as responsabilidades de consecução dos ideais iluministas. Mediante o domínio racial da natureza, que poderia dar-se por meio da ciência, isto é, do novo modelo de cientificidade baseado, sobretudo, no desenvolvimento da física e da matemática que, por ser fruto da razão positiva, contraponha-se ao modelo de conhecimento que, até então, se encontrava sob o controle da igreja, tal projeto prometia libertar os indivíduos das irracionalidades que regiam a sociedade. Só a razão positiva, a faculdade de conhecer o real, o encontro de equações universais de controle da natureza sob a égide de um denominador comum, poderia libertar os homens da escassez e das arbitrariedades do uso do poder social” (BASTOS 2005, p. 17).

mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber (ADORNO e HORCKEIMER, 1985, p. 19).

O medo do desconhecido, segundo eles, não foi abolido nem tão pouco minimizado, foi contornado pela lógica da racionalidade e apropriado pelo sistema capitalista de produção e o saber garantiu ao indivíduo o aumento do seu poder, “e o poder se transformou no princípio de todas as relações” (ADORNO e HORCKEIMER, 1985, p.20), tanto na relação da humanidade com a natureza como na relação entre os sujeitos.

O contexto em que os autores elaboram seus estudos abordando o triunfo do esclarecimento sobre os mitos, sobre o pensamento religioso e suas consequências, e no qual deram origem ao termo *indústria cultural*, foi um contexto de grandes transformações culturais, políticas e, especialmente, econômicas no mundo. De um lado, o mundo se confrontava com o nazismo e seu regime totalitário. Do outro, o capitalismo havia se apropriado das novas descobertas, provocando uma profunda transformação no processo produtivo, alterando a relação capital e trabalho. A padronização dos bens de consumo, o individualismo, a fragmentação e a produção em larga escala e em série se constituíram nas características fundamentais do novo processo produtivo. Este contexto possibilitou a criação de um tipo de indústria - a *indústria cultural*.

Para Adorno e Horkheimer (1985) *indústria cultural* se refere ao uso das tecnologias de comunicação, como televisão, rádio, jornais, entre outros, pela classe dominante no intuito de transformar a produção cultural e intelectual em produtos de consumo guiados pela lógica de mercado, sacrificando “o que fazia a diferença entre a lógica da obra e do sistema social” [...] (p.114).

Os autores utilizaram o termo *indústria cultural* em substituição ao termo *cultura de massa*. *Cultura de massa* seria, para alguns estudiosos, uma cultura surgida espontaneamente da massa (povo), uma forma contemporânea de arte popular. Adorno e Horkheimer discordam desta interpretação, pois, para eles, a cultura identificada como produzida pela massa, é fruto da *indústria cultural* que soube assimilar as características do processo produtivo capitalista, e transformou as artes culturais em porta voz da classe dominante, reforçando, portanto, sua ideologia.

Para Adorno e Horkheimer (1985), a *indústria cultural* transformou os elementos da cultura – a música, o cinema, a pintura, os romances, entre outros, em produtos mercantis como as mercadorias destinadas somente a este fim, a arte passou a só ter valor mediante seu poder de troca. De acordo com os autores “A *indústria cultural* se desenvolveu com o predomínio que o efeito, a *performance* tangível e o detalhe técnico alcançaram sobre a obra, que era outrora o veículo da Idéia e com essa foi liquidada” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p.118). Com isso, a obra, a arte cultural perde sua função primordial de transmissão de saberes numa perspectiva crítica e de resistência ao *status quo* para se tornar um poderoso instrumento ideológico da sociedade capitalista.

Conforme Adorno e Horkheimer (1985), a arte produzida pela *indústria cultural* é uma obra de conteúdo que não leva o indivíduo a reflexão, pois, o que interessa para essa indústria são as cifras a ser obtidas no consumo de seus produtos, por isso, são feitos investimentos ostensivos e o resultado desses investimentos é uma arte padronizada, que deixa de lado a criatividade e assume, cada vez mais, um papel importante na formação dos sujeitos. Essa arte é jogada no mercado consumidor como se fossem novidades diferenciadas, quando na verdade a diferenciação é ilusória, pois são agregados pequenos detalhes à obra, fazendo com que haja variação apenas na aparência, enquanto a obra carrega a mesma mensagem alienante que funciona como suporte ideológico da lei de mercado.

Adorno e Horkheimer (1985) salientam que:

Os interessados inclinam-se a dar uma explicação tecnológica da indústria cultural. O fato de que milhões de pessoas participam dessa indústria imporia métodos de reprodução que, por sua vez, tornam inevitável a disseminação de bens padronizados para satisfação de necessidades iguais. [...]. Os padrões teriam resultado originariamente das necessidades dos consumidores: eis por que são aceitos sem resistência (p. 114).

Contudo, os citados autores explicitam que na verdade é o poder dos economicamente mais fortes que determina o padrão de consumo da sociedade. Dessa forma, “A atitude do público que, pretensamente e de fato,

favorece o sistema da *indústria cultural* é uma parte do sistema, não sua desculpa” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p.115). Segundo eles, os consumidores são reduzidos a dados estatísticos nos mapas da *indústria cultural*, que medem o consumo de seus produtos e os interesses pelos produtos se prendem mais ao modismo do que o conteúdo.

Esse pensamento é reforçado por Colloca (2003), ao afirmar que:

Os consumidores são objetos da indústria cultural, apesar de passar a imagem de que eles são os sujeitos. O que orienta a produção das mercadorias é a comercialização e não o conteúdo dos produtos. O alvo da indústria cultural é o espírito que é insuflado, já que mexe com o inconsciente das pessoas, cria uma mentalidade, sempre buscando a manutenção da ordem vigente, do poder já estabelecido. (p. 13/15).

O mercado que envolve o forró estilizado, representa bem este fato. A rádio “Som Zoom Sat”, criada em 1997, como estratégia de divulgação da banda Matruz com Leite, protagonista do forró estilizado, em pouco menos de um ano elevou as vendas dos CDs (*Compact Disc*) da banda de 30 mil para 180 mil por mês, atingindo um faturamento de US\$ 15 milhões somente com a venda de CDs e, com isso, a audiência da rádio atinge 40 milhões de habitantes (ou 12 milhões de ouvintes por minuto) em 900 cidades em todo território nacional⁶⁰.

Em 2008, “A3 Entretenimento” empresa dona das maiores bandas de forró do Brasil como Aviões do Forró, Forró do Muído, Solteirões do Forró, entre outras, atingiu vendas de CDs e DVDs (*Digital Vídeo Disc ou Digital Versátil Disc*) que superam 3 milhões de cópias só da Banda Aviões do Forró. Esse também foi o ano em que a Banda realizou turnês pela Europa e Estados Unidos⁶¹, atingindo público, para além do território nacional. O que confirma a

⁶⁰ Dados extraídos na Revista Época, edição 4005, 1999, Matéria: **A revolução do forró: Empresário transforma a velha música dos sanfoneiros num negócio milionário e exporta o novo som para todo o Brasil**, de autoria de Sérgio Adeodato, Fortaleza - CE.

⁶¹ Dados extraídos no site da Banda Aviões do Forró. carpatia.wordpress.com/2009/05/.../avioes-do-forro. Acesso em 06 de abr 2010

análise de Adorno e Horkheimer (1985), sobre os interesses aos quais se prende a *indústria cultural*.

Adorno e Horkheimer (1985) explicitam, também, que como a *indústria cultural* é a indústria do entretenimento, seu controle sobre os consumidores se dá por meio da diversão, e na sociedade capitalista a diversão se constitui no prolongamento do processo do trabalho mecanizado. Ela é procurada pelos que querem fugir do cansaço do trabalho. Contudo, como a mecanização também determina a fabricação das mercadorias destinadas a diversão, ela atinge as pessoas no lazer. Nesse sentido, o ócio que deveria ser preenchido por momentos de verdadeira distração e distanciamento do trabalho atomizado, acaba por reproduzi-lo. As pessoas não percebem que os produtos da diversão fabricados pela *indústria cultural*, não lhes instigam a nenhuma reflexão sobre o seu conteúdo, eles são assimilados por hábitos, o pretense conteúdo é colocado como verdade que emanam do gosto popular. Assim, conforme Coelho (2003), “por meio da diversão a indústria cultural mascara realidades intoleráveis e fornece ocasiões de fuga” (p. 23).

Sobre esse ponto Adorno e Horkheimer (1985) ressaltam que:

Os produtos da indústria cultural podem ter certeza de que até mesmo os mais distraídos vão consumi-los alertamente. Cada qual é um modelo da gigantesca maquinaria econômica que, desde o início, não dá folga a ninguém tanto no trabalho quanto no descanso, que tanto se assemelha ao trabalho (p. 119).

Dessa forma, fica evidenciada na análise dos autores que o termo *indústria cultural* refere-se a um conjunto de empresas e instituições que trabalham com a produção da cultura como principal atividade econômica com fins mercantis e lucrativos. Assim, o valor do produto cultural não está no seu conteúdo e sim na sua forma, que deve ser atraente e rentável. Os produtos são criados propositadamente para um consumo descontraído, não comprometedor. Assim, esses produtos de valor meramente econômico domina o tempo de trabalho e o tempo do lazer. As pessoas os adquirem sem elaborar nenhuma análise crítica de sua mensagem. Desse modo, a *indústria*

cultural se coloca na contra mão da autonomia, uma vez que adéqua as pessoas às necessidades por ela geradas.

Contudo, diante do exposto, defendemos que as discussões empreendidas por Adorno e Horkheimer sobre a *indústria cultural* é uma discussão que se faz necessária nos dias atuais, pois “seu objeto está mais vivo do que nunca: jamais fomos menos donos de nosso nariz, por conta das onipresentes imposições da lógica do mercado e do capital” (MAAR, 2003, p.8).

No que se refere ao campo da arte musical, Bastos (2005) afirma que:

A abrangência da indústria atua de forma “onipresente”, uma vez que se encontra presente, na residência, no trabalho e no lazer. A música funciona como receptáculo dos desejos *institucionalizados* dos indivíduos, os quais são na verdade suscitados por necessidades exógenas que, por sua vez, são determinadas pela lógica de mercado. A música produzida pela indústria cultural contém uma forte dosagem de naturalização, considerando-se que ela é formalmente definida por padrões estereotipados, cujo efeito ideológico é fazer com que o ouvinte reconheça a obra de imediato, assumindo-a como natural. A cada indivíduo cabe gostar ou não do que lhe é oferecido. Entretanto nesse caso o gosto não é, determinado autonomamente, mas resulta dos efeitos causados pelos detalhes deslocados da estrutura musical, que integram a obra e, simultaneamente, do processo de padronização (BASTOS, 2005, p. 26).

Maia e Antunes (2008) reforçam esse pensamento, quando afirmam que o indivíduo ao ser exposto exaustivamente a música fruto da *indústria cultural*, não desenvolve a capacidade de ouvir de maneira estrutural, na medida em que se requer dele é apenas o reconhecimento de uma música que há muito é reconhecida, e desta forma, ele não aprende a refletir sobre o material, a estar atento a ele, já que isso não seria necessário. Pois, o contato com o novo lhe é negado, pois o novo não ocorre. Então o indivíduo fica passivo e apenas consome aquela mercadoria que lhe é apresentada como algo novo.

O forró, na atualidade, é uma exemplificação de uma arte da *indústria cultural*, com características como adequação às condições de produção e que são consumidos acriticamente.

4.2 Puxando a Sanfona e “Rasgando o Fole”⁶²

O forró possui uma variação de ritmos como: o baião, o côco, o rojão, a quadrilha, o xaxado e o xote. Existe uma controvérsia quanto à origem da palavra forró no seu sentido etimológico. Há uma versão que afirma que no início do século XX, em Pernambuco, um grupo de engenheiros britânicos se instalou para construir uma ferrovia a *Great Western*, e para se distrair promoviam bailes ao público, o qual eles denominaram de *for all* (para todos), a frase era escrita nas portas dos bailes, indicando que todos podiam entrar na festa. Esta frase passou a ser chamada de *forró* pelos nordestinos, por ser a pronúncia que mais se aproxima de *for all*. Esta versão era defendida por Luiz Gonzaga.

A outra versão é defendida pelo historiador Câmara Cascudo, para ele a palavra *forró* é originária do termo africano “forrobodó” que significaria festa, bagunça. Assim, eram chamados os bailes comuns frequentados pelo povo e, com o tempo, por ser mais fácil pronunciar acabou sendo simplesmente *forró* (SILVA, 2003). Apesar das controvérsias existentes, o termo forró passou a ser utilizado genericamente para designar tanto a música quanto a festa onde se dança e toca as músicas.

O forró como produto da *indústria cultural* é um fenômeno recente, tem seu início, segundo estudos, com Luiz Gonzaga⁶³ que, em meados da década de 1940, levou o forró originário do sertão nordestino para os grandes centros urbanos, por intermédio dos meios de comunicação de massa e o transformou em um produto vendável. Conforme Lima e Silva (2008):

⁶²Título da letra da música, interpretada por Santana, O Cantador, composição de Assiã. Letra disponível em: letras.terra.com.br/santana-o-cantado. Acesso em 25 de março de 2011

⁶³ Segundo Oliveira (2009), “Luiz Gonzaga, nordestino natural de Exú, sertão pernambucano. Nascido no dia 13 de dezembro de 1912, era o segundo filho de uma família de nove irmãos. [...] E foi na oficina do pai que Luiz Gonzaga demonstrou suas aptidões para tocar sanfona e a vontade de ser músico. Luiz Gonzaga, saiu de casa em 1930, em busca de independência financeira, alistou-se no Exército, em Fortaleza (CE), onde passou nove anos e percorreu vários estados do Brasil. [...] Luiz Gonzaga tocou em portas de restaurantes, cabarés, dancings, gafieiras do manguê e zonas de prostituição no Rio de Janeiro. As músicas tocadas variavam de valsa a polca, passando pelo tango, bolero e outros estilos dançantes de origem estrangeira. [...] Mas o primeiro estilo de música criado por ele foi o “chamego”. Depois, em parceria com Humberto Teixeira é que foi criado o baião. [...] Luiz Gonzaga faleceu em 1989, mas deixou imortalizado o forró, assim como o baião” (p. 24 a 26).

Luiz Gonzaga abriu o forró para a mídia e fez com que o gênero alcançasse a indústria fonográfica, sendo popularizado pelas rádios. [...]. Ele tratava a música como produto numa designação prática da indústria cultural referida por Adorno e Horkheimer (1985), sob a qual a produção cultural e intelectual passa a ser orientada em função de sua possibilidade de consumo no mercado (p. 4).

Sobre esse ponto Silva (2003), afirma que para alcançar o sucesso, Luiz Gonzaga sabiamente planejou e utilizou estratégias de *marketing* com o objetivo de consolidar o gênero, incrementar a vendagem de produtos, como shows e discos. Silva (2003) afirma também que não tem dúvida que o projeto musical de Luiz Gonzaga atendeu os objetivos da *indústria cultural*⁶⁴ ao: “apropriar-se da cultura tradicional e transformar, ou melhor, lapidar e vendê-la como um novo produto musical sedutor” (SILVA, 2003 p.83). Desde então o forró vem se adaptando as novas formas de fazer e vender letras de músicas.

Em face do exposto, cumpre-se observar que o primeiro momento de vinculação do forró com a *indústria cultural*, por intermédio da engenhosidade de Luiz Gonzaga, não provocou um impacto negativo na música tradicional do Nordeste, apesar das adaptações que tiveram que ser realizadas para que esse estilo ganhasse adeptos em outras regiões⁶⁵, pois o projeto de Luiz Gonzaga, de acordo com Farretti (1988),

reavivou o gosto do povo pelo seu próprio cancioneiro. Fato semelhante teria acontecido com o gênero lançado por Luiz Gonzaga, ao ser reelaborado por artistas ligados ao movimento da *nova música nordestina* (p. 23).

⁶⁴Lima (2005), *apud* Oliveira (2009), relata que, “no auge do sucesso de Luiz Gonzaga, outros segmentos da indústria e também do comércio, bem como políticos e empresas, utilizaram a fama do artista popular para difundir seus produtos. [...], empresas como o Laboratório Moura Brasil e a distribuidora de petróleo Shell contrataram Luiz Gonzaga para fazer uma turnê por todo o país, levando a marca dos produtos pelas principais capitais. [...]. Na área política, Gonzaga foi convidado para fazer parte da campanha presidencial de Getúlio Vargas. O consagrado ídolo nordestino era sempre escolhido por empresas e políticos para popularizar marcas e pessoas por demonstrar uma ampla visão comercial em seus negócios, fazer bom uso dos meios de comunicação e saber se associar aos contratantes” (OLIVEIRA, 2009, p. 27).

⁶⁵Farretti (1988) ressalta que, “para ser gravada e chegar às ‘paradas de sucesso’, a música nordestina teve que respeitar os limites estabelecidos pelas gravadoras. Era preciso adequar-se às exigências do mercado e promover uma mudança na estrutura de poder da sociedade brasileira: [...] a imposição da cultura de um grupo não hegemônico não poderia ser feita, sem encontrar um ponto de encontro com os interesses da classe dominante” (p. 23).

Todavia, a exemplo de outros estilos musicais, o forró vem sofrendo alterações quanto a seu perfil original com o surgimento de novas bandas e grupos musicais que vêm fazendo sucesso entre pessoas jovens e adultas de todas as classes sociais. Estas bandas inauguraram um novo estilo de forró: o forró estilizado.

4.2.1 “Uma sanfona com o som bem distorcido”⁶⁶: forró estilizado

O forró estilizado, conhecido também como forró moderno é uma versão contemporânea do forró eletrônico que despontou em meados dos anos 1990, e permanece sucesso em espetáculo nos dias de hoje em grande parte do território brasileiro. O que presenciamos é a proliferação de um ritmo que vem se consagrando como representante do autêntico forró nordestino.

Esse estilo de forró se apropriou de elementos do forró pé-de-serra⁶⁷, no que se refere aos instrumentos, como sanfona, o triângulo e a zabumba, adicionando outros como a guitarra, o teclado, a bateria e o saxofone. A sonoridade das bandas que tocam este estilo é marcada “pela repetição e previsibilidade de um ritmo frenético e dançante”, (SANTOS, 2009, p.2), que contagia as pessoas.

Silva (2003), assim descreve esse estilo de forró:

O forró eletrônico ou estilizado tem uma linguagem “estilizada, eletrizante e visual, com muito brilho e iluminação. São empregados nas gravações e apresentações equipamentos de ponta, com maior destaque para o órgão eletrônico, que aparentemente substitui a sanfona. [...] Existem em média aproximadamente 600 bandas em todo Brasil que são adeptas do forró eletrônico. [...] Os vocalistas se multiplicam em três ou quatro para não personalizar os grupos, pois o que importa é a banda, e não exatamente quem está à frente dela (p. 73/110).

⁶⁶ Trecho da letra da música: *Rock do Sertão*, interpretada pela banda Matruz com Leite. Disponível em: letras.terra.com.br/matrutz-com-leite/ - 60k – acesso em 20 jan 2011.

⁶⁷ De acordo com Quadros Junior e Volp (2005), o “**Forró-pé-de-serra** é caracterizado por ter como fonte de inspiração artística o universo rural do sertanejo, e tem origem em meados da década 1940, no Nordeste. É tocado por trios de zabumba, sanfona e triângulo” (p. 128 e 129).

Contudo, é a partir dos anos 1990, na versão estilizada, que o forró se consolida como gênero musical e como autêntico produto da *indústria cultural*. A produção desse novo estilo de forró se dá com o apoio publicitário e tecnológico por meio dessa indústria que o coloca na lógica de mercado. Foi com a banda cearense Mastruz com Leite⁶⁸, criada como parte de uma poderosa estratégia de mídia para consolidação do estilo musical junto às massas, que o forró estilizado passa a ser conhecido em grande parte do território nacional. Hoje, se somam a banda Mastruz com Leite, centenas de bandas que cantam e dançam o forró estilizado.

As letras das músicas, em sua grande maioria, falam sobre mulheres, e as visualizam pela concepção do ‘macho’, com ênfase sobre o corpo e a sexualidade feminina, de uma forma ainda mais agressiva e satírica do que em épocas anteriores. Não que em épocas passadas não devesse existir preocupações com as expressões dirigidas às mulheres nas letras das músicas de forró, uma vez que, é de fácil constatação a presença de discriminação mesmo nas canções mais antigas. Exemplo disso é o forró de duplo sentido, também conhecido como “forró safado”, no qual as letras das músicas exploram mais de um sentido para uma mesma palavra ou conjunto de palavras, sempre com um conteúdo sexual explícito.

O Forró de duplo sentido fez grande sucesso nas décadas de 1970 e 1980. Comumente, o forró de duplo sentido se refere a categoria de gênero, tratando de maneira jocosa, mais especificamente, o gênero feminino, reforçando a ideologia patriarcal e machista. Existem diversos artistas consagrados que dentre outras modalidades compuseram e interpretaram o forró de duplo sentido. Um dos maiores representantes da época era o cantor Genival Lacerda⁶⁹, que cantou e satirizou o feminino em diversos programas de

⁶⁸ Essa banda foi criada em 1990 em Fortaleza - CE, ela é uma das criadoras do forró eletrônico, hoje é considerada por admiradores (as), uma das vertentes mais populares do forró. Por meio da qual se “estabeleceu uma nova estética para a tradicional música nordestina, criou um modelo novo de operação – e de reprodução” (PEIXOTO, 2001 In LIMA e SILVA, 2008, p. 5)

⁶⁹ Conforme Feitosa (2008), Genival Lacerda se apresentava nos programas televisivos travestido em um personagem enigmático, que se instalou no imaginário dos sujeitos como uma figura engraçada, usando um chapeuzinho e roupa com cores fortes e um gravata borboleta. Sua satirização com as mulheres por meio da música de duplo sentido, vinha acompanhada de dança com gestos obscenos. Ele segurava a barriga que era saliente, bem em

televisão e teve seus discos tocados em muitas rádios. A exemplo da letra da música *Julieta* (1986) interpretada por Genival Lacerda⁷⁰:

Olha aí rapaziada
A Juliêta tá me chamando
Vamo ver prá quê, que é?"

Juliêta-tá, tá me chamando
Juliêta-tá, tá me chamando

Maria preta escreveu na tabuleta
Quem tiver dinheiro come
Quem não tem toca...pandeiro!...

Juliêta-tá, tá me chamando
Juliêta-tá, tá me chamando [...]

Eu conheço uma menina
Que se chama Juliêta
Ela tem o dedo fino
De tanto tocar...piano!...

Juliêta-tá, tá me chamando
Juliêta-tá, tá me chamando

O véio e a véia
Foram buscar água na bica
A véia escorregou
E o véio passou...a perna!...
Juliêta-tá, tá me chamando
Juliêta-tá, tá me chamando [...]

Conheço uma menina
Que se chama Dorotéia
Ela tá muito doente
Ela tá com...resfriado!...

Juliêta-tá, tá me chamando
Juliêta-tá, tá me chamando

Meu avião não cai
O meu barco não afunda
Menina eu quero ver
O balançar da sua...saia!...

Juliêta-tá, tá me chamando
Juliêta-tá, tá me chamando

Eu tenho uma prima
Que se chama Marilú

baixo do umbigo e muito próximo da virilha, e fazia evoluções semelhantes a uma umbigada, para exaltar o pênis, dando um tom a mais na satirização (p. 39 e 40)

⁷⁰ Letra disponível em www.webletras.com.br/letra_2.asp?musica. Acesso em 20 dez de 2009.

Ela tem as perna aberta
De tanto tomar...café!...

Juliêta-tá, tá me chamando
Juliêta-tá, tá me chamando

Namoro uma garota
Que se chama Mariêta
Ela tem uma saia curta
Que aparece a...etiqueta!...

Juliêta-tá, tá me chamando
Juliêta-tá, tá me chamando

Eu fiz esta música
Lá na beira de um rio
quem não/ Gostou...

As letras das músicas do forró estilizado possuem, geralmente, letras que pregam a banalização do sexo e uma espetacularização do feminino de forma perjotiva, fala das mulheres como objeto de satisfação dos desejos sexuais ou da libido dos homens. Outro traço marcante nessas composições são os refrões repetidos de forma exaustiva, a exemplo do forró de duplo sentido, que impregnam a mente e muitas pessoas saem cantando mesmo quando não são simpatizantes de tal estilo. Tome-se como exemplo a letra da música *Mulher Fuleira* (2009)⁷¹ interpretada pela banda Aviões do Forró:

Ela é fuleira, fuleira, fuleira, fuleira (bis)
Na bagaceira.../Na bagaceira...

Ela me enganou, me deixou na mão
Pegou o meu dinheiro e foi morar com o Ricardão

Pegou minha lembreta e o meu carro importado
E a minha roupa ela deu tudo pro Ricardo

E agora o que eu vou fazer, se ela me deixou na sola
Até a minha família me jogou de porta a fora

Por causa desta cachorra quase perdi a mulher
Agora já não tenho nem o do café
Ela é fuleira, fuleira, fuleira (bis)
Na bagaceira...

⁷¹Letra disponível em. www.lyrics.mus.br/.../mulher-fuleira/letra-da-musica/759325 . Acesso em 26 dez de 2009.

A exploração do corpo feminino também é parte essencial do espetáculo, as bandas são formadas, além de vocalistas e músicos por bailarinas de corpos esculturais, que se apresentam seminuas, explicitando nas coreografias o teor das letras. O corpo feminino, geralmente, seminu faz parte, também, das propagandas que divulgam os shows e das capas dos CDs e DVDs das bandas. Assim, a beleza feminina, a sensualidade e o erotismo são armas privilegiadas para prender a atenção do público. Para tanto, os corpos femininos são submetidos a um processo brutal de mercantilização, resultante da exibição exacerbada da nudez para venda das músicas.

Sobre esse ponto, Trasferetti (2007) faz o seguinte comentário:

Imerso em um mundo que quer produzir aparências e apoiar-se sobre elas, a transformação do corpo em objeto é algo imprescindível. Outrora, homens e mulheres se davam como mercadorias em troca do salário que o grupo capitalista lhes oferecia. Hoje, na sociedade humana, o que se pretende fazer é criar um processo destruidor do sentido real do corpo, que é então reduzido a um simples objeto que consome e é consumido (p. 109).

Salientamos que não estamos nesse estudo questionando o estilo de forró, pois defendemos que qualquer estilo musical pode vir a fortalecer a cultura de classes ou simplesmente reforçar o *status quo* da classe dominante. Não pretendemos fazer uma crítica aos sujeitos por sua adesão a este estilo musical. Nem, tão pouco, pretendemos fazer juízo de valor, chamamos, sim, atenção para as modificações sofridas pelo forró e que significaram a exacerbação nos conteúdos das letras das músicas, de tratamento discriminatório e da desvalorização pública do feminino.

Faria e Nobre (1998) relatam que com:

O processo de saída da mulher para a vida pública, principalmente através do mercado de trabalho gerou no universo da sociedade machista, patriarcal certo estranhamento. A mulher tornou-se mais visível sexualmente, expressando mais seu desejo, aumenta também a sua vulnerabilidade, pois ficam mais expostas, uma vez que se deslocam naquilo que é considerado o limite entre virtuosas ou profanas (p. 17).

Assim, culturalmente, a imagem da mulher foi construída sob o prisma de uma dualidade de comportamentos que oscila entre o santo e o profano, que inconscientemente foi internalizada até mesmo pelas próprias mulheres.

O discurso agressivo e discriminatório às mulheres presentes nestas músicas, a nosso ver, influencia a identidade subjetiva das pessoas, tratada por Scott (1990), um dos quatro elementos que constitui o gênero, uma vez que essas produções têm uma boa aceitação pública e consequentemente são tocadas em espaços de diversão que aglomeram um número expressivo de pessoas, seus DVDs batem recorde de venda, como também são tocadas repetidas vezes nas rádios, fazendo com que os sujeitos internalizem sua mensagem, sem nenhuma reflexão crítica em relação ao seu conteúdo. Tais incorporações, a-crítica de valores discriminatórios, se constitui em expressões vivas e empíricas do patriarcado, traduzindo-se nas mais variadas formas de discriminação e violação de direitos humanos.

Retornamos ao nosso pressuposto de que as letras das músicas do forró estilizado funcionam, na maioria das vezes, como um dos mecanismos que favorecem a perpetuação da ideologia patriarcal.

Não obstante, estas produções musicais contribuem para que o forró se popularize e consequentemente arrebanhe um número expressivo de pessoas adeptas ao estilo, por isso, estão sendo vistas como um veículo de divulgação do ritmo que se modificou e se adaptou a cada geração. Contudo, observamos que a importância da música ultrapassa sua função de distração, e sobretudo, entendendo que ela tem uma função social, pois, por meio dela, a humanidade constrói significações na sua relação com o mundo, nos preocupamos com os elementos que vem se configurando no conteúdo das letras das músicas do forró estilizado, voltado para a construção do feminino.

A nosso ver, as letras das músicas desse estilo de forró se colocam na contra mão dos movimentos feministas e dos movimentos de mulheres, pois enquanto os movimentos se posicionam contra a violência perpetrada às mulheres, contra a discriminação e a opressão do gênero feminino, canta-se *'jogaram uma bomba no cabaré/ voou pra todo canto pedaço de mulher'; 'Que*

*loucura de mulher Cachorrone, malandrone, safadone'...; 'Hoje eu pego uma fuleira'*⁷²...

Contudo, pensando a música como uma arte essencialmente humana e pela qual os sujeitos constroem significações na sua relação com o mundo, nos instigamos a desvendar os elementos presentes no conteúdo das letras desse estilo de forró, que materializam a expressão do patriarcado, voltado para a construção do feminino, é o que veremos no próximo capítulo. Defendemos que a construção dos estereótipos femininos nas letras dos forró estilizado se dá nas condições concretas da sociedade brasileira, trazendo portanto, as marcas das relações sociais de gênero, resultantes de processo de manipulação simbólica, determinada pela ideologia patriarcal.

⁷² Trechos das letras das músicas, consecutivamente: *Bomba no Cabaré* (2007), interpretada pela banda Matruz com Leite, autoria de Dadá di Moreno e Maninho; *A Solteirone*, interpretada pela banda Aviões do Forró; *Levante o Dedo*, Banda Cavaleiros do Forró, autoria de Beto Caju/Edu Lupa/ Izac Maraial.

5. “PENSE NUMA MULHER GALINHA”⁷³: Expressões do Patriarcado nas Letras das Músicas de Forró

Ao longo do tempo, em todas as culturas, identidades femininas são forjadas e veiculadas por diversas instâncias discursivas: literatura, música, mídia em geral, entre outros. Assim, o objetivo desse capítulo é refletir sobre as representações do feminino que se constitui em explícita expressão da violência contra as mulheres nas letras das músicas de forró, a fim de localizarmos elementos que contribuem para manutenção e perpetuação da ideologia patriarcal machista.

A violência é um fenômeno social presente na maioria das sociedades contemporâneas, nos últimos 20 anos vem se configurando como um dos maiores desafios da humanidade. Teóricos e pesquisadores das mais variadas áreas do conhecimento vem se dedicando ao estudo desse fenômeno, a fim de compreender a sua ampliação e exaltação nos mais diversos campos da atividade humana.

Contudo, conforme Aranha e Martins (1998):

Os tipos de violência variam conforme o país e, evidentemente, dependem também do desenvolvimento econômico. Mesmo assim, seja nos países centrais ou nos periféricos, aumenta a preocupação com os roubos, seqüestros, estupros,...]. A ordem instituída se fragiliza diante do poder dos cartéis de narcotráfico. Cada vez mais grupos de jovem buscam emoções nas drogas e nos confrontos entre “gangles” rivais (p.188).

No Brasil, país marcado pelas desigualdades econômicas e injustiça social, a violência cresce de maneira acentuada desde as três últimas décadas, constituindo-se, conforme Saffioti (1997), em uma endemia que atinge de modo geral todas as classes sociais, raças/etnias e gênero. Segundo dados do Ministério da Saúde (2005), a violência representa a terceira causa de óbito na população geral brasileira, após doenças do aparelho circulatório e neoplasias,

⁷³ Trecho da letra da música: *Mulher boa é minha mãe* da banda Saia Rodada. Disponível em: letras.terra.com.br/saia-rodada/598692/ - 68k. Acesso em 20 jan 2011

acarretando ao sistema prejuízos econômicos e gastos com emergência, procedimentos e assistência à população. Fato que coloca o Brasil em quarto lugar no *ranking* da violência na América Latina, ficando atrás apenas da Colômbia, El Salvador e Venezuela (MYNAIO, 2006, *apud* DINIZ, 2009, p. 139)

De acordo com Waiselfisz (2010), é também nestas últimas décadas que se verifica uma profunda mudança nas formas de manifestação, de percepção e de abordagem desse fenômeno que parece ser uma das características marcantes da nossa época. São mudanças tão profundas que provocaram inflexões e rupturas, mais do que as continuidades. O autor citado assevera que:

Assistimos, por um lado, a um incremento constante dos indicadores objetivos da violência: taxas de homicídios, conflitos étnicos, religiosos, raciais etc., estruturas de criminalidade, incluindo aqui o narcotráfico, corrupção nos diversos níveis do setor público e do privado etc. Mas também assistimos, nas últimas décadas, a um alargamento do entendimento da violência, uma reconceitualização, pelas suas peculiaridades atuais e pelos novos significados que o conceito assume (p.10).

Dessa forma, segundo Waiselfisz (2010), passamos a incluir e a nomear como violência eventos que antes eram relegados a práticas costumeiras de regulamentação das relações sociais como: a violência intrafamiliar contra a mulher, contra as crianças e adolescentes, contra os idosos, contra os trabalhadores, a violência simbólica contra grupos, categorias sociais ou etnias, ofensas contra os direitos humanos, entre outros.

Assim, o conceito de violência, na atualidade, possui um entendimento mais dilatado, estando ligado, de acordo com a Comunidade Internacional de Direitos Humanos, a noção de violação dos direitos humanos Civis (vida, propriedade, liberdade de ir e vir, de consciência e de culto); Políticos (direito a votar e a ser votado, ter participação política); sociais (habitação, saúde, educação, segurança); econômicos (emprego e salário) culturais (direito de manter e manifestar sua própria cultura) (DINIZ, 2009), observando a classe social, gênero, orientação sexual e etnia.

Inegavelmente, têm-se um cenário multifacetado da violência na vida social do nosso tempo. E, pela força da organização de determinados movimentos sociais, formas peculiares de violência assumem uma dimensão pública (SERRA, 1995, *apud*. WASELFISZ, 2010). A exemplo do movimento feminista que impulsionou a denúncia da violência praticada contra as mulheres no âmbito do espaço privado, ao mesmo tempo em que promoveu reflexões e proposições de políticas públicas, a violência contra as mulheres passa a ser considerada como expressão da questão social política e jurídica.

5.1 “Ela gosta de tomar pancadinha”⁷⁴: violência contra as mulheres e forró

A violência contra as mulheres se constitui em uma violação dos direitos humanos, assim afirma o Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) (PASSOS, 1998, p. 23).

Saffioti (2004) concorda com essa afirmativa, pois ela revela à importância de se articular a violência contra as mulheres como sendo uma ação de abuso aos direitos humanos. A citada autora ressalta que comumente o conceito de violência é entendido como “ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral” (p.171). A autora afirma que raramente adota esse conceito, pois a violência definida nesses termos se coloca no terreno da individualidade, preferindo, assim, utilizar o conceito de direitos humanos, “entendendo por violência todo agenciamento capaz de violá-los” (SAFFIOTI, 2004, p. 171)

Em se tratando de direitos humanos cabe ressaltar que a primeira declaração sobre direitos humanos, denominada de Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, data da Revolução Francesa (1789), fazia referência somente ao masculino, ao homem branco e adulto. Saffioti (2004)

⁷⁴ Trecho da letra da música: *Pancadinha* (2008) da banda Bonde do Maluco. Disponível em: letras.kboing.com.br/bonde-do-maluco/pancadinha/ - 40k. Acesso em 22 de jan 2011

ressalta que como o homem sempre foi tomado como protótipo de humanidade bastaria mencionar os seus direitos para se entender que contemplava as mulheres⁷⁵. A autora salienta que apesar de hoje os direitos humanos das mulheres fazerem parte de vários tratados internacionais, ainda é muito elementar a consideração dos direitos humanos como também feminino⁷⁶.

Essa afirmação é reforçada por Badinter (1993), quando ressalta que:

No mundo Ocidental, mesmo naqueles países que defendem os direitos universais de homens e mulheres, persiste a dualidade dos sexos. Não só o modelo de oposição, mas modelo de igualdade (a mulher é igual ao homem) entre os gêneros reafirmam a superioridade do homem sobre a mulher, porque ele é sempre referencia. [...]. Ser homem e ser mulher é mais uma hierarquia social, pela qual o homem – o ser perfeito – continua a ser critério de comparação com a mulher – o ser menos perfeito (BANDINTER, 1993, *apud* SANTOS, 1995, p 61).

Rigorosamente, as mulheres vivenciam a violência de maneira diferenciada em relação aos homens, pois enquanto o homem sofre a violência na rua, nos espaços públicos, via de regra praticada por outro homem, a mulher, na maioria absoluta dos casos, além de enfrentar a violência urbana, vivencia a violência primeiramente dentro de casa, no espaço privado. Seus agressores são quase exclusivamente os homens com os quais mantém ou mantiveram algum tipo de relação afetiva. “As mulheres são assassinadas quase sempre em consequência da desigualdade de gênero” (OSTERNE,

⁷⁵ Olympe de Gouges (1748-1793) escreveu a versão feminina denominada de Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, documento que se tornou a denúncia da não aplicação dos direitos universais pelos revolucionários, pois excluía as mulheres dos direitos políticos. A Declaração reconheceu as mulheres como pessoas políticas, constituindo-se em parte integrante do povo soberano. Exigia também: a igualdade de direitos entre homens e mulheres; o direito à liberdade, à propriedade, aos cargos públicos; o acesso ao sufrágio. Por isso, Olympe de Gouges foi sentenciada à morte na guilhotina sendo executada em 07/11/1793, sob a acusação de ter querido ser homem e ter esquecido as virtudes próprias a seu sexo.

⁷⁶ Segundo Lima (2010), “a primeira vez que as nações do mundo se reuniram, para discutir e elaborar uma norma de proteção aos direitos humanos, comum a todas as pessoas, foi em 1948. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, elaborada imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, refletiu a indignação internacional diante as atrocidades cometidas contra o povo judeu. Em termos de avanço para mulheres, essa declaração se constituiu no primeiro instrumento legal internacional a reconhecer os direitos políticos das mulheres”, (p. 81).

2005, p. 150). Assim, a violência que é perpetrada às mulheres é um exemplo típico de como as desigualdades de gênero se manifestam.

Apesar da violência contra as mulheres não ser um fenômeno novo, é recente seu reconhecimento como uma ação de violação de direitos humanos. Isso só foi possível graças às denúncias feitas pelos movimentos feministas em todo mundo. Segundo Queiroz (2008):

Foram às feministas americanas as primeiras a denunciarem as violências sexuais a partir do início dos anos 1970. Elas desenvolveram suas análises teóricas demarcando os estudos criminológicos que com seus pré-julgamentos androcêntricos, privilegiavam as teorias vitimologistas que fazem das relações entre a vítima e o agressor um elemento explicativo fundamental. Estes estudos tiveram um largo eco nos países anglo-saxões e depois na França (p. 26).

No Brasil, a violência contra as mulheres ganha destaque a partir do final de 1970. Influenciadas pelas feministas norte-americanas e européias e motivadas pelo desejo de mudança da sua condição de opressão, as feministas brasileiras⁷⁷ se organizaram, aglutinando mulheres de várias gerações e classes sociais e passaram a denunciar a naturalização da violência em que viviam as mulheres no país e participaram também, da luta em favor da anistia e da igualdade de direitos entre homens e mulheres. A partir daí a violência contra as mulheres passou a ser tema de discussão nas universidades, passando a fazer parte, também, da agenda política dos governos e dos acordos internacionais, tornando-se alvo de intervenção estatal por intermédio de políticas públicas e, conseqüentemente, esta problemática que por muito tempo foi relegada ao privado ganha estatuto de um problema considerado de ordem política.

Em termo de contexto histórico, Lima (2010), destaca que:

⁷⁷ De acordo com Moraes e Sorj (2009), o movimento que ressurge no Brasil em meados da década de 1970 é um produto da modernização do país. A origem social de suas ativistas encontra-se nas classes médias de profissionais altamente escolarizadas e, portanto, mais expostas e sensíveis aos desenvolvimentos do feminismo internacional (p.11).

A década de 70 do século XX foi período de luta contra a ditadura militar e pela redemocratização política do país, onde o movimento feminista e de mulheres teve participação ativa. Por intermédio de suas lutas, buscaram criar vias de diálogo com Estado afirmando que um regime democrático requereria a intervenção desse em todas as esferas sociais, inclusive, nos lares brasileiros (p. 85).

Contudo, sobre o exposto, Moraes e Sorj (2009) ressaltam que a emergência do tema da violência contra as mulheres, em especial na conjugalidade, no Brasil, se contrastou com a realidade dos países que influenciaram as feministas brasileiras, pois, no nosso país, as motivações que levaram a publicização do tema da violência contra as mulheres foram à grande repercussão de assassinatos de mulheres de famílias das classes médias por seus maridos. Enquanto que na França e nos Estados Unidos foi a denúncia do controle masculino sobre o corpo das mulheres que evidenciou a violência conjugal. Para Moraes e Sorj (2009),

a consequência desse fato foi a delimitação da violência conjugal na sua expressão mais extremada e limiar, o que favoreceu uma visão do agressor como desviante, doente, perverso, passional etc. Assim, a violência conjugal não foi entendida como um comportamento inscrito dentro do campo de possibilidade de relações desiguais de gênero, mas como um evento excepcional da relação entre homem e mulher. O entendimento de que a violência conjugal é um fato excepcional nas relações familiares estará subjacente a todas as iniciativas de combate a violência no país (MORAES e SORJ, 2009, p. 13/14).

Assim, os crimes rotulados como passionais recebiam pena menor que outros e as características de seu julgamento se davam mais a partir de estereótipos de gênero, ou seja, do homem e da mulher, do que o crime cometido. Mesmo hoje, apesar da emoção e da paixão não serem consideradas como impeditivas para a responsabilidade penal, permanecem como elementos atenuantes (Gomes, 1995).

Um fato muito importante nesta época que marcou a luta feminista por justiça, no Brasil, e que assevera as observações das autoras supracitadas, foi o assassinato de Ângela Diniz, em 1976, por Doca Street, seu noivo, que inconformado com o fim do relacionamento, a matou, ela estava com cinco meses de gravidez. Na época, os argumentos da defesa permitiram ao

assassino receber uma pena mínima de dois anos⁷⁸. De vítima, Ângela Diniz passou a ser acusada de “denegrir os bons costumes, ‘ter vida desregrada’, entre outros. Na verdade, era como se o assassino tivesse livrado a sociedade brasileira de uma pessoa que punha em risco a *moral familiar*”. (BLAY, 2003, p. 89).

Não obstante, as feministas indignadas com o resultado do julgamento saíram às ruas em protesto, levantando um forte clamor em torno do lema: “quem ama não mata”, exigindo justiça. O assassino, então, foi julgado novamente em novembro de 1981, condenado por homicídio qualificado, a 15 anos de prisão. A partir de então, as feministas passaram a propor demandas por serviços e equipamentos sociais que contemplassem as necessidades específicas, no enfrentamento a violência contra as mulheres, conseguindo a primeira conquista na área de segurança com a criação dos SOS Mulher, “experiências não-governamentais de atendimento às vítimas de violência e que foram o embrião das delegacias especializadas, criadas na década seguinte” (BASTERD, 2006, p. 35)

De acordo com Pinto (2003), os SOS Mulher constituíam em um espaço de reflexão que apontava para mudança nas condições de vida das mulheres, tornando-se, assim, em uma ação pioneira das feministas que deu visibilidade ao fenômeno da violência contra as mulheres.

A partir das décadas de 1980, as lutas se ampliam com a inclusão de demandas por políticas públicas mais abrangentes. Segundo Basterd (2007), políticas públicas “implicam a geração de um conjunto de medidas que pressupõe certa permanência, coerência e articulações dos distintos poderes e esferas de governo” (p. 36). Nesse sentido, o movimento feminista começa a desenvolver sua capacidade de estabelecer diálogo com o Estado, por meio do Poder Legislativo e Poder Executivo, propondo a criação de leis que contemplassem a cidadania feminina.

Para fazer frente às demandas, foi criado em 1983, o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo. A partir de 1985,

⁷⁸ Segundo Blay (2003), Doca Street matou Ângela e confessou o crime alguns dias depois. Convivera com ela por três meses. Não suportando mais sustentar um companheiro ciumento, agressivo e violento, tentou por várias vezes romper com o relacionamento. Na última tentativa quando ela pediu para ele sair de sua casa, este fingiu se retirar da residência, levando suas malas para o carro, mas minutos depois retornou com uma arma de fogo, empreendendo vários tiros, especialmente no rosto e no crânio de Ângela Diniz.

foram criadas as Delegacias de Defesa das Mulheres (DDM), a primeira foi em São Paulo, sendo uma experiência pioneira no Brasil e no mundo, configurando-se como a primeira resposta dada pelo Estado à violência praticada contra as mulheres, as quais ainda hoje se constituem na principal política pública de combate à violência contra as mulheres e à impunidade.

Segundo Moraes e Sorj (2009), essas delegacias criadas sob inspiração feministas,

são consideradas a mais importante inovação institucional brasileira na área da violência com importantes repercussão em outros países da América Latina. Sobretudo por terem introduzido o mundo da lei, da justiça e da impessoalidade no âmbito privado, no reino da intimidade conjugal (p.26).

As Delegacias de Defesa da Mulher foram criadas com o objetivo de oferecer às mulheres vítimas de violência um tratamento especializado, digno e respeitoso, que não era encontrado nas delegacias distritais comuns, onde as mulheres prestavam queixas, e que habitualmente ofereciam um atendimento, que se assemelhava, com frequência, aos próprios atos que tinham motivado a denúncia. Nesta época, as feministas brasileiras organizaram várias campanhas de denúncias aos maus tratos a que estavam sendo vítimas as mulheres, adotando *slogans* como “Quem ama não mata” e o “Silêncio é Cúmplice da Violência”. Essas ações tiveram um papel fundamental na visibilidade da violência contra as mulheres como um fator de ordem pública e na reivindicação de implementação de políticas públicas voltadas para prevenir e combater este tipo de violência.

Conforme Gurgel (2004), este é um período marcado por significativas mudanças na área social e política do Brasil.

Principalmente, mediante a campanha para as emendas populares na Assembléia Nacional Constituinte de 1986. Momento que conseguiu envolver um número impressionante de mulheres em todo o país, a partir de debates, abaixo-assinados e lobby junto aos partidos e meios de comunicação, no sentido da incorporação das demandas das mulheres na nova carta (GURGEL, 2004, p. 37).

A cidadania das mulheres é reconhecida formalmente na Constituição de 1988, com a abolição das inúmeras discriminações contra as mulheres, em especial aquelas que se gestam no interior da família, em ratificação a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), de 1979, reconhecendo constitucionalmente, a igualdade de direitos de homens e de mulheres, na vida privada e na vida pública, incorporando, em especial, no texto inúmeros novos direitos individuais e sociais das mulheres (BASTERD, 2007).

Nos anos 1990, as conquistas internas do movimento feminista dos anos anteriores se somaram aos avanços internacionais promovidos pelas Nações Unidas, que produziram tratados, conferências e convenções importantes, voltados para a denúncia das violações dos direitos humanos das mulheres, em especial a denuncia das diversas formas de violência contras as mulheres.

De acordo com Basterd (2007):

Em 1992, a assembléia Geral Constituinte das Nações Unidas aprovou a Resolução nº 19 sobre a violência contra a mulher que, expressamente, dispõe que a definição de discriminação contra a mulher, prevista no artigo 1º da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas Discriminação contra a Mulher, inclui a violência de sexo, Isto é, aquela violência dirigida contra a mulher porque é mulher, ou que a afeta de forma desproporcional. Nesse sentido, estabelece que essa Convenção aplica-se a violência perpetrada por agentes públicos e privado. Em 1993, o caráter transcultural e as diversas formas de manifestação dessa violência de um sexo contra o outro ganhou grande visibilidade e impacto quando no Fórum Paralelo a Convenção Mundial de Direitos Humanos, em Viena, um Tribunal de Crimes contra as mulheres, organizado por uma articulação internacional feminista, deu a palavras a dezenas de mulheres para que denunciassem com seus relatos pessoais os crimes de que foram vítimas (BASTERD, 2007, p.121).

No âmbito nacional, em 1994, foi realizada pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará, primeiro tratado internacional que dispõe amplamente sobre os direitos humanos da mulher – ratificada pelo Brasil em 1995. No Brasil, essa Convenção tem força de lei interna, conforme o disposto no § 2º do artigo 5º da

Constituição Federal vigente. Essa Convenção ratificou e ampliou a Declaração e o Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993, e representa o esforço do movimento feminista internacional para dar visibilidade à existência da violência contra as mulheres no âmbito doméstico e com responsabilidade estatal, não só pelos atos de violência nessa área, como também pela tolerância destes atos privados contra as mulheres (BASTERD, 2007).

Segundo Pimentel (2006):

Esta Convenção deve ser tomada como parâmetro mínimo das ações estatais na promoção dos direitos humanos das mulheres e na repressão às suas violações, direcionando toda e qualquer política pública no âmbito nacional. [...], é a grande Carta Magna dos direitos das mulheres e simboliza o resultado de inúmeros avanços, princípios lógicos, normativos e políticos construídos nas últimas décadas, em um grande esforço global de edificação de uma ordem internacional de respeito à dignidade de todo e qualquer ser humano. Os Estados-parte tem o dever de eliminar a discriminação contra a mulher através da adoção de medidas legais, políticas e programáticas. Essas obrigações se aplicam a todas as esferas da vida, a questões relacionadas ao casamento e às relações familiares e incluem o dever de promover todas as medidas apropriadas no sentido de eliminar a discriminação contra a mulher praticada por qualquer pessoa, organização, empresa e pelo próprio Estado (PIMENTEL, 2006, p.19).

Em 1997, a Assembléia das Nações Unidas adotou a Resolução 52/86, conclamando os países a revisarem suas leis e práticas nas esferas criminal e social de forma atender melhor as necessidades das mulheres, assegurando-lhes tratamento justo no sistema de justiça (BASTERD, 2007).

Em 2003 no Brasil, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM). Um dos seus primeiros atos foi a implementação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que passou a abordar esse fenômeno de uma forma mais abrangente e criou mecanismos mais eficientes para enfrentar essa forma de violência. Trouxe, ainda, a integração de diferentes áreas – saúde, segurança, educação, assistência social, cultura e justiça (INSTITUTO AVON/IBOPE, 2009).

Recentemente, no ano 2006 no Brasil, fruto das pressões do movimento feminista, foi sancionada a Lei nº. 11.340/06, denominada Lei Maria

da Penha⁷⁹. Essa Lei alterou o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal. Segundo Machado (2009) “é somente com essa lei que é repudiada integralmente a desigualdade de gênero ainda instalada no Código Penal e na sua jurisprudência” (p.166). A Lei possibilita a prisão do agressor quando houver risco à integridade física ou psicológica da mulher, além de determinar a criação de medidas de assistência e proteção por meio de políticas públicas, a exemplo da criação de juzizados especiais, casas abrigos, centros de referência, defensorias públicas, serviços de saúde especializados no atendimento às mulheres agredidas etc.

O objetivo dessa Lei é coibir e prevenir a violência que é perpetrada às mulheres no espaço doméstico e familiar, decorrente da tradição patriarcal muito presente em nosso tempo. A Lei, no seu Capítulo II, Art. 7º define as formas de violência contra as mulheres: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial, violência moral.

A violência física é caracterizada por qualquer ação que coloque em risco ou cause dano à integridade física de uma pessoa, como lesões corporais causadas por tapas, chutes, arremesso de objetos ou por qualquer outra forma de violência que possa deixar marcas no corpo físico da vítima, podendo levá-la a óbito. De acordo com o Código Penal Brasileiro, citado por Queiroz (2005), lesão corporal significa “ofender a integridade corporal ou à saúde de outrem” (p. 65).

A violência psicológica é entendida como qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause dano à saúde psicológica e à autodeterminação das mulheres. Essa violência está difundida nos espaços de

⁷⁹ A denominação Lei Maria da Penha é em homenagem à farmacêutica bioquímica Maria da Penha Maia Fernandes que em 1983, foi vítima de dupla tentativa de homicídio por seu então marido e pai de suas três filhas, dentro de sua casa, em Fortaleza-CE. O agressor, Marco Antonio Heredia Viveiros, colombiano naturalizado brasileiro, economista, atirou nas costas de Maria da Penha enquanto ela dormia, causando-lhe paraplegia irreversível, a outra tentativa foi com choques elétricos. Somente depois de 21 anos seu agressor foi condenado a oito anos de prisão, dos quais cumpriu apenas dois, antes de ser colocado em liberdade (CIARLINE, 2007).

socialização cotidiana, tanto público como privado, das mulheres. Esse tipo não deixa marcas no corpo físico, pois suas cicatrizes são invisíveis, mas deixa marcas profundas na consciência, por isso se constitui em uma violência difícil de ser identificada até mesmo pelas mulheres. “Tem como objetivo destruir o respeito e a auto-estima das mulheres, assumindo várias formas que vão desde xingamento à humilhação em público [...]” (QUEIROZ, 2008 p. 59).

A violência sexual se expressa pela imposição de ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal ou a participar de outras relações sexuais com uso da força, para satisfazer única e exclusivamente a si próprio, usando o outro como objeto por meio de intimidação, coerção, chantagem, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal, ou que impeça a utilização de métodos contraceptivos pelas mulheres. Ou ainda, que as forcem a matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, por meio de suborno, chantagem coação ou manipulação; ou que limite ou as impeça de desfrutar de seus direitos sexuais e reprodutivos. Considera-se como violência sexual também o fato de o agressor obrigar a vítima a realizar alguns desses atos com terceiros, ou mesmo quando os maridos ou companheiros obrigam às mulheres a terem relações sexuais quando estas não desejam. A violência sexual pode ser caracterizada de forma física, psicológica ou com ameaça, compreendendo o estupro, a tentativa de estupro, o atentado violento ao pudor e o ato obsceno. É um dos principais indicadores da discriminação de gênero contra a mulher.

Violência Patrimonial refere-se a atos de violência que impliquem dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos, documentos pessoais ou outros pertences; a destruição de bens e valores, destruindo, assim, a autoestima e a identidade das mulheres. Engloba, também, a transferência de bens para o agressor por coação ou indução ao erro.

Violência moral se caracteriza como qualquer ação que configure como calúnia, difamação ou injúria.

Embora a violência contra as mulheres como tema que interessa ao Estado, a sociedade internacional e à sociedade civil articulada, tenha resultado em mecanismos criativos e interessantes de combate a esse fenômeno, não significa que os diversos compromissos estão sendo colocados em prática, pois mesmo “depois de trinta anos de” feminismo, que impôs à

sociedade o ‘quem ama não mata’ como repulsa aos assassinatos justificados pelo ‘matar por amor’ e de consistentes mudanças na posição socioeconômica e nos valores relativos à relação homem x mulher (BLAY, 2003), persiste na vida das mulheres uma cultura baseada na subordinação, discriminação e violência. É uma contradição que perpetua o processo de dominação e que se encontra difusa no tecido social, colocando novos desafios às lutas das mulheres.

Na atualidade, as letras das músicas de forró, especificamente, do forró conhecido como estilizado, tem se colocado como mais um desafio às lutas das mulheres, uma vez que este estilo de forró vem funcionando como mecanismo de propagação e perpetuação da ideologia patriarcal, pondo em evidência formas sutis e mesmo camufladas de discriminação, violência e opressão para com as mulheres.

Podemos iniciar citando o título de três músicas selecionadas para uma análise mais aprofundada: *Tapa na Cara*, *Mulher Roleira* e *Bomba no Cabaré*. Nas letras dessas músicas apreende-se a presença da apologia a violência física e da violência psicológica contra as mulheres tratadas de forma naturalizada e banalizada.

Vejamos, então, a letra da música *Tapa na Cara* (2006) da Banda Saia Rodada⁸⁰:

Ela é safada, mas gosta de apanhar
E diz que é gostoso na hora de amar
Apanha pra dormir, apanha pra acordar
Apanha todo dia, toda hora sem parar

Eu sei o que fazer pra ela não brigar
É tudo diferente, seu remédio é apanhar

Tapa na cara, tapa no bumbum
Tapa na boquinha ela pede e eu dou
Tapa na cara, tapa no bumbum
Tapa na boquinha querendo fazer amor

Eu não aguento mais essa mulher
Só quer que eu bata nela, e faça tudo que ela quer
O povo na minha rua já tá desconfiando,

⁸⁰ Letra disponível em: www.letras.com.br/saia.../tapa-na-cara. Acesso 27 dez. 2009.

Pensando que eu bato com ciúme da mulher
 Todo mundo pensa que eu sou um mau marido
 Mas só que eles não sabem a cachorra que ela é...

Nesta música, o enredo conta a história de um casal. A história é narrada pelo homem (o marido) que utiliza de uma implícita negociação de significado, causando uma confusão no entendimento da situação narrada. Pois, se fizermos uma leitura superficial da letra, temos o entendimento de que se trata de uma situação envolvendo um ato sexual, no qual a mulher tem papel atuante e pede para realizar sua fantasia sexual, que pode ser identificada como um suposto masoquismo feminino. Uma vez que se canta que a mulher gosta de apanhar durante a relação sexual nos dois versos iniciais, vejam:

Ela é safada, mas gosta de apanhar
 E diz que é gostoso na hora de amar

O masoquismo sexual implica a necessidade de ser fisicamente maltratado, ameaçado e submetido a abusos, humilhado, batido ou submetido de algum outro modo, de uma forma real e não simulada, por um parceiro agressivo e muitas vezes sádico, com o objetivo de conseguir a excitação sexual. Entretanto, em muitos casos, o prazer não advém exatamente da sensação corpórea de dor, mas sim de uma situação de inferioridade perante o parceiro sexual. O masoquismo “depende de um contrato que é construído entre a vítima e o algoz, em geral uma mulher que será educada pedagogicamente para realizar seu desejo de submissão e humilhação”. (Sexualidade & Vida, 2010)

O exposto parece estar bem representado na letra da música, sobretudo no verso inicial, intuindo uma interpretação que pode ser levada para todo o contexto da letra. Porém, numa leitura mais cuidadosa dos dois últimos versos da primeira estrofe com os dois primeiros versos seguintes, pode-se apreender que não se trata tão somente de um ato sexual, mas sim de uma situação implícita de violência contra as mulheres. Vejam os versos:

Ela é safada, mas gosta de apanhar
 E diz que é gostoso na hora de amar
 Apanha pra dormir, apanha pra acordar
 Apanha todo dia, toda hora sem parar

Eu sei o que fazer pra ela não brigar
 É tudo diferente, seu remédio é apanhar

Pois, quando se canta que a mulher apanha para dormir e para acordar, todo dia e toda hora sem parar, e que para ela não brigar o remédio é apanhar, fica claro que não se trata tão somente de um ato sexual, mas sim de uma situação de violência, que é implicitada pelos dois primeiros versos, provocando uma confusão na interpretação da letra. Nesse sentido, ocorre na realidade no discurso dessa letra, a naturalização e a banalização de uma situação vivenciada por milhares de mulheres, que é a perpetração de violência por homens na relação afetiva conjugal. Seguramente, o jogo de sentido é para legitimar aquele ditado popular: “Mulher gosta mesmo é de apanhar”, contrariando todos os avanços legais que se gestaram no campo do enfrentamento à violência cometida contra as mulheres, no qual o movimento feminista é protagonista no reconhecimento desse fenômeno como um ato de violação de direitos humanos.

A violência contra as mulheres é definida pela Convenção de Belém do Pará, no seu art. 1º como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”, acrescenta ainda que a violência contra as mulheres “é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres que conduziram à dominação e à discriminação contra as mulheres pelos homens e impedem o pleno avanço das mulheres...”

Na raiz dessa violência, está a maneira como a sociedade dá mais valor ao papel masculino, o que por sua vez se reflete na forma de educar os meninos e as meninas. Enquanto, os meninos são incentivados a valorizar a agressividade, a força física, a ação, a dominação e a satisfazer seus desejos, inclusive os sexuais, as meninas são valorizadas pela beleza, delicadeza, sedução, submissão, dependência, sentimentalismo, passividade e o cuidado com os outros. Tais características são reforçadas pela ideologia patriarcal.

Saffioti (1997), ao refletir sobre a violência contra as mulheres enfatiza:

Pertencer à categoria do sexo feminino constitui um *handicap* no terreno da violência. Primeiro porque a mulher, em média tem menos força física que o homem. Segundo porque, embora a mulher, via de regra, revide a agressão ou tente se defender dela de outras formas, estes atos são malvistas pela sociedade que só legitima a violência praticada por homens [...]. Terceiro, a mulher apresenta uma especificidade corporal que, culturalmente elaborada, a torna presa fácil daquele que, também em virtude da cultura, transformou o pênis de órgão penetrante em instrumento perfurante [...] (SAFFIOTI, 1997, p.154).

Sobre esse ponto, Saffioti (2004) adverte que a tolerância social em relação a transformação da agressividade dos homens em agressão não é prejudicial apenas para as mulheres, mas também a eles próprios, pois “A organização social de gênero, baseada na virilidade como força-potência-dominação, permite prever que há um desencontro amoroso marcado entre homens e mulheres” (SAFFIOTI, 2004, p. 75).

Se recorrermos ao nosso passado histórico para encontrar a gênese da omissão ou conivência social relacionada às agressões masculinas, veremos que a construção dessa mentalidade remonta ao processo de formação colonial brasileira agrária e escravista, que se inicia no Nordeste, e que deu origem a uma formação social peculiar baseada na violência, na arbitrariedade originárias do poder retido nas mãos dos homens proprietários de terras. Nesta formação social, como discorreremos neste estudo, o modelo de família que venho a se constituir foi à família extensa patriarcal moldada em parte pela tradição portuguesa, na qual se agregavam uma imensa legião de agregados submetidos à autoridade indiscutível que emanava do poder do patriarca. Esse modelo familiar,

projetou sobre a sociedade brasileira ainda nos estágios iniciais do desenvolvimento de suas instituições, alguns parâmetros a respeito dos papéis a serem assumidos pelos diversos membros da família, da forma como deveria ser feita a distribuição de poder e, principalmente, de quem deveria ter a prerrogativa do uso da violência (Souza *et. al*, 2009, p. 4).

Contudo, a forma que tem chamado atenção dos estudiosos e pesquisadores é a violência doméstica ou familiar cometida contra as mulheres. Na análise dessa letra, podemos inferir que é essa forma que está representada na letra da música, contida no verso:

O povo na minha rua já tá desconfiando,

Pensando que eu bato com ciúme da mulher
 Todo mundo pensa que eu sou um mau marido
 Mas só que eles não sabem a cachorra que ela é...

No primeiro verso está explícito que a situação ocorre no espaço doméstico, pois se canta que as pessoas da rua onde o casal mora está desconfiando das cenas de violência, dando a ideia de vizinhança. Nos versos seguintes, fala-se em mulher como sinônimo de esposa, e se fala também em marido, então a situação é vivenciada por um casal, por uma família no espaço doméstico.

A Lei nº. 11.340/06 - Lei Maria da Penha, define no seu Artigo 5º a violência doméstica e familiar contra as mulheres como sendo toda ação ou omissão, baseada no gênero tanto no espaço público ou privado e que por meio do uso da força, cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico e dano moral e patrimonial em qualquer relação íntima de afeto, em que o agressor conviva ou tenha convivido com a agredida. Mas a Lei faz uma ressalva no parágrafo único, do referido artigo, enfatizando que as relações íntimas mencionadas independem de orientação sexual. Assim, entende-se que o sujeito da ação violenta pode ser uma mulher, caso se trate de uma relação homo-afetiva, ou melhor, de uma relação lésbica.

A violência contra as mulheres tendo como contexto o espaço doméstico e familiar é a forma mais comum de agressão perpetrada as mulheres e se constitui em ação de violação dos direitos humanos, estando presente na vida de mulheres de todas as classes sociais, raças e etnias, gerações, idades e orientação sexual. As pessoas com quem as mulheres mantêm laços de afetividade são apontadas como suas principais agressoras. A pesquisa *A mulher brasileira nos espaços, público e privado*, de 2001, feita

pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo com abrangência nacional, revelou que o marido é o maior agressor, apontando-o como responsável por mais da metade dos espancamentos e das ameaças com armas à integridade física. Em segundo lugar, aparece o ex-marido ou ex-namorado (VENTURI e OLIVEIRA, 2004). Podemos afirmar com Saffioti (2004) que isso ocorre por que:

no exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo esta necessidade de fazer uso da violência (SAFFIOTI, 2004, p.115)

Sobre esse ponto, Gelles (1997 *apud* MENDES, 2007) comenta: “Em certos grupos sociais parece existir licença sociocultural a esta forma de violência, que faz a mulher ser vista como ‘vítima apropriada’, traduzindo a noção de que licença de casamento seria ‘licença para bater’ “(p.162).

Para Saffioti (2004), essa forma de violência tem uma importante característica: a rotinização, pois os episódios de violência são repetitivos e tendem a se tornar progressivamente mais graves, uma vez que na relação afetiva, uma mulher dificilmente consegue se livrar de um homem violento, sem ajuda externa. Até que isso ocorra, descreve-se uma trajetória oscilante de saídas e retornos a relação violenta, é o que a socióloga Lenore Walker (1977-1978 *apud* QUEIROZ, 2008) denominou de ciclo da violência. Essa característica pode ser representada nessa letra quando se canta que a personagem central,

Apanha pra dormir, apanha pra acordar
Apanha todo dia, toda hora sem parar

Esse ciclo se desenvolve em forma de espiral, que se repete ao longo de meses ou anos, podendo chegar ao homicídio e se manifesta por meio de três fases distintas, que variam em tempo e intensidade para o mesmo casal e entre casais diferentes, são elas: fase de formação e acumulação de tensão, fase exploratória ou incidente de espancamento grave e fase de “lua de mel”.

De acordo com Queiroz (2008), a fase de formação e acumulação de tensão se manifesta por meio de atritos, insultos e ameaças, muitas vezes recíprocos, não chegando a um consenso, esta fase pode durar por bastante tempo e se expressa prioritariamente por meio da violência psicológica ou simbólica, podendo ocorrer pequenos espancamentos. Na fase da explosão da tensão, geralmente acontece à descarga descontrolada de toda a tensão acumulada. O agressor atinge a vítima com empurrões, socos e pontapés, ou às vezes usa objetos, como garrafa, pau, ferro e outros, podendo levá-la a óbito. É nessa fase que as mulheres vão a delegacia denunciar seus agressores. Na fase da reconciliação ou lua de mel o agressor pede perdão à mulher e promete mudar de comportamento, ou finge que não houve nada, mas fica mais carinhoso, bonzinho, traz presentes, fazendo a mulher acreditar que a situação de violência não vai mais se repetir. As mulheres, geralmente, se convencem que eles podem realmente mudar e assim, restabelecem a relação. É nesse momento que habitualmente a mulher vai a delegacia retirar a queixa. Reiniciando, assim, o ciclo da violência

Queiroz (2008) afirma que “um dos méritos desta teoria consiste na possibilidade de elucidar o difícil processo de ruptura em situações de violência permeadas por jogos de sedução e afeto” (p. 57). Desse modo, conforme Machado e Magalhães (1999),

as relações devem ser apreendidas não só do ponto de vista individual, mas dentro de um contexto social de família, parentesco e afinidade, e de uma teoria das relações sociais patriarcais de gênero, em um momento histórico culturalmente em configuração (p.175).

Saffioti (2004) observa “que a compreensão desse fenômeno é importante, porque há quem considere as mulheres como não-sujeitos e por via

de regra passiva” (p. 80). Porém, mesmo quando permanecem na relação por décadas, muitas agem e reagem à violência, variando muito as estratégias de enfrentamento, como por exemplo, procurando apoio externo por meio da denúncia na delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, da sua participação em grupos organizadas de mulheres, da socialização da agressão sofrida para amigos e familiares, ou mesmo “esquecendo” de arrumar a casa ou jogando água fervente sobre o companheiro (SAFFIOTI, 2001^a) e, ainda se separando do companheiro agressor.

Saffioti (1999) nos ajuda a entender o exposto afirmando que:

são muito tênues os limites entre quebra de integridade e obrigação de suportar o destino de gênero traçado para as mulheres: sujeição aos homens, sejam pais ou maridos. Desta maneira, cada mulher colocará o limite em um ponto distinto do continuum entre agressão e direito dos homens sobre as mulheres. Mais do que isto, a mera existência desta tenuidade representa violência. Com efeito, paira sobre a cabeça de todas as mulheres a ameaça de agressões masculinas, funcionando isto como mecanismo de sujeição aos homens, inscrito nas relações de gênero. (p. 84).

Contudo, a vivência de uma rotina de violência e de enfrentamento no contexto doméstico, resulta em processo de adoecimento, causando repercussões sociais, pois afeta a saúde física e psicológica das mulheres. Conforme a Organização das Nações Unidas (ONU), “a violência doméstica é a principal causa de lesões em mulheres entre 15 e 34 anos de idade, gerando, no Brasil, um custo financeiro anual estimado em 10,5 % do PIB”. (ONU, 2006). Sobre esse ponto, Queiroz (2008) ressalta que esse adoecimento se expressa, também, “na destruição da auto-estima, na dependência psicológica, em sintomas como dor de cabeça, depressão, nervosismo, insônia, etc.” (p. 217)

Essa violência não respeita fronteiras de classe social, raça, etnia, religião, idade e grau de escolaridade, ela está em todos os lugares onde convivem homens e mulheres: na rua, no trabalho, na fábrica, no campo, nas escolas. Porém acontece com muito mais frequência dentro do âmbito doméstico e familiar. Portanto, “é um dos indicadores sociais mais contundentes da subordinação da mulher em relação ao homem” (AMARAL, 2001, p. 24). O domicílio, desse modo, mostra-se como locus privilegiados do

exercício da violência contra as mulheres e meninas, como forma de controle social e de reafirmação do poder do macho.

Essa questão é bem esclarecida por Azevedo (1985), quando diz:

[...] tema maldito, posto que implique desvelar uma instituição que a sociedade insiste em considerar como instituição modelar e essencial ao desenvolvimento pleno e equilibrado dos seres humanos – a família. Tratar da violência doméstica é tratar da violência familiar, isto é do uso institucional de práticas opressivas, agressivas e de dominação exercidas pelo homem contra sua parceira, na condição de esposa ou companheira, como forma de conseguir mantê-la submissa, dócil e cordata aos seus propósitos (p. 17).

A violência física é uma tipificação da violência manifestada nesta letra, representada na estrofe:

Tapa na cara, tapa no bumbum
Tapa na boquinha ela pede e eu dou
Tapa na cara, tapa no bumbum
Tapa na boquinha querendo fazer amor

A partir dessa estrofe, podemos apreender a presença de uma implícita apologia a violência física praticada contra as mulheres. Diversas pesquisas tem mostrado que essa tipificação é a mais cometida por homens contra as mulheres, em especial quando convivem no mesmo domicílio. Segundo Schraiber (2002), “A violência física na vida adulta vinda de um parceiro, [...], atinge cerca de 20% a 50% das mulheres ao redor do mundo ao menos uma vez na vida”. No Brasil, se constitui em um tipo que mais apresenta denúncia, conforme sinaliza a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) ao divulgar que os atendimentos de janeiro a setembro de 2010 referente a Central de Atendimento a Mulher - Ligue 180 registrou que:

Dos 88.960 casos de violência relatados, no disque denúncia em 2010, 51.736 correspondem à violência física. De acordo com a central 38.020 mulheres são agredidas diariamente, o que

corresponde a 58% do total de agressões, 39,3% (22.624) relataram que a violência começou desde o início da relação, 71% das vítimas mora com o agressor e 54.168 mulheres (66,5%) não depende financeiramente do companheiro. De acordo com os relatos, 58% das vítimas são agredidas diariamente. Em 51% dos casos, a mulher diz correr risco de morte (Comunicação Social da SPM, 2010).

Os dados mostram que a incidência da violência física faz parte de uma realidade concreta que atinge um número expressivo de mulheres. No entanto, no verso destacado anteriormente, a violência física é apresentada como algo que causa prazer à mulher e que é imposta por ela. Assim, o homem não se coloca como um agressor, mas como aquele que reliza a vontade da mulher, portanto ele bate porque a mulher pede, como enfatiza a estrofe:

Eu não aguento mais essa mulher
Só quer que eu bata nela,
E faça tudo que ela quer

As estratégias de culpar as mulheres vítimas de violências no âmbito doméstico são bem conhecidas, se uma mulher vivencia uma rotina cotidiana de violência e permanece com seu companheiro, é acusada de gostar de apanhar, e de ter de alguma forma provocado o agressor. De acordo com o *Dossiê de Violência Contra as Mulheres*, de 2001, o que muda de país para país são as razões alegadas para aprovar esse tipo de violência, por exemplo, no Brasil (antes da Lei Maria da Penha), no Chile, no Colômbia, no El Salvador, na Venezuela e em Israel e Cingapura é comum que a violência seja aprovada quando ocorre infidelidade feminina; já no Egito, Nicarágua e Nova Zelândia, as mulheres devem ser punidas quando não cuidam da casa e dos filhos; a recusa das mulheres em ter relações sexuais é motivo de violência nesses países e também em Gana e Israel. Por fim, a desobediência de uma mulher ao seu marido justifica a violência em países como Egito, Índia e Israel (REDE FEMINISTA DA SAÚDE, 2001).

As considerações feitas por Machado (1991) sobre o resultado das suas interpretações das razões dos atos violentos cometidos por parceiros

íntimos, em uma pesquisa realizada em 1991, nos dão a dimensão de tais estratégias em nosso país:

é no contrato conjugal que os homens buscam o sentido de seus atos violentos: são considerados atos “corretivos”. Alegam que as mulheres não obedeceram ou não fizeram o que deviam ter feito em função dos cuidados com os filhos, [...]. A violência é sempre narrada como um “ato disciplinar”. Eles não se interpelam sobre o porquê agiram desta ou daquela forma. Sua interpelação é apenas e somente sobre seus excessos: descontrole, bebida ou o “eu não sei o que me deu”. Para eles, o descontrole e o ficar “transtornado”, é o que explica o desencadear da agressão, mas não é a razão do ato violento. Para os agressores, a razão é legítima, pois a “sua” função masculina na relação “de casal” e familiar, é a de disciplinar. Como “devem disciplinar”, podem e devem usar a força física contra as mulheres.

Gomide (2010) em um dos seus estudos sobre violência contra as mulheres, cita a fala de um soldado militar que trabalha há 16 anos na 2ª Cia. do 18º Batalhão da Polícia Militar, que atende a região noroeste da capital de São Paulo que nos revela que o caráter cultural “corretivo” é ritualizado constantemente.

Em todas as ocorrências que atendi e tive contato com o agressor – por muitas vezes quando chegamos à ocorrência o agressor já não se encontra no local –, perguntado sobre o motivo da violência, eles dizem que foram motivados pela falta de fidelidade da mulher ou até mesmo porque elas não cumpriram com suas ‘obrigações’ domésticas, na tentativa de justificar seus atos (p. 2).

Contudo, Queiroz (2008) adverte que são muitos os fatores que impedem o rompimento pelas mulheres de uma relação violenta, entre eles está o fato de que, apesar de tudo, ainda gostam do agressor. Além do mais a violência e as ameaças contra a vida da mulher e dos filhos se tornam mais intensas no período da separação e grande parte dos assassinatos de mulheres ocorre na fase em que elas estão tentando se separar dos agressores.

Há, ainda, o medo da perda do suporte financeiro que o parceiro detém, pois muitas mulheres deixam o emprego e abandonam os estudos por imposição do marido/companheiro; a preocupação com as consequências para os filhos, bem como a dependência emocional. Mas há também as mulheres que se submetem a um relacionamento violento, e sustentam os filhos e até mesmo o companheiro agressor e mesmo, assim, se sentem culpadas por ter fracassado no relacionamento conjugal.

Queiroz (2008), acrescenta, ainda, que em muitos casos, as mulheres acabam restringindo as relações com a família e com os amigos para esconder as dificuldades que estão atravessando, seja por vergonha ou pelo comportamento controlador e ciumento do marido que acaba cerceando-as da vida social. Outras acham que “foi só daquela vez” ou que, no fundo, são elas as culpadas pela violência. E apesar dos avanços no quesito denúncia, ainda é difícil para muitas mulheres denunciar a violência que sofrem, em especial no próprio domicílio, porque não querem prejudicar o agressor, que pode ser preso ou condenado socialmente. E ainda tem também “o fato de se sentirem mais respeitadas socialmente tendo um homem ao seu lado (mesmo que este homem se constitua numa figura meramente decorativa)” (QUEIROZ, 2008, p. 193/194), assim, prevalece aquela ideia do “ruim com ele, pior sem ele”.

Outro fato que leva as mulheres a permanecerem em situação de violência, de acordo com Queiroz (2008), é a falta de uma assistência profissional qualificada, pois quando recorrem a ajuda, as vítimas de violência se defrontam com pessoas despreparadas e desinformadas sobre o problema que elas estão vivendo, assim, muitas vezes os profissionais se sentem impotentes para atuar e orientar as mulheres em situação de violência. Além disso, “são poucos os serviços para encaminhamento (casa-abrigo, centros de atendimento para apoio psicossocial, jurídico, defensorias públicas, centros de saúde especializados, etc.)” (QUEIROZ, 2008, p. 194). Portanto, a decisão de se livrar de uma situação de violência por parte das mulheres é complexa e demanda preparo emocional, econômico e operacional. Assim, é fundamental a compreensão de que a gênese dessa violência na sociedade está relacionada à produção e reprodução das relações de poder. Pois, essa violência expressa uma forma particular da violência global mediada pela ordem patriarcal (SAFFIOTI, 2004), estando conectada às condições socioeconômicas.

Portanto, é necessário que se observe os contornos diferenciados de enfrentamentos por parte das mulheres e suas dificuldades em dar visibilidade à violência sofrida

Vejamos agora a letra da música *Mulher Roleira* (2004), interpretada pela banda Aviões do Forró⁸¹.

Ô mulher roleira [sic] venha logo pra cá
Que eu vou bater é nas suas beiras

Ô mulher roleira não é igual àquela
Que está em casa me ouvindo agora
Essa pombeira [sic] essa é que pombeeira
Foi parar no motel em plena segunda feira

Ô mulher roleira foi tomar banho no rio
Escorregou pegou coceira
Essa é que é pombeira se tu não tomar cuidado
Eu tacho a mão é nas tuas ventas [sic]

Ô mulher roleira se eu como essa curumbenta [sic]
Me dá mau digestão.

Nessa letra, ao contrário da primeira não se usa de subterfúgio para expressar a naturalização da violência contra as mulheres, pois se canta:

Ô mulher roleira [sic] venha logo pra cá
Que eu vou bater é nas suas beiras/ [...],
Essa é que é pombeira se tu não tomar cuidado
Eu tacho a mão é nas tuas ventas....

Nesse verso, está explícita a apologia a violência física, direcionada ao órgão genital da mulher, pois *beiras* se refere ao órgão sexual feminino e, a região do rosto, nas *ventas* (nariz, na linguagem comum). O que se evidencia nessa letra é que a violência se constitui em um instrumento de punição em observância a forma como algumas mulheres exercem sua sexualidade.

⁸¹ Letra disponível em: www.4shared.com/audio/1fgxruUd/Avioes_Do_Forro-_Mulher_roleir.html - 97k - acesso em 20 jan 2011.

Assim, a narrativa desta letra nos remete a discussão sobre a sexualidade, a feminina em especial. Segundo Louro (s/d),

usualmente, se associa a sexualidade à natureza ou à biologia. “E, quando se assume este modo de pensar, freqüentemente, se supõe que a natureza e a biologia constituem uma espécie de domínio à parte, alguma coisa que ficaria fora da cultura” (p. 2).

Contrariando essa posição, Weeks (1993 *apud* LOURO, s/d) afirma que: “as possibilidades eróticas do animal humano, sua capacidade de ternura, intimidade e prazer nunca podem ser expressas ‘espontaneamente’, sem transformações muito complexas” (p. 2). Tais transformações, conforme Louro (s/d), podem ser entendidas como todos os recursos que utilizamos para expressar nossos desejos, como a linguagem, os códigos, os jeitos, entre outros. A citada autora enfatiza, ainda, que,

a forma como vivenciamos nossos prazeres e desejos, arranjos, jogos e parceria que inventamos para por em prática esses desejos envolvem corpos, linguagem, gestos, rituais que, efetivamente, são produzidos, marcados, feitos, na cultura (LOURO, s/d, p.2).

A partir do exposto, podemos concluir que a sexualidade é uma construção sócio-histórica consolidada em contextos culturais, que tem o corpo como base natural de sua manifestação, a qual se dá na possibilidade das relações estabelecidas entre as pessoas em uma determinada sociedade. E como todas as relações existentes entre as pessoas são relações de gênero, em uma sociedade classista e patriarcal, tais relações são transpassadas por relações de poder assimétricas, estabelecem-se, portanto, papéis diferenciados e hierarquizados na elaboração da sexualidade feminina e masculina em culturas diversas, fazendo surgir estruturas binárias dicotômicas, onde o masculino é superior.

Diante do exposto podemos afirmar que a sexualidade é também política, uma vez que “há hierarquia estabelecida entre as práticas e a pessoa,

será recompensada ou castigada, de acordo com o lugar que suas práticas ocupam nessa hierarquia” (FARIA, 1998, p. 11).

Sobre esse ponto Louro (s/d), explicita que:

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo (p. 18).

Portanto, as construções relativas às práticas sexuais estão inscritas nas relações patriarcais de gênero que, por sua vez, demarcam lugares, influencia atitudes e práticas determinadas, “no exercício do prazer sexual definido como feminino e masculino, a partir de corpos que ‘funcionam’ de forma diferente, na sua interface com o campo biológico” (SILVA, 2005, p. 2).

Assim, na nossa sociedade patriarcal foi construída e se mantém uma divisão em relação ao exercício da sexualidade entre o masculino e feminino, uma vez que aos “homens foi dado, construído e atribuído o direito de separar afeto/amor e sexo. E, em se tratando de mulher, foi lhes atribuído o papel da reprodução e da negação do prazer” (Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) BRASIL, 2008. p.6), Assim, quando as mulheres transgridem essa regra são lhes atribuídos estereótipos como “puta”, “vagabunda”, prostituta”, “safada”, “galinha”, “rampeira” “roleira”, entre outros. Isso ocorre porque no universo de valores da dominação masculina as mulheres é somente permitido mostrar sua feminilidade por meio de sentimentos maternais e emocionais enquanto que os homens devem mostrar sua masculinidade por intermédio da virilidade e de muitas conquistas. A letra da música *Mulher Roleira* reflete muito bem isso, pois ao nomear a personagem central com estereótipo como rampeira, roleira, pombeira o faz, sobretudo, para indicar que se está transgredindo o papel imposto para as mulheres que circunscrevem a sexualidade voltada, não para o prazer, mas para a reprodução. Por isso se canta:

Essa pombeira [sic] essa é que pombeeira
Foi parar no motel em plena segunda feira

Nos remetendo aos símbolos culturais informados por Scott (1990), podemos verificar que em diversas culturas foram instituídas representações múltiplas das mulheres, a exemplo de Eva e Maria. Essa dupla visão em relação ao papel social das mulheres está relacionada com a forma como as mulheres vivenciam sua sexualidade. Se é uma mulher cujo exercício da sexualidade é vinenciado para fins reprodutivo, é considerada a Maria, a honesta. Contudo se as mulheres fogem a esses padrões e *vão para o motel em plena segunda* como é narrado na letra da música em análise, são consideradas a Eva, a “rampeira”, a “roleira”. Desse modo, nesta letra está representada a forma como a sociedade visualiza as mulheres que exercem sua sexualidade com uma certa autonomia.

Vimos neste estudo que a construção histórica e social da identidade nordestina tal qual, ainda hoje é transmitida, partiu de uma perspectiva de gênero a qual desenhou uma identidade regional figurada no masculino “cabra macho”, “cabra da peste”, símbolo da virilidade, e da força, “valentão”, “bravo”, entre outros. Na historiografia e sociologia regionais, na literatura popular e erudita, na música no teatro, nas declarações públicas de suas autoridades o povo nordestino é macho (ALBUQUERQU Jr., 2003), não há lugar para o feminino. Por outro lado, as mulheres devem gerir um comportamento diferente do homem, por isso devem ser frágeis, submissas, assexuadas, entre outros. Nesse sentido, essa diferenciação criou um padrão duplo de moralidade, no qual o homem é livre e a mulher, um instrumento de satisfação sexual. Nesse sentido quando as mulheres ultrapassam os limites impostos ao exercício da sua sexualidade e se tornam mais visivelmente sexualmente, expressando mais seus desejos, geram certo estranhamento na sociedade patriarcal e machista como é o caso da sociedade nordestina. Talvez seja por isso que letras como estas são aceitas com naturalidade e por sua vez fazem muito sucesso, pois refletem uma realidade concreta regional.

Saffioti (2004) nos dá a dimensão dos exposto quando diz:

A mulher foi socializada para conduzir-se como caça que espera o 'ataque' do caçador. À medida, no entanto que se liberta deste condicionamento, passa a tomar a iniciativa, seja no seio do casamento, seja quando deseja namorar um rapaz. Como o homem foi educado para ir à caça, para na condição de macho tomar sempre a iniciativa, tende a não ver com bons olhos a atitude de mulheres desinibidas (p.27).

Bem, se atualmente é dessa forma que as mulheres são visualizadas, cabe ressaltar que nem sempre foi assim. Conforme foi abordado neste estudo, na pré-história, nos grupos que viviam da caça, da pesca e da coleta de frutos tropicais, as mulheres possuía um lugar de destaque. Pois, não se conhecia a relação entre ato sexual e a procriação. A falta de conhecimento dos homens acerca da sua capacidade reprodutora e a certeza de que as mulheres ficavam grávidas dos deuses, impediu o homem de romper definitivamente com o poder feminino e ela ainda tinha um domínio e um poder de decisão frente aos seus grupos (ENGELS, 2002).

Contudo, chegou um determinado momento em que o homem percebe sua função biológica reprodutora e passa a controlar a sexualidade feminina. Consequentemente se processou o aniquilamento dessa sociedade que vigorou num dos períodos mais longos da história da humanidade, instalando-se, assim, o regime patriarcal, e a partir dele se estabelece a hierarquia nas relações entre os sexos e se cria a desigualdade e o poder dos homens. Surge então o casamento, no qual as mulheres passam a ser propriedades do homem, estabelecem-se novos valores e sua transmissão ficou a encargo dos homens, com isso, as mulheres passam a “ser controladas, cerceadas e proibidas da sexualidade para si” (MMC BRASIL, 2008, p. 7). Desse modo, a sexualidade feminina passa a ser rigidamente controlada pelos homens. Instituem-se normas e regras severas e qualquer transgressão destas, podia significar a morte, a exemplo da obrigatoriedade da mulher sair virgem das mãos do pai para as mãos do marido. Nesse sentido, adultério, filho que não fosse do marido eram transgressões inaceitáveis.

Contudo, é na idade média, quando o ocidente, especificamente o continente europeu, mergulha numa compreensão sobrenatural do mundo por meio do discurso do cristianismo da igreja católica, aliado a ciência, que muda a visão humana sobre a sexualidade, consequentemente, a sexualidade

feminina é construída a partir de parâmetro que oscila entre o sagrado e o profano. A tradição cristã sustenta que o sexo é inerentemente pecaminoso e vergonhoso. Talvez seja redimido caso seja praticado dentro do casamento com propósito procriativo e se os aspectos prazerosos forem desfrutados em demasia prejudica a saúde, é nesse contexto que se cria “[...] o mito do pecado original onde a mulher se torna responsável pelo pecado e sofrimento da humanidade” (LIMA, 2002, p.100).

Nessas condições, surgem então, nos discursos da igreja as imagens de mulher construídas sob o prisma de uma dualidade de comportamento que oscila entre o sagrado e o profano: a Eva, a que levou toda a humanidade a decair, responsável por todas as dores do mundo; a Maria Virgem-Mãe, a santa assexuada, um exemplo a ser seguido; e Madalena, a pecadora arrependida e responsável pela desventuras dos homens. Assim, de acordo com Silva e Todeschi (2005):

A imagem da mulher veiculada pela moral cristã será encarada como fator determinante dos modelos de auto-representação da mulher e da identidade feminina que são por si construções sociais em nível mais vasto, em que a religião assume um papel particularmente importante pela sua representação em meio à sociedade. Todavia, não restarão dúvidas de que o discurso oficial da Igreja terá sido fundamental na perpetuação de desigualdades associadas ao gênero e de que a par de um discurso histórico factual, foi-se desenvolvendo uma argumentação teológica de suporte deste processo (p. 2).

Assim, as representações sobre as mulheres passam a transmitir práticas e virtudes quanto à castidade, submissão e obediência à doutrina da Igreja. Desse modo, as ideologias patriarcais e religiosas legitimaram, por explicação metafísica, a superioridade dos homens, colocando as mulheres em posições inferiores.

Não obstante, podemos apreender na análise da letra da música *Mulher Roleira*, que essa visão teleológica sobre a sexualidade feminina não permaneceu no passado, ela incide no presente e determina visões de mundo que são reproduzidas nos conteúdos das letras de música em análise. Logo,

como canta Luiz Melodia em *Juventude Transviada*, 1976, as mulheres que continuam lavando roupas todos os dias não podem vacilar.

Entretanto, as expressões de violência, discriminação e preconceito contra as mulheres, protagonizadas nas canções de forró, vão sendo cada vez mais aprofundadas de uma música para outra. A exemplo da letra da música: *Bomba no Cabaré* (2007)⁸², de autoria de Dadá di Moreno e Maninho, cantada pela banda Matruz com Leite. Vejamos sua letra:

Jogaram uma bomba no cabaré
Voou pra todo canto pedaço de mulher
Foi tanto caco de puta voando pra todo lado
Dava pra apanhar de pá, de enxada e de colher!

No meio da rua tava os braços da Tereza
No meio fio tava as perna (sic) de Rachel
Em cima da telha os cabelos (sic) de Maria
No terraço de uma casa os peitos (sic) de Isabé!

Aí eu juntei tudo e coleí bem direitinho
Fiz uma rapariga mista, agora todo homem quer
Pode jogar uma bomba lá no cabaré
Que eu junto os cacos das putas pra fazer outra mulher...

Não obstante, a partir da letra citada podemos identificar o posicionamento social das personagens centrais: mulheres em condição de prostituição. Nesta categoria, enquadram-se as conhecidas como garotas de programa, profissionais do sexo, trabalhadoras do sexo, entre outras.

Contudo, resguardando a especificidade das nomenclaturas prostitucionais, conforme Diniz (2009), Carole Patmam (1993):

Entende a prostituição como a utilização do corpo de uma mulher por um homem para sua própria satisfação. Há, portanto, nessa concepção, a unilateralidade no sentido de sentir prazer, ou seja, não se pode entender como uma troca prazerosa e igualitária a utilização dos corpos. Nesse sentido, o que ocorre é uma relação mercantil, na qual pressupõe que o comprador obtenha algum benefício com o negócio. A venda do prazer sexual é um tipo de relação apropriada pelo projeto capitalista, que aprofunda a exploração mercantil do corpo para fins de lucro (p. 60).

⁸² Letra disponível em: letras.terra.com.br/mastruz-com-leite/931523/ - 61k. acesso em 20 de jan 2011

Dessa forma, podemos afirmar com Swian (2004), que “a prostituição, ou seja, a venda de corpos, forçada ou não, é talvez a maior violência social cometida contra as mulheres” (p.24), resultante de uma sociabilidade permeada pelo poder capitalista patriarcal. Ainda com Carole Patemam (1993 *apud* DINIZ, 2009.), “as prostitutas são o exemplo mais contundente do direito patriarcal que personifica essas mulheres como seres sexuais, atribuindo a condição de mercadoria na sociedade capitalista” (p.60).

Nessa condição, Swian (2004) assegura que:

Diversas asserções tentam justificar a violência da transformação de pessoas em orifícios, como por exemplo, “a prostituição é a mais antiga profissão do mundo”. Esta frase é dita e escrita à exaustão, criando sentidos sobre o vazio de sua enunciação. De fato, em História, nada existiu “desde sempre e para sempre”, a não ser em uma história positivista, enredada em premissas essencialistas e datadas, para a qual é “natural” a presença de prostitutas no social. Ao contrário, a pesquisa histórica vem mostrando que a prostituição é uma criação do social, em momentos e épocas específicas; esta denominação encobre, inclusive, no discurso histórico, a presença de mulheres no social que destoam da norma representacional sobre as mulheres. Esta proposição – a mais antiga profissão do mundo – cria e reproduz a idéia da existência inexorável da prostituição, ligada à própria existência das mulheres, parte de seu destino biológico; nesta asserção é mantida, no senso comum, a noção da essência maléfica e viciosa das mulheres, que, através dos tempos, se concretiza na figura da prostituta, o lado sombrio e negativo da representação construída sobre a mulher-mãe na historicidade discursiva ocidental. Por outro lado, fica materializada e generalizada a idéia da condição inferior das mulheres ao longo da história, despossuídas de seus corpos e de sua condição de sujeito, no social e no político (SWIAM, 2004 p. 12).

Nesse sentido, apreende-se que a prostituição é um agravante da violência e que põe muitas mulheres, todos os dias, em situação de risco, configurando, assim, numa permanente violência dos corpos femininos expostos a atos constantes de violência. Os agressores são, sobretudo, os clientes, o que acarreta que as mulheres em condição de prostituição estejam sempre correndo risco de agressões.

Em *Bomba no Cabaré*, diferentemente da primeira música que conta uma situação de violência no contexto doméstico, narra-se uma história de violência cometidas contra as mulheres, num espaço público, pois tem como

lócus o cabaré, local onde as mulheres em exercício prostitucional, recebem as pessoas para servi-las sexualmente.

Sobre esse ponto Diniz (2008) relata que:

[...], as prostitutas são alvos cotidianos de violências nos espaços públicos, evidenciando uma negação sistemática dos direitos humanos. O Estado, muitas vezes não desenvolve quaisquer ações para inibir tais violências com ações que garantam à essas mulheres o direito à segurança, pois muitas são espancadas, humilhadas, estupradas sob a justificativa de serem prostituta, e, portanto, não merecedoras de proteção por parte do Estado (145).

Nessa letra, encontramos uma clara apologia a violência física, aqui a violência chega às vias de fato, configurando-se num ato que leva ao homicídio, pois se canta que as “putas” estão sendo explodidas vejamos o verso:

Jogaram uma bomba no cabaré
Voou pra todo canto pedaço de mulher
Foi tanto caco de puta voando pra todo lado
Dava pra apanhar de pá, de enxada e de colher!

No meio da rua tava os braços da Tereza
No meio fio tava as perna (sic) de Rachel
Em cima da telha os cabelos (sic) de Maria
No terraço de uma casa os peitos (sic) de Isabél!

A naturalização desse discurso resulta de uma sistemática discriminação a que estão submetidas às mulheres em situação de prostituição por parte da sociedade como um todo, que levam a naturalização de atos violentos, seja qual for seu grau. Portanto, o que se constata é a perda da condição de sujeito, de ser humano dessas mulheres⁸³.

⁸³ De acordo com Diniz, “A desvalorização da mulher na sociedade não se circunscreve tão somente ao âmbito das relações sociais, na prostituição ela encontra acento significativo, visto que os homens que se prostituem não carregam consigo esse tipo de estigma. Estes, atualmente ocupam uma significativa fatia do comércio sexual, sem, contudo, serem partícipes da carga de preconceitos que são assentados fundamentalmente nas mulheres. Isso se dá basicamente pela condição de subalternidade a qual a mulher ocupa na sociedade, revelando, assim, as desigualdades de gênero e o poder patriarcal expressos na prostituição. [...]. Essa distinção passa inclusive pelo modo de como são designados os homens que se prostituem

Não obstante, vale ressaltar que a violência física vivenciada, em especial, pelas mulheres brasileiras na atualidade, tem a morte como expressão mais trágica. De acordo com o Mapa da Violência de 2010, a cada duas horas uma mulher é assassinada no Brasil. Talvez seja uma herança dos longos tempos em que o assassinato de mulheres era legítimo. Segundo Blay (2003) até antes da República, a relação sexual das mulheres fora do casamento, considerada como adultério, permitia que o marido matasse tanto a esposa como o amante sob o argumento de legítima defesa da honra, por outro lado se o marido mantivesse relação constante com outra mulher, esta situação não se constituía adultério, mas sim concubinato. Desse modo, libertavam-se totalmente o homem para dispor da vida da mulher em caso de adultério. Esta situação estava garantida no V Livro das Ordenações Filipinas, do qual o Brasil era consignatário. Foi somente com o Código Penal Criminal do Império, de 1830, que foram rescindidos os direitos dos maridos de matar as esposas adúlteras e seus amantes.

De acordo com Blay (2003), esses crimes considerados passionais foram encarados por algumas feministas nas décadas de 1920 e 1930 como uma epidemia, que deveria ser enfrentada como crime que requeria intervenção do Estado.

Hoje, os assassinatos de mulheres legalmente condenáveis encontram-se “encoberto seja pelo romantismo que ainda os envolve, seja pela realidade – não menos dramática – da preponderância de vitimação de jovens pobres e negras (GOMES, 1995). Explicitando, assim o nó de Saffioti (1988, 2004, 2008) do qual faz parte a classe social, o gênero e a raça/etnia.

Ora, se matar mulheres em decorrência de adultério foi considerado legítimo por muito tempo, fato que remonta o Brasil colônia, e na atualidade, tais crimes se encontram envolvidos em uma lógica que aponta para sua banalização, não é de se espantar que letras de músicas como esta falem com naturalidade que explodiram mulheres e mesmo assim façam grande sucesso.

Contudo, Gomes (1995) opta pela utilização de femicídio, em detrimento de homicídio ou assassinato de mulheres, pois, para a autora, se faz necessário essa distinção para indicar que os crimes cometidos contra as

michês, garotos de programa, representado pela figura do homem bonito, forte, másculo, e que se utiliza da prostituição apenas como um complemento para sua renda (DINIZ, 2008, p. 129).

mulheres se constituem em sexismo. Conforme a autora, o conceito *femicídio* se refere à matança de mulheres em função de seu gênero em meio a formas de dominação, exercício de poder e controle sobre as mulheres. A autora ressalta, ainda que as mulheres sejam também vítimas da violência urbana, por meio do envolvimento na criminalidade. Contudo, segundo a mesma, inúmeras pesquisas indicam que a maioria dos homicídios de mulheres ocorre como produto da estrutura de relações de gênero sustentada em bases patriarcais. Portanto, há uma predominância de femicídios dentre os homicídios de mulheres.

Almeida (1998) observa que:

A expressão femicídio foi introduzida em 1976, no Tribunal Internacional de Crimes contra as mulheres, sendo retomada nos anos 90 para evidenciar a não-acidentalidade da morte violenta de mulheres [...] ressaltando que este fenômeno integra uma política sexual de apropriação das mulheres (p. 1)

O femicídio, de acordo com Cosme e Maia (2009), é uma categoria de crime que se caracteriza pelo ódio em relação às vítimas, mas não como indivíduo, mas como símbolos de uma construção social desigual e hierarquizada que determina as relações entre os sexos, daí a sua não-acidentalidade e não-efetualidade.

Machado (2006) nos dá a dimensão desse fenômeno quando relata que:

O Observatório da Violência Contra a Mulher no Estado de Pernambuco, desenvolvido pelo grupo SOS Corpo Gênero e Cidadania, registra 199 mulheres assassinadas em 2006 no Estado, a maioria por maridos, companheiros, amantes ou homens com os quais tiveram relacionamento. Os femicídios parecem ser o ponto final da escalada das violências crônicas e cotidianas (p. 15).

O femicídio, assim como as várias formas de violência praticadas contra as mulheres, ocorre prioritariamente no espaço doméstico e familiar, portanto, no espaço anunciado como de aconchego e segurança frente às

perversidades das ruas, mas na realidade esse espaço se constitui no lugar o qual a maioria das mulheres são assassinadas.

Sobre esse ponto, Gomes (1995) ressalta que:

[...], apesar das modificações ocorridas no comportamento de homens e mulheres, em detrimento dos avanços tecnológicos gerados pela modernidade, e mesmo das conquistas feministas como maior liberdade sexual, inserção no mercado de trabalho, ocupação de espaços políticos, contraditoriamente a todas as lutas históricas e respostas que garantiram melhores condições de vida, a violência contra as mulheres, violência de gênero, cuja expressão máxima é a morte, ainda matem-se mais expressiva do que se propaga, do que se discute (p.25).

Embora a violência e o assassinato de mulheres em situação de prostituição não estejam enquadrados conforme Diniz (2008),

nos moldes que particulariza e a caracteriza como doméstico-conjugal, [...]. Há, contudo, na sua essência uma intrínseca relação que acreditamos ser fundamentada na dominação masculina sobre as mulheres na sociedade patriarcal (p.144).

Desse modo, podemos inferir que o assassinato de mulheres em condição prostitucional tem motivações sexistas, estando agregado a relação de poder do homem para mulher, pois elas não escapam ao contexto da violência historicamente construída. E o fato de a sociedade considerar a prostituição moralmente reprovável, expõe as mulheres em situação de prostituição, a uma violência ainda maior, no universo social e nos ambientes (ruas, boates, prostíbulos hotéis...), em que elas exercem sua atividade (MOREIA, *et. All*, 2009).

Então, quando na letra da música se diz que explodiram os corpos da Tereza, da Izabel, da Rachel e da Maria, o fizeram em função de seu gênero e do exercício da sua sexualidade (ao mesmo tempo em que se condena se deseja). Dessa forma se constitui, assim, em femicídio, pois os assassinatos baseados no gênero transcendem o espaço privado e se reflete no espaço público, podendo ser cometidos por pessoas conhecidas da vítima,

ou por desconhecidos. De acordo com o Relatório 16 DAYS – 16 DIAS de Ativismo contra a violência contra as mulheres (2006):

O que todos os assassinatos têm em comum é a sua raiz a partir de relações desiguais de poder entre homens e mulheres, que atribuem às mulheres uma posição de maior vulnerabilidade e limitam, assim, a sua capacidade de usufruir os direitos à vida, à integridade pessoal, à liberdade e ao processo jurídico (p. 7).

Podemos citar aqui um fato concreto que assevera o exposto. Em 2010, ano em que estamos realizando este estudo, o Brasil se depara com um Caso que atraiu mais atenção da mídia e da população em geral: o desaparecimento de Eliza Samúdio, 25 anos, que teve um relacionamento com o goleiro do Flamengo/RG, Bruno Fernandes, e lutava na justiça para que ele reconhecesse a paternidade do filho de quatro meses. Na nota à imprensa: Caso Eliza Samúdio da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República (14/7/10), sobre o caso a Secretaria Políticas para as Mulheres (SPM) detalha que o 3º Juizado de Violência Doméstica do Rio de Janeiro negou o pedido de proteção a Eliza em outubro de 2009, por considerar que ela não necessitava de proteção por ser uma “amante” ou “ficante” do goleiro. Na ocasião, a Delegacia de Atendimento à Mulher de Jacarepaguá (DEAM) pediu à Justiça que Bruno fosse mantido longe da vítima, já que ele cometeu os crimes de agressão, de cárcere privado, além de ter lido dado substâncias abortivas. O resultado de tudo isso culminou num crime brutal, com vários envolvidos na trama, conforme depoimentos divulgados (GOMIDE, 2010)⁸⁴, os quais relatam que depois de assassinada, Eliza Samúdio foi esquartejada e pedaços de seu corpo foram lançados aos cães, e outros foram enterrados em locais que até então não foram localizados.

⁸⁴Segundo Gomide (2010) “a feminista Amelinha Teles, coordenadora dos projetos ‘Promotoras Legais Populares’ e ‘Maria, Maria’, e integrante da União de Mulheres de São Paulo, alerta que a mídia mobiliza, alardeia sobre o ‘massacre das mulheres brasileiras’ mostra os fatos, cenas da barbárie, de sofrimento, mas a cobertura em geral é superficial. Nada de tocar na discriminação histórica contra as mulheres. Não se enfrentam as desigualdades de gênero, em que os homens ainda se gabam de decidir sobre a vida e a morte das mulheres”. Gomide acrescenta que, “além disso, tanto a sociedade como o Estado brasileiro ainda são bastante omissos quanto se trata da violência de gênero” (p. 2).

Todavia, observamos que esse tipo de crime contra as mulheres apesar de não ter uma visibilidade que corresponda a frequência com que acontece nas músicas de forró estilizado, a exemplo da que citamos anteriormente, o femicídio se faz presente de forma naturalizada e banalizada, ganhando uma publicização de cunho pejorativo e anárquico, indo de encontro as lutas e conquistas das mulheres feministas e aos direitos humanos das mulheres.

Mas, “a violência física não se mantém sem a violência simbólica. Esta fornece a base legitimadora para ações/ relações de força. [...], que favorece o exercício da exploração e da dominação” (ALMEIDA, 2007, p. 29). É o que Bourdieu (1989) denominou de violência simbólica, segundo ele, essa violência ocorre dentro de um campo de força e também de lutas que visam transformar esse campo de forças, definindo-a, portanto como:

Violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce, essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento ou, em ultima instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece, também, uma ocasião única de apreender a lógica da dominação exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado de uma língua (ou de uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar e de agir) e, mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema estigma. (p.7/8)

De acordo com Bourdieu (1989), nas relações sociais estruturadas em vínculo de dominação e submissão, os dominados, inconscientes e involuntariamente, assimilam os valores e a visão de mundo dos dominantes e desse modo, tornam-se cúmplices da ordem estabelecida sem perceberem que são as primeiras e principais vítimas dessa mesma ordem.

Apesar de a Lei Maria Penha ter dado a esse tipo de violência “sua merecida visibilidade enquanto forma de agressão às mulheres” (LIMA, 2010, p. 68), ainda é pouco identificada como violência tanto pela mídia como por populares e pelas instâncias governamentais. Assim, a violência simbólica se faz presente nas letras das músicas analisadas

Na letra da música *Tapa na Cara* a violência psicológica ou simbólica se expressa por meio do discurso do marido no qual desqualifica a sua esposa nomeando-a de *safada* e *cachorra*. Criar estereótipos sobre as mulheres espancadas é mais uma forma de jogar a culpa sobre a vítima para, assim, justificar a violência que lhes é perpetrada, pois destruir a imagem da vítima sempre é uma estratégia de defesa. Como também, a estratégia de desmoralizar a vítima antes da agressão tem o propósito de obter a convivência ou pelo menos a indiferença daqueles que porventura tomem conhecimento da agressão.

Segundo Bourdieu (1989):

Utilizando os símbolos em um dos seu sentidos mais comuns, supõe-se as vezes, que reiterar o simbólico é minimizar o papel da violência física e esquecer que existem mulheres que apanham, que são violentadas, exploradas, ou pior ainda, querer desculpar os homens desta forma de violência (p. 40).

Todavia, apesar da Central de Atendimento a Mulher - Ligue 180 referente aos atendimentos registrados de janeiro a setembro de 2010, constatar que dos 88.960 casos de violência relatados, que totaliza 22.897 corresponda à psicológica, ficando esta atrás da violência física 51.736 casos de denúncias. Sabemos que a violência simbólica ou psicológica é um tipo que perpassa todas as formas de violência. Contudo, por ser uma ação que não deixa marcas visíveis, é muito difícil de ser identificada pela vítima como violência, por isso a que mais aparece nas denúncias é a violência física, pois deixa marcas no corpo. Bourdieu (1989) revela que o terreno ideal para a emergência dessa violência é o da heteronomia e da arbitrariedade, de tal forma sutil que não é perceptível por quem está sob seu jugo. Assim, conforme o citado autor a violência simbólica ou psicológica,

[...] é uma forma transformada, quer dizer irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder [...] que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força, fazendo ignorar-se-reconhecer-se a violência que elas encerram

objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (p. 15).

Sobre o exposto, Almeida (2007) observa que em relações conjugais “a dimensão simbólica é potenciada por ser um problema circunscrito a uma espaço fechado, ambíguo, fortemente estruturado no campo axiológico e moral” (p.22).

Na letra da música *Mulher Roleira*, a violência psicológica se expressa por meio da desqualificação da mulher contida nas palavras, *roleira*, *pombeira* (ambas se referem ao órgão sexual masculino). e *corumbenta* (no linguajar popular se refere a pessoa com feridas), associando as mulheres que mantêm relações com parceiros diferentes, a sujeira, a doença, a um mal que deve ser castigado por meio da violência. Tradicionalmente, responsabiliza-se as mulheres que exercem a sua sexualidade de forma mais livre e as prostitutas pelo contágio e a disseminação de doenças, especialmente as doenças de transmissão sexual (Sífilis, gonorréia, AIDS, entre outras), por isso se canta:

Ô mulher roleira
Se eu como essa curumbenta [sic]
Me dá mau digestão.

Todavia, vivemos em uma sociedade na qual as diferença biológica sexual entre homens e mulheres foram convertidas em desigualdade. A dominação histórica do sexo masculino sobre o feminino, a submissão das mulheres e a aceitação da sexualidade passiva das mulheres faz com que as mesmas levem desvantagem na negociação de um sexo seguro, pois o uso do preservativo depende da vontade do parceiro.

Contudo, com a pretensão de potencilizar a desqualificação e assim justificar e naturalizar o ato violento é utilizado outro argumento na letra da música:

Ô mulher roleira
 Não é igual àquela
 Que está em casa me ouvindo agora

Essa pombeira [sic]
 Foi parar no motel
 Em plena segunda feira.

Nesse verso, faz-se uma distinção entre a mulher que exerce sua sexualidade como uma certa autonomia e as demais mulheres, “as de casa”, “as honestas”, lembrando, como já foi comentado, os símbolos culturais de Scott (1990), que evocam representações múltiplas das mulheres, a exemplo de Eva e Maria, onde aquela não merece respeito aos seus direitos humanos, por não corresponder ao padrão moral de civilidade. Em contrapartida, a antítese da esposa honesta representada nas “de casa”, na Maria, contribui, conforme Diniz (2009), para que as “mulheres ditas ‘virtuosas’, adotem modo de vida que fortalecem os aspectos relacionados à maternidade e a submissão” (p. 81), aproximando-se, assim, a valores de conduta construídos desde a era medieval e que são impostos pela classe dominante.

Não obstante, convém ressaltar que as “de casa”, conforme a canção são acometidas pelas diversas formas de violência doméstica, pois é no espaço doméstico, como já discurremos nesse estudo, que as mulheres correm risco de sofrer permanentes agressões. Segundo Queiroz, “o agressor conhece bem os hábitos, os sentimentos e maneiras de agir de sua vítima, o que as torna mais vulneráveis às suas agressões” (2008, p. 55).

Em *Bomba no Cabaré*, a violência psicológica está representada na total desvalorização do corpo das mulheres em situação de prostituição, tratados como cacos de putas, que ao explodirem voaram para todos os lados, vejam o verso:

Foi tanto caco de puta voando pra todo lado

No meio da rua tava os braços da Tereza
 No meio fio tava as perna (sic) de Rachel
 Em cima da telha os cabelos (sic) de Maria
 No terraço de uma casa os peitos (sic) de Isabél.

A desvalorização dessas mulheres é uma prática perversa e ancestral, uma vez que elas são denominadas de maneiras violentas, isto é percebido pelo uso dos nomes pejorativos a elas aferidos e naturalmente aceitos pela sociedade. As expressões “puta”, “rapariga”, “mulher de vida fácil”, “meretriz”, “quenga”, “destruidora de lares”, “prostituta”, “sem vergonha” e outras designações revelam que, apesar das lutas e conquistas das mulheres no âmbito da igualdade de gênero, permanece ainda a predominância do poder do macho. Por isso nomear as mulheres de prostituta é uma estratégia que vem ao longo do tempo sendo utilizada como passaporte para todo tipo de agressão contra quem é estigmatizada com esse estereotipo. Portanto não é a toa que ser chamado de “filho da puta” se constitui em um dos maiores insultos dirigido a um homem.

E como a prostituição é marcada pela venda dos corpos, o feminino é transformado em uma mercadoria, numa verdadeira coisificação do ser humano. Logo, a violência perpetrada no mundo da prostituição escancara o poder patriarcal. Dessa maneira, reduzidos a mercadoria, de acordo com o discurso da música em análise, não tem nenhuma importância que os corpos dessas mulheres explodam. Pois sendo uma mercadoria, um objeto junta-se e faz-se outra “rapariga”, por isso canta-se:

Aí eu juntei tudo e coleí bem direitinho
Fiz uma rapariga mista, agora todo homem quer

Pode jogar uma bomba lá no cabaré
Que eu junto os cacos das putas pra fazer outra mulher...

As estatísticas de violência contra as mulheres demonstram bem como as mulheres se encontram num quadro de vulnerabilidade, apesar de haver diversas propostas de erradicação da violência contra elas em diversos documentos internacionais.

Nessas letras, estão presentes posturas e atitudes machistas de uma sociedade dominada pelo patriarcado, marcada pela intencionalidade de relações de dominação, exploração, reforçando assimetrias e relações de

subalternidade que priorizam os homens em detrimento das mulheres. Portanto, é significativa a observação de Duran (1986) quando diz:

É preciso chegar à raiz das ideologias para descobrir seus objetivos reais. A mulher conscientizada, atenta à nova época, já não é a mesma presa fácil dos manejos dominadores, como os da antiga família patriarcal. Porém, como os recursos dos meios de comunicação são bem mais amplos e sofisticados, os riscos continuam a existir, ainda que sob uma aparência de evolução positiva (DURANI, 1986, p. 38).

Nesse estudo fica evidenciado que o meio de comunicação de massa representado pela arte musical vem se constituindo em um dos importantes desafios as lutas das mulheres feministas no combate as variadas formas de violência contra as mulheres, num claro reforço ao aparato ideológico patriarcal e machista.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos nesse estudo, que a ordem social de tradição patriarcal que emergiu na história da humanidade há seis milênios e meio atrás, constitui-se em um sistema de dominação e exploração modelado pela ideologia que designa o homem como categoria social universal, “por meio de dois artifícios básicos: afirma a superioridade masculina e reforça a inferioridade correlata da mulher” (AZEVEDO, 1985, p.46). Mesmo antes do nascimento das crianças há imposições da sociedade, da família, da religião e das demais instituições, de como deve se comportar as categorias de sexo.

Dessa maneira, determina-se o espaço público para os homens e a tomada de decisões importantes à manutenção da sociedade, quer seja, no âmbito político ou ideológico e o espaço privado para as mulheres, destinado-as ao papel da reprodução, da maternidade, da manutenção do lar e da família. Portanto, não há nada de natural nos papéis que homens e mulheres desempenham ao longo de sua vida. Pelo contrário, eles são fruto de uma ideologia que orienta as relações que abarcam todos os aspectos da vida, pois a sociedade civil ancora-se no patriarcado, matriz ideológica da superioridade masculina e da inferioridade feminina.

O sistema patriarcal se encontra enraizado na memória coletiva e se concretiza em várias instâncias de socialização onde convivem homens e mulheres. Nesse estudo, como já assinalamos, concentramo-nos na apreensão e análise das expressões do patriarcado no espaço de socialização marcado pelo entretenimento, especificamente, o voltado para a massa da população que faz uso da arte musical que, por intermédio das letras das músicas de forró, especificamente do forró conhecido como estilizado, traz uma desvalorização pública do feminino e a naturalização das várias formas de opressão contra as mulheres.

O patriarcado que com muito sucesso vem empregando campanhas de desqualificação do ser mulher influencia as produções musicais analisadas neste trabalho, legitimando essa ideologia nos espaços de entretenimento, reproduzindo as mais variadas formas de violência contra as mulheres, por meio das expressões contidas nas letras das músicas.

Não obstante, nesse estudo apreendemos que o estilo musical forró em seus diversos tipos, a exemplo do forró tradicional, de duplo sentido, em especial o forró estilizado, tem mantido em sua trajetória expressões culturais que legitimam o papel social imposto às mulheres, que fortalece o processo de sua subordinação e evidência o poder ideológico do sistema patriarcal. Para tanto, este estilo musical lança mão de termos popularizados e palavrões que são bastante utilizados pelos sujeitos.

Contudo, no forró estilizado objeto de nosso estudo, tais expressões ficam cada vez mais evidentes com um problema a mais, na medida em que, vivemos em um contexto de alto controle da *indústria cultural* sobre a produção e a divulgação desse estilo de forró, o que nos preocupa, uma vez que os movimentos feministas tem tido pouca força na contraposição ao poder ideológico e econômico e ao domínio de massa dessa indústria.

Um dos maiores domínios hoje da *indústria cultural* diz respeito aos meios de comunicação de massa, sobretudo o televisivo.

Inegavelmente, a difícil contraposição a essa indústria é o fato de que ela não almeja nenhuma intenção de arte, no sentido de expressão da generalidade humana, e sim satisfazer as demandas do mercado. A respeito dessa afirmativa, a observação de Adorno e Horkheimer (1985) é significativa quando afirmam que na *indústria cultural*, tudo se torna negócio. Assim, quando nas letras das músicas do forró em análise se utilizam de elementos do cotidiano para reproduzir a violência que é cometida contra as mulheres, não se deve tomar essas produções como arte, mas sim como negócio e como tal escrevem os autores supracitados, “basta-lhes como ideologia”. E nos aproximando do conceito de ideologia indicada por Marx, como sendo um conceito pejorativo, que se manifesta por meio de uma falsa consciência para a sustentação de interesse de classe, apreendemos que as letras das músicas tendem a ofuscar a gravidade da violência, da dominação e da opressão que abarcam a vida das mulheres.

Haja vista, diante do exposto, podemos afirmar que por meio dessas produções musicais a dominação patriarcal se propaga, reinventa-se, reproduz-se e se perpetua. Camurça (2007) nos revela a ideia de mecanismos responsáveis pelo processo de sustentação e perpetuação dessa dominação, já citados: a violência contra as mulheres, o controle da

sexualidade, a manutenção da dependência econômica das mulheres e a interdição à participação política das mulheres.

Contudo, tivemos que particularizar na expressão da violência, devido ao espaço-tempo da pesquisa, que não nos possibilitou abordar os demais mecanismos, uma vez que cada um deles se constitui em uma temática complexa e por este motivo as análises demandam muitas e variadas leituras.

Vimos no corpo desse estudo que a partir das últimas décadas do século XX, tratados e convenções internacionais passaram a contemplar a violência contra as mulheres sob a ótica de violação dos direitos humanos. Esse fenômeno se constitui em um dos mecanismos mais cruéis de poder e dominação do sistema patriarcal e da ideia de que as mulheres são objetos de posse. É uma forma de reproduzir e manter o machismo e de afirmar que as mulheres são inferiores.

Essa forma de violência é observada em todo o mundo e se caracteriza por ser um fenômeno diretamente relacionado às concepções patriarcais de gênero e a distribuições de poder dentro dos grupos sociais. É um fenômeno que ocorre tanto na rua, como em casa. Mas, ao contrário dos homens, as mulheres são as principais vítimas da violência sofrida no espaço doméstico, praticada, sobretudo, por maridos, companheiros, pais e padrastos.

Assim, o espaço doméstico e familiar se apresenta como privilegiado de ocorrência desse tipo de ação violenta, sendo praticada prioritariamente por parceiro íntimo, o que dificulta, substancialmente, o rompimento da relação violenta pelas mulheres agredidas. Fato que resulta em mitos que afirmam que mulheres gostam mesmo de apanhar, e de forma direta ou indireta são responsáveis pela violência.

Contudo, Almeida (2007), reitera que se a violência se constitui em um dos caminhos para efetivar o poder e a dominação masculina, não se dirige as seres passivos, mas àqueles capazes de oporem resistência, embora sua reprodução continue a fragilizar sobremaneira a auto-estima das mulheres agredidas, acentuando, assim a heteronomia, podendo levá-las a passividade.

Essa violência se manifesta de muitas maneiras: espancamento, insultos, ameaças, estupros, assédios, assassinatos, mas também em formas sutis de desqualificação das mulheres.

Ao analisarmos as letras das músicas de forró elencadas nesse estudo, constatamos que a violência contra mulheres é um fenômeno presente, também, nos momentos de lazer, mais precisamente nos gêneros musicais mais populares da atualidade, como os forrós estilizados, de modo que as letras deste estilo musical trazem fortemente a ideologia machista, reforçando a ideia de “mulher objeto”.

Nas letras das músicas analisadas, observamos a presença da violência física e a violência simbólica, tipos que apresentam maiores índices de ocorrência e de denúncia. Também apreendemos que essas formas de violência estão direcionadas aos modelos de feminino criados em nossa sociedade a partir de símbolos culturais múltiplos e frequentemente contraditórios e antagônicos: Maria, modelo de mulher submissa dirigida para o casamento, ou seja, destinada para o espaço doméstico (exercendo o papel de esposa, mãe); Eva, Madalena, a outra, a não casta, a não pura, excluída das práticas sociais por não ter a função da reprodução, do casamento e de criar filhos.

Na música *Tapa na Cara* constatamos a reprodução da violência perpetrada às mulheres, e cometidas por homens que mantêm relação de afetividade com a vítima no espaço doméstico e familiar, lócus que deveria ser de aconchego e segurança, mas que se apresenta como território propício a essa violência, portanto, temos aqui a figura da Maria. Esse tipo é definido como violência doméstica e familiar contra as mulheres em decorrência de seu gênero. É a forma mais comum de ação violenta cometida às mulheres. Nessa letra, ela está representada na violência física e simbólica, por elementos e expressões culturais muito comuns ao nosso cotidiano (tapa, safada, cachorra). A violência doméstica e familiar está prevista nas Leis, Tratados e Convenções como ação que causa sofrimento físico e psicológico e que viola os direitos das mulheres a ter uma vida sem violência e discriminação e que compromete o exercício de sua cidadania. No entanto, é utilizado na narração da letra um jogo de sentido, a fim de implicar que se está naturalizando um fenômeno social que atinge mulheres em todo mundo, de todas as classes, raças/etnia e orientação sexual e, que resulta em adoecimento, pois atinge a saúde física e psicológica das mulheres.

Na letra da música *Mulher Roleira*, observa-se que os atos de violência estão sendo pretendidos a ser praticados contra as mulheres que podemos identificar com a Eva, aquela que “causou” a derrota do gênero humano, na tradição Judaico-Cristã, pois, refere-se às mulheres que se diferenciam das mulheres representadas na música anterior, as de casa, as Marias, que, contraditoriamente, também são expostas a uma relação afetiva violenta. Mas, que nessas letras são citadas para fazer crer que estas são as que devem ser respeitadas e, portanto, poupadas da violência. As Evas, ao contrário, são representadas como aquelas que se justifica a perpetração da violência, pois elas, como narra a letra da música, *vão para o motel em plena segunda - feira*, utilizam sua sexualidade de forma livre. Logo, nessa letra não se usa de subterfúgio, a violência está explícita, representada na agressão física, pois se canta que vai bater e dar tapa nas partes íntimas da personagem central e, por meio da violência simbólica ou psicológica utilizando estereótipos como pombeira, roleira, corumbenta, expressões que indicam que a mulher mantém relações sexuais com parceiros diferenciados.

Na letra da música *Bomba no Cabaré*, a exemplo da música anterior a violência contra as mulheres está explícita, e ao contrário da primeira, é praticada no espaço público, no cabaré, designação dada ao local onde as mulheres em condição de prostituição, exercitam sua sexualidade com objetivos econômicos. Então, podemos identificar às personagens centrais a quem se destina a ação violenta como as Madalenas, as “impuras”. Essas são alvos de uma sistemática discriminação por parte da sociedade, que levam a naturalização de qualquer ato violento, mesmo que culmine em femicídio. Portanto, não precisa implicar que as mulheres explodiram após ser jogada uma bomba no cabaré.

Diante do exposto, podemos afirmar que a reprodução da violência contra as mulheres, seja explícita ou não nessas letras de música, além de reforçar o padrão hegemônico assimétrico das relações de gênero, contribuem para a naturalização e banalização desse fenômeno. E aceitar que esta violência possa ser banalizada e naturalizada é uma tentativa de diluir o seu impacto, seu significado; de não se importar com a existência de suas manifestações e com as possibilidades de sua transformação. Consideramos, portanto, que a exortação a banalização da violência contra as mulheres serve

para justificar e obscurecer o alto índice de agressões dolosas e feminicídio que ocorrem a cada dia.

Esta banalização é, talvez, um dos aliados mais fortes da perpetuação desse fenômeno, pois leva os indivíduos a terem um entendimento deturpado do mesmo, pois, inculcada pela repetição com que se apresenta nestas letras passa despercebida e é diluída, ganhando, assim, *status* de diversão. Outra forma de banalizar e naturalizar essa violência é justificar os atos violentos convertendo as vítimas em culpadas. Nessas canções se utiliza da desqualificação pessoal das personagens centrais atribuindo-lhes estereótipos como *puta*, *safada*, *cachorra*, *roleira*, entre outros, para transformá-las em culpadas.

Em face do exposto, fica claro que essas letras musicadas são construídas numa perspectiva relacional desigual e de poder masculino que regimenta elementos sociais próprios de uma determinada sociedade. Perspectiva que só é possível de ser desvendada e combatida mediante uma atenta análise. Nesse sentido, foi fundamental nesta pesquisa a aproximação com as categorias gênero e patriarcado. Tais categorias trabalhadas simultaneamente nos possibilitaram perceber que a relação de conflito entre homens e mulheres, expressa nas letras das músicas analisadas, é tratada de forma banalizada, dando ênfase a vulgarização e a desqualificação do papel das mulheres na sociedade, atacando diretamente à conquista das mulheres a uma vida sem violência, sem discriminação e opressão.

Entendemos aqui a problemática da reprodução, naturalização e banalização da violência contra as mulheres, nessas letras, como herança que remonta os primórdios da época da colonização do Brasil, da triste herança histórica da escravidão, bem como das múltiplas formas de autoritarismo; da nossa formação sócio-histórica regional marcada pela grande desigualdade social, que determinou a construção da identidade regional baseado no modelo masculino, viril, valente, forte e violento.

Como discurremos nesse estudo, o Nordeste foi palco onde ocorreu o início da ocupação e da colonização do Brasil por meio de formas violentas de submissão e subjugação da mão-de-obra escrava africana e que deu origem a um mundo com uma formação social peculiar baseada no poder hierarquicamente organizado, privilegiando os homens. Um mundo alicerçado

na família extensa patriarcal, espinha dorsal da sociedade colonial, onde todos os abrigados eram submetidos ao domínio e autoridade do patriarca, na casa-grande ou na senzala, dono das riquezas, da terra, dos escravos e do mando político. A violência era o principal instrumento para tal submissão.

Nessa formação, as mulheres tinham poucos poderes e nenhuma participação política, deviam apenas cuidar do lar e das(os) filhas(o)s. Portanto, há na formação do Nordeste elementos específicos da sua história que contribuem na construção das imagens e das diversas concepções do masculino e do feminino e que respaldam a aceitação da reprodução nas letras das músicas das várias formas de violência cometidas contra as mulheres

A forma como vem sendo tratadas as mulheres nas canções de forró, indica que a realidade pensada, nestas letras, engendra relações entre os gêneros baseada na violência, informando que apesar das lutas travadas pelas mulheres por uma vida sem violência e das conquistas alcançadas, o cenário social traz para as mesmas novos desafios, no embate pela desnaturalização da violência contra as mulheres, pois ao depreciarem o feminino, ao banalizarem os corpos, os atributos e qualidades que lhe são inerentes, colocam-se como limites “invisíveis”, à construção de sujeitos sociais autônomos e capazes.

A pesquisa que desenvolvemos se insere no esforço coletivo de desvendamento das formas de discriminação, opressão e violência contra as mulheres, explicitando as novas roupagens que camuflam a força ideológica do sistema patriarcal.

REFERÊNCIAS

- ADEODATO, Sergio. **A revolução do forró**. Revista Época, Rio de Janeiro. Ed. Globo, 2002. Disponível em: <http://epoca.globo.com/edic/19990405/cult1.htm>. Acesso em: 12. Set. 2009.
- ADORNO, Theodoro W, HORKHEIMER, Max; **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985.
- ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. **Uma invenção do falo**: uma história do gênero masculino (Nordeste 1920-1940). Maceió Edições Catavento, 2003. 256p.
- _____. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007. – (Preconceitos; v. 3)
- _____. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. rev. São Paulo Cortez: 2009.
- ALMEIDA, Suely Souza. **Femicídio**: algemas (in) visíveis do público-privado. Rio de Janeiro: Revinter Ltda., 1998.
- ALMEIDA, Suely Souza. **Essa violência mal-dita**. IN: Violência de gênero e políticas públicas, ALMEIDA, Suely Souza, organizadora – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- AMARAL, Cecília Chaves Gurgel do, et. al. **Dores visíveis**: violência em delegacia da mulher no Nordeste. Fortaleza: Edições REDOR/NEGIF/UFC, 2001.
- ARAÚJO, Clara. **Marxismo feminismo e o enfoque de gênero**. Revista Crítica Marxista. Campinas, n. 11, p.65-70, 2000.
- ARANHA, Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. **Temas de Filosofia**. 2 ed. rev. – São Paulo: Moderna, 1998.
- ARANTES, Antonio Augusto. **O que é Cultura Popular**. Coleção primeiros passos; 14ª Ed. 2004; Editora brasiliense, São Paulo, 83p.
- AZAMBUJA, Letícia Erig Osório de. Resenha **A Construção da Masculinidade** de OLIVEIRA PP. Belo Horizonte: Editora UFMG/Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro; 2004. 347 pp. Publicada no Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 22(5): 1115-1118, maio 2006
- AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres Espancadas**: a violência denunciada. São Paulo, Cortez Editora, 1985.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

BARROS, R. **Noções sobre identidades étnicas**: a imagem do outro na construção da auto-imagem In: COSTA, M. Fátima V.; BARROS, R. (Orgs.) *Diversidade Cultural e desigualdade: dinâmicas identitárias em jogo*. Fortaleza: UFC, 2004.

BASTERD, Leila Linhares. **A resposta legislativa à violência contra as mulheres no Brasil** in: *Violência de gênero e políticas públicas/ ALMEIDA, Suely Souza, organizadora* – Rio de Janeiro: Editora UFRL, 2007.

BASTOS, Ana Claudia Gondim. **A Crítica Social na Indústria Cultural**: a resistência administrada no rock brasileiro dos anos 80. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica do Estado de São Paulo (PUC), São Paulo, 2005.

BENOIT, Hector. **Sobre a crítica (dialética) de O Capital**. In: *Crítica Marxista*, São Paulo: Brasiliense, nº3, 1996, 14-44.

BERNARES, Denis de Mendonça. **Notas sobre a Formação Social do Nordeste**. Lua Nova, São Paulo, 71: 41-79, 2007.

Berger, P. e Luckmann, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis, Vozes, 1980

BEHRING, Eliane Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BLAY, Eva Alterman. **Direitos humanos e homicídio de mulheres**. Projeto de Pesquisa Integrada apoiado pelo CNPq. Concluída em 2003a. NEMGE (www.usp.br/nemge).

BLAY, Eva Alterman. **Violência contra a mulher e políticas públicas**. Estudos Avançados (49), 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BORIS, G. D. J. B. **Falas de homens**: a construção da subjetividade masculina. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria Estadual de Cultura, 2002.

BRUSCCHINI, Cristina e LOMBARDI, Maria. **A Bipolaridade do Trabalho Feminino no Brasil Contemporâneo**. Cadernos de Pesquisa, nº 110, p. 67-104, julho/ 2000.

_____. **Gênero e Trabalho no Brasil**: novas conquistas ou persistências da discriminação. In: ROCHA, Maria Isabel B. *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

CALDAS, Waldenyr: **Iniciação à Música Popular Brasileira**. Editora ática, 1985, São Paulo–SP.

CAMURÇA, SILVA. **‘Nós Mulheres’ e nossa experiência comum**. IN: reflexões feministas para a transformação social. Cadernos de Críticas Feministas Ano I, N. o – dez. 2007.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1959.

CESSÍDIO, Mirella de Holanda e BORIS Georges Daniel Janja Bloc. **Mulher, corpo e subjetividade**: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. Revista Mal-estar e Subjetividade – Fortaleza – Vol. VII – Nº 2 – p. 451-478 – set/2007.

CIARLINE, Rosalba. **Lei Maria da Penha**: do papel para a vida. Senado Federal, Brasília – 2007.

CISNE, Mirla. **A relação Orgânica entre Gênero e Patriarcado na Sociedade Capitalista**: uma análise teórico-crítica. Consulta Popular. Cadernos de Debates. Consulta Popular e Feminismo. Nº 1. Junho, 2009.

COELHO, Teixeira: **O que é indústria cultural**. Coleção primeiros passos: 8. São Paulo: Brasiliense, 2003.

COLLOCA, V.P. **O trote universitário**: o caso do curso de Química da UFSCar. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – CECH – UFSCar, São Carlos, SP.

Comunicação Social da SPM. **Ameaça, lesão corporal e cárcere privado são os destaques do balanço do Ligue 180**. Sex, 15 de Outubro de 2010 03:36. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br>. Acesso em 20/12/2010

Convenção Interamericana para Prevenir, **Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher** "Convenção de Belém do Pará" (1994) – disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/oea/mulher2.htm>. Acesso 15 set 2009

Corrêa, Mariza. **Repensando a família patriarcal brasileira**. In: Almeida, Angela (org.) Colcha de Retalhos. Estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993.

COSME, Luana Balieiro e MAIA, Cláudia de Jesus. **Um olhar histórico sobre os casos de assassinatos de mulheres em Montes Claros e Janaúba entre 1970 e 2001**. III Forum de Ensino. Iniciação Científica. X Seminário de Pesquisa e Pós-graduação. III Amostra Científica de Ensino Médio. UNIMONTES- Universidade de Montes Claros, 2009.

COSTA, Alan Carvalho. Discurso de sala de aula e da mídia na construção das masculinidades. Universidade Federal do Rio de Janeiro CNPq/FAPERJ, S/D

COSTA, Alcione. **As características do adultério na trilogia literária de Aluísio Azevedo**. In: TAVARES, Edson (org.). *Mulher: criação social? Leituras de perfis femininos da literatura brasileira*. João Pessoa: Idéia, 2008.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência** – aspectos da cultura popular do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Simulacro e poder**. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

DA MATTA, Roberto. 1987. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara.

DELLATORRE, Babi *et. all.* **Corpos femininos, mais uma mercadoria no capitalismo**. *Jornal Palavra Operária da Liga Estratégica Revolucionária*, 2007. Disponível em <http://nucleopaoerosas.blogspot.com/>. Acesso 20/01/2010.

Dicionário do Pensamento Marxista - Tom Bottomore (ed.)-Novo! Jorge Zahar Editor - 1988 - 468 pp. – brochura.

DINIZ, Maria Ilidiana. **Silenciosas e Silenciadas: descortinando as violências contra a mulher no cotidiano da prostituição em Natal-RN**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRN, 2009.

DURANI, Zenia. **O despertar da mulher é o despertar do homem**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, Propriedade Privada e do Estado**. Tradução: Ruth M. Klaus. São Paulo. Centauro, 2002. p.27-85.

EVANGELISTA, J. E. **Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós Moderno**. São Paulo: Cortez, 1992.

FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam. **Gênero e desigualdade**. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 1997.

FARIA, Nalu. **Sexualidade e Gênero: uma abordagem feminista**. São Paulo: SOF, 1998, 60p. (Coleção Cadernos Sempre Viva).

FEITOSA, Sônia de Melo. **As Expressões do Patriarcado nas Letras das Músicas de Forró: uma análise de gênero**. Monografia apresentado ao curso de bacharel em Serviço Social da UERN. Mossoró-RN, 2009.

FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste Colonial**. Bauru - SP: EDUSC, 2003.

FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha. **Baião dos dois: a música de Zé Dantas e Luiz Gonzaga no seu contexto de produção e sua atualização na década de 70**. Recife: Editora Massangana, 1988.

FERNANDES, Florestan, 1920-1995. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Globo 2010.

FLEURY, M. T. (org.). **Cultura e Poder nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 1989.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira Fonseca. **Indústrias Culturais e Capitalismo no Brasil**. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 309-326, jul./dez. 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Plano Editora, 2003, 72p.

FURTADO, Celso, 1920-2004. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **A Fantasia Desfeita**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

GALLI, Beatriz... [et. al.]. **Dossiê sobre aborto inseguro para advocacy**: o impacto da ilegalidade do abortamento na saúde das mulheres e na qualidade da atenção à saúde reprodutiva no Estado do Rio de Janeiro. Grupo Curumim, 2010.

GOLDENBERG, Miriam e TOSCANO, Moema. **A Revolução das Mulheres**. Rio de Janeiro, Revan, 1992.

GOMES, Izabel Solyszko. **Femicídio**: a (mal) anunciada morte de mulheres. *Revista de Políticas Públicas*. – vol. 1 (jan/jun. 1995)-, -São Luiz: EDFUMA, 1995.

GOMIDE, Denise. **E a culpa é da mulher...** Opinião & Reflexão, 2010. <http://www.amazonasnoticias.com.br/opiniao/6793-...> Acesso em 28 dez 2010.

GROSSI, Miriam Pilar. **Gênero, violência e sofrimento**. Coletânea Antropologia n. 6, 1995. Santa Catarina.

GURGEL, Telma. **Feminismo e Liberdade**: Sujeito Total e Tardio na América Latina. Tese de Doutorado em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPE), 2004.

_____. **Feminismo e Luta de Classe**: A auto-organização das mulheres pela história. *Consulta Popular. Cadernos de Debates. Consulta Popular e Feminismo*. Nº 1. Junho 2009.

INSTITUTO AVON/IBOPE. **Percepções sobre a violência doméstica contra as mulheres no Brasil em 2009**. AVON *The Company for Woman*, 2009.

ITABORAI, Natalia Reis. **A família colonial e a construção do Brasil:** Vida doméstica e identidade nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte. Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 9, volume 16(1): 171-196 (2005).

JESUS, Regina Pereira de. **As Contribuições do Migrante para a Formação Econômica em Goiás, no Século XIX.** Monografia apresentada à Coordenação do TCC do curso de História, da Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns – FECHA. Anicuns, 2005.

LAQUER, Thomas. **Inventando o sexo:** corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro. Editora Relume Dumará, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. 20 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2007; 177p.

LEITE, Márcia. **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho:** a experiência brasileira, Revista Galega de Economia, vol. 14, núm. 1-2 (2005), pp. 1-26.

LIMA DUARTE, Constância e MACEDO, Diva Maria Cunha P. de. **Literatura feminina do rio Grande do Norte:** de Nísia Floresta a Zila Mamede. Natal: Sebo Vermelho?UNP, 2001. 232 p.

LIMA, Hugo da Silva e SILVA Wiliam Robson Cordeiro. **O Forró como produto da indústria cultural e a sua influência nos adolescentes.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Natal –RN – 2 a 6 de setembro de 2008.

LIMA, Marwyla Gomes de. **Lei Maria da Penha em Natal:** limites e possibilidades no combate à violência de gênero contra a mulher. Dissertação de Mestrado do Programa de pós-graduação em Serviço Social – UFRN, Natal 2010.

LIMA, Rita de Lourdes. **A dimensão do poder nas relações de gênero.** IN: O poder em debate, COSTA, Anita A. A., Recife – PE: UNIPRESS Gráfica e Editora do NE Ltda., 2002.

LOURO, Guacira L. **Gênero e sexualidade: as múltiplas “verdades” da contemporaneidade** (S/D). Disponível em: www.grupalfa.com.br/arquivos/Congresso.../Guacira.pdf. Acesso em 11/12/2010.

LOWY, Michel. **Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista.** – São Paulo: Cortez, 1985.

MAAR, W. L. **Adorno, semiformação e educação.** Educação e Sociedade, 2003.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectiva em Confronto**: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? Brasília, 2000.

_____. **Família e Individualismo**: tendências contemporâneas no Brasil. Série Antropológica. Revista Interface, Comunicação, Saúde, Educação> Fundação UNI Botucatu/UNESP, vol 5, nº 8 Botucatu, São Paulo, 2001

_____. **Onde não há igualdade** In Gênero e direitos na sociedade brasileira. MORAIS, Aparecida Fonseca e SORJ Bila, organizadoras. – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. 192p.

_____. **Protegendo as Mulheres da Violência Doméstica**. Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos (FNEDH). Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Seminário de Capacitação para juízes, procuradores, promotores, advogados e delegados no Brasil, 2006. www.forumedh.org.br. Acesso em 07 jan 2010.

MAIA, Ari Fernando e ANTUNES, Deborah Christina. **Música, indústria cultural e limitação da consciência**. Revista Mal-estar e Subjetividade – Fortaleza – Vol. VIII – Nº 4 – p. 1143-1176 – dez/2008

MARX, k. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: abril Cultural. Coleção os Economistas, 1985.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**, 1º capítulo: seguido das teses sobre Feuerbach; [tradução Sílvio Chagas]. São Paulo: Centauro, 2002.

MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Claudio Monteiro; DI SABBATO, Alberto **Os afazeres domésticos contam**. Universidade Federal Fluminense textos para discussão. UFF/ECONOMIA. ISSN 1519-4612. Setembro/2005 Disponível em: http://www.uff.br/econ_esc@vm.uff.br. Acesso em 20 dez 2010.

MENDES, Corina Helena Figueira. **Violência contra a mulher e políticas públicas no setor saúde**. In: Violência de gênero e políticas públicas, ALMEIDA, Suely Souza de, organizadora. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

MESZÁROS, Isteván, 1930. **O poder ideológico**. Tradução Paulo Cezar Castanheira. – São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MINAYO, Maria. Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1998.

_____. **Pesquisa Social**: teoria e criatividade. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 23ª Edição, 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Área Técnica de Saúde da Mulher** - Síntese das Diretrizes para a Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher – 2004 a 2007 / Resumo das atividades realizadas em 2003. Brasília, Ministério da Saúde, 2005.

MORAIS, Aparecida Fonseca e SORJ, Bila. **Os paradoxos da expansão dos direitos das mulheres no Brasil** in: Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira. MORAIS, Aparecida Fonseca e SORJ, Bila (organizadoras). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. 192p.

MOREIRA, Vicente Deoclesiano et. all. **Mulheres que não só dizem sim:** violência sexual contra prostituta de Feira de Santana – Bahia. Revista Metáfora Educacional (ISSN 1809-2705), junho 2009.

MOTTA, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência:** a mulher na luta contra a escravidão. São Paulo: Contexto, 1988. 86 p.

Movimento de Mulheres Camponesas Brasil- (MMC), 2008. **Gênero, sexualidade e direitos das mulheres.** Cartilha. Publicação da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul do Brasil. Marka Editora Gráfica Ltda. Abril, 2008.

NARVAZ, Martha Giudece e KOLLER, Silva Helena. **Metodologias Feministas e Estudos de Gênero:** articulando pesquisa, clínica e política, Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, sete/dez, 2007.

NETO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 4. Ed. – São Paulo, Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia política:** uma introdução crítica. 4ª edição São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA. Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião:**SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. 3ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1981.

OLIVEIRA, Francisco Gleryston Rosa de. **O forró eletrônico e a AM Produções em Fortaleza:** a manutenção de uma indústria cultural através do rádio. Monografia do Curso Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Faculdade 7 de Setembro. Fortaleza 2009.

OLIVEIRA, Pedro. **A construção social da masculinidade.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IPPERJ, 2004.

Organização das Nações Unidas. (2006). **Estudo a fundo sobre todas as formas de violência contra a mulher.** Disponível em: <http://www.eleusis.net/ficheros/documentos/infor e%20sec%20gral%20ONU%2010-06%20violencia.pdf>. Acesso em 26 de ag 2010.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Violência nas relações sociais de gênero e cidadania feminina:** análise das ocorrências na Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, 2005, 266 f.

PASSOS, Olegário. **Fêmeas.** Caderno Vivo. Natal: n. 1, março, 1998.

PENNA, Maura. **Dó, Ré, Mi, Fá e Muito mais**: Discutindo o que é música. Ensino de Arte – Revista da associação das Artes-Educadores do estado de São Paulo, 1999

PEREIRA, Raquel M. Fontes do A. **A Geografia e as bases da formação nacional brasileira**: uma interpretação fundamentada nas idéias de Ignácio Rangel. Tese de Doutorado em Geografia Humana. FFLCH/USP, 1997.

PIMENTEL, Silva. **Protegendo as Mulheres da Violência Doméstica**. Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos (FNEDH). Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Seminário de Capacitação para juízes, procuradores, promotores, advogados e delegados no Brasil, 2006. www.forumedh.org.br. Acesso em 07 jan 2010.

PINTO, Célia Regina Jardins. **Uma história do feminismo no Brasil**. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

PIRES, Marília Freitas de Campos. **O materialismo histórico-dialético e a Educação**. Interface. Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, 1997.

PISCITELLI, Adriana. **Re-criando a (categoria) mulher?** IN: Textos Didáticos. A Prática Feminista e o Conceito de gênero. (org.) ALGRANTI, Leila Mezan; PISCITELLI, Adriana; GOLDANI, Ana Maria. IFCH/UNICAMP, nº 48 – Novembro de 2002.

PONTES, Reinaldo. **Mediação e serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

QUADROS JUNIOR E VOLP. **Forró Universitário**: a transição do Forró nordestino no sudeste brasileiro. Matriz, Rio Claro, v. 11, n.2, p. 127-130, mai/ago. 2005.

QUEIROZ, Fernanda Marques de. **Violência contra a mulher**: o pessoal é político. IN: Não se rima amor e dor: representações sociais sobre violência conjugal. Tese de doutorado em Serviço Social. UFPE, Recife, 2005.

_____. **Não se rima amor e dor**: cenas cotidianas de violência contra a mulher. Edições UERN. Mossoró, RN, 2008. 260f.

REBELO, Samanta Cardoso. **As Conexões do Forró com Diferentes Realidades na sua Trajetória**. III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

Rede Feminista da Saúde, **Dossiê Violência Contra a Mulher**. In.: Saúde da Mulher e Direitos Reprodutivos: Dossiês; 2001. Disponível em: <http://www.redesaude.org.br/dossies/html/vi-panorama.html>. Acesso em: 01/01/2011.

RELATÓRIO 16 DAYS. **16 DIAS de Ativismo contra la violência contra as mulheres (2006):** o avanço dos direitos humanos e a eliminação da violência contra as mulheres feminicídio/feminicídio. Tradução: Dermeval Aires Jr. feminicídio. PORT.indd 5. Acesso em 22 dez 2010.

Revista Eletrônica **Sexualidade & vida**. Disponível em: www.sexualidadeevida.com.br/masiquismo.php, 2010. Acesso em 20 dez 2010.

RIBEIRO, Mariângela. **“Cacos de Putas”**: a imagem da mulher na canção massificada. Livratemundo, maio 2005. <http://livratemundo4.blogspot.com/2007/05/cacos-das-putas-imagem-da-mulher-na.html>. Acesso 20 jun 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. Colaboradores José de Souza Peres...(et.al.) – São Paulo: Atlas, 1999.

SAFFIOTI, Heleiete I. B. A **“SOLUÇÃO” FEMINISTA**. In: *A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade*. 2ª Ed. R. J. Vozes, 1979.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção polêmica).

_____. **Rearticulando gênero e classe social**, in: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (org). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos; São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992. BRUSCHINI, Cristina (org.) Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos.

_____. **Violência de Gênero: lugar da práxis na construção subjetividade**, Lutas Sociais, nº 2, PUC/SP, p. 59-79, 1997.

_____. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE, v. 13, n. 4, p. 82- 91, 1999.

_____. **Violência contra a mulher e violência doméstica**. In: SEMINÁRIO ESTUDOS DE GÊNERO FACE AOS DILEMAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA, 2001, Itu, São Paulo, 2001a, 21p. Mimeografado.

_____. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. IN: MORAES, Maria Ligia Quartim de. (Org.). Desdobramentos do feminismo. Nº. 16/2001.

_____. **Gênero e Patriarcado: Violência contra mulheres**. IN: **A mulher nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente.

_____. **A Ontogênese do Gênero**. In: ESTEVEN, Cristine M. T.; SWAIN, Tániz Navarro. *A Construção dos Corpos. Perspectivas Feministas*, Florianópolis, Editora Mulheres, 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita. 1986. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense.

SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Simone Cabral Marinho dos Santos. **O modelo predominante de masculinidade em questão**. Revista de Políticas públicas – Vol. 1, n. 1 (Jan/Jun. 1995 – São Luiz EDFUMA, 1995).

SANTOS, José Lopes. **O que é cultura**. Coleção primeiros passos; 15ª ed. , 1994; Editora brasiliense, São Paulo. 89p.

SANTOS, Veridiano. **Forró estilizado** (2009), disponível em: www.asc.es.edu.br/p=blog&du16&idpost=239. Acesso em 05/01/ 2010.

SCHURMAN, Ernest. **A música como linguagem**: uma abordagem histórica. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia, 1990.

SCHRAIBER LB *et al.* **Violência contra a mulher**: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. Rev Saúde Pública 2002; 36(4): 470-7. www.fsp.usp.br/rsp. Acesso 20 set 2010

SILVA, André Candido da e TODESCHI, Losandro Antonio. **História das Mulheres**: sexualidade feminina no período medieval nos séculos X à XII sob a ótica de Jacques Le Goff, 2005. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/ ... rafia%20Brasileira](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/...rafia%20Brasileira). Acesso 20 ag dez 2010

SILVA, A. Isabel; FIGUEIREDO, Bárbara. **Sexualidade na Gravidez e Após o Parto**. Revista Psiquiatria Clínica, v.25, n.3, p. 253-264, 2005.

SILVA, Elizabete Rodrigues. **Feminismo Radical** – pensamento em movimento. Revista Travessia. Ed. 04. ISSN, 1982 -5935. Educação Cultura Linguagem e Arte. Disponível em www.uniceste.br/travessias. Acesso em 2 de jan 2011.

SILVA, Leandro Expedito. **Forró no Asfalto**: mercado identidade sociocultural. São Paulo: Annablume, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: _____ Identidade e diferença (Org.). A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 73-133.

SOUZA, Edinilsa Ramos. **Masculinidade e violência no Brasil**: contribuições para a reflexão no campo da saúde. Ciência e Saúde Coletiva. 10(1):59-70, 2005.

Souza, Jaime Luiz Cunha de, et. al. **Violência doméstica:** reflexos das ordenações filipinas na cultura das relações conjugais no Brasil. Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da UFPA.

SWIAN, Tânia Navarros. **Dossiê as múltiplas faces da violência – Banalizar e naturalizar a prostituição: violência social e histórica.** Unimontes Científicas. Montes Claros, v.6, n.2 - jul./dez. 2004.

SZYMANSKI, Heloisa. **Teorias e ‘teorias’ da família.** A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC-Cortez, 1990.

TEIXEIRA, Paulo Paiva Eduardo. **O outro lado da família brasileira.** Campinas: Ed. UNICAMP, 2004, 286 páginas

TERUYA, M. T. **A Família na Historiografia Brasileira:** bases e perspectivas teóricas. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/ ... rafia%20Brasileira....pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/...rafia%20Brasileira....pdf). Acesso em: 11/12/2010.

THERBOM, Goron. **Sexo e Poder:** a família no mundo, 1900-2000. Tradução Elisabete Dória São Paulo: Contexto, 2006.

TRASFERETTI, José Antonio. **Corpo, cultura e sociedade..** Filosofia, ética e mídia. São Paulo: Editora Alínea, 2007.

VENTURI, G; RECAMAM, M.; OLIVEIRA, S. **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2010:** Anatomia dos Homicídios no Brasil. Instituto Sangari. Disponível em: www.institutosangari.org.br/mapadaviolencia. Acesso em 28 dez 2010.

WEBER, Max. **A Política como vocação.** In. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

ZIRBEL, Ilze. **A caminho do movimento feminista brasileiro: das sufragistas ao ano internacional das mulheres** Texto apresentado no IV Seminário Internacional de Iniciação Científica, 1998, Blumenau, p.10. <http://br.geocities.com/izirbel/Movimentomulheres.html>. Acesso em 29 de agosto de 2009.

ANEXO

“Mulher Não Vale Nem Um Real”

Aviões do Forró

É hoje que eu vou encher a cara
Pra me esquecer da fuleragem da mulher
Eu hoje vou sair fazer zueira
Quero acordar de bobeira dormindo num cabaré (2x)

Essa mulher não vale nem um real
Eu gosto dela e não é da conta de ninguém
Por isso agora eu digo Tô decidido!
Se ela não ficar comigo não fica com mais ninguém (2x)

Mas aí o coro come, a cobra fuma, o bicho pega
Eu tô com essa danada e quem manda nessa bodega

Piriri, Piriri, Pocotó, Pocotó...